

ADRIANA APARECIDA ALVES DA SILVA PEREIRA

Da semente a florada
COLÔNIA PINHAL
60 ANOS DE HISTÓRIAS

ADRIANA APARECIDA ALVES DA SILVA PEREIRA

Da semente a florada
COLÔNIA PINHAL
60 ANOS DE HISTÓRIAS

canal6 editora

1ª Edição 2024
Bauru, SP

Apoio



canal6 editora

Rua José Pereira Guedes, 7-14
Pq. Paulista | Bauru, SP | (14) 3313-7968
www.canal6editora.com.br



Revisão, diagramação e capa

Canal 6 Editora - www.canal6editora.com.br

Foto da capa

Fukazawa Masakasu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P489s Pereira, Adriana Aparecida Alves da Silva
1.ed. Da semente a florada : Colônia Pinhal : 60 anos de histórias
/ Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira. – 1.ed. – Bauru, SP :
Canal 6 Editora, 2024.
264 p.; il.; 16 x 23 cm.

Bibliografia
ISBN 978-85-7917-638-8
DOI 10.52050/9788579176388

1. Colônia Pinhal – São Miguel Arcanjo (SP) – História.
2. Imigração japonesa – São Paulo – História. 3. Imigrantes
japoneses – São Paulo – História. 4. São Miguel Arcanjo (SP) –
História. I. Título.

01-2024/43

CDD 981.61

Índice para catálogo sistemático:

1. Imigrantes japonesa : Colônia Pinhal : São Miguel Arcanjo : São Paulo : História 981.61

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária - CRB-1/3129

*À todas as crianças da Colônia Pinhal
em especial a minha pequena Sarah.*

Agradecimentos

*Muitos estiveram comigo ao longo deste percurso,
me incentivando, me apoiando e acreditando no meu trabalho.
A todos que me apoiaram com o seu afeto nos diferentes momentos,
meu reconhecimento e meu carinho.*

*Agradeço especialmente aos que autorizaram a pesquisa
nos arquivos das instituições e aqueles que permitiram que
entrassem em suas casas e compartilharam suas memórias.*

Muito obrigada!

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL – A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA PINHAL	27
1.1. A IMIGRAÇÃO JAPONESA ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	27
1.2. A RETOMADA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	40
CAPÍTULO 2	
FACETAS DA HISTÓRIA DA COLÔNIA PINHAL.....	47
2.1. NO SERTÃO PAULISTA... SÃO MIGUEL ARCANJO.....	47
2.2. PILAR DO SUL - ASPECTOS DE LIGAÇÃO DA COLÔNIA PINHAL COM A CIDADE VIZINHA.....	51
2.3. A GÊNESE DA COLÔNIA PINHAL	55
2.4. A CHEGADA E OS 60 ANOS DA COLÔNIA PINHAL RETRATADOS NAS MEMÓRIAS DOS PRIMEIROS MORADORES.....	68

CAPÍTULO 3

ASPECTOS ASSOCIATIVOS NA COLÔNIA PINHAL.....	85
3.1 A CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE COLÔNIA PINHAL COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE E ADMINISTRATIVO	86
3.1.2 DEPARTAMENTO DE SENHORAS – FUJIN-BU/FUJINKAI.....	90
3.1.3 DEPARTAMENTO DE JOVENS (SEINENKAI)	102
3.1.4 ASSOCIAÇÃO COMO PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS	117
3.2 COOPERATIVA AGRÍCOLA SUL- BRASIL DE SÃO MIGUEL ARCANJO... 134	
3.2.1 FACETAS DA FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA SUL-BRASIL DE SÃO MIGUEL ARCANJO	136

CAPÍTULO 4

ESPAÇOS EDUCATIVOS NA COLÔNIA PINHAL.....	156
4.1 BIBLIOTECA DA COLÔNIA PINHAL.....	159
4.2 NIHON GAKKO – ESCOLA MODELO DE LÍNGUA JAPONESA DA COLÔNIA PINHAL.....	170
4.2.1 O “GUIA ESCOLAR” E AS NOVAS PRÁTICAS ESCOLARES.....	181
4.3 “ESCOLA BRASILEIRA” – ESCOLA MISTA MUNICIPAL DA COLÔNIA PINHAL – E. E. MASSANORI KARAZAWA	219
5.3.1 ASPECTOS PEDAGÓGICOS: DA NACIONALIZAÇÃO DO IMIGRANTE ATÉ A IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER AS ORIGENS	225
CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
REFERÊNCIAS.....	251

PREFÁCIO

É com grande satisfação que apresento o prefácio deste livro, escrito para comemorar os sessenta anos da Colônia Pinhal, comunidade nipo-brasileira que se localiza no município de São Miguel Arcanjo, do estado de São Paulo, distante a 185 km da capital. É onde passei a minha infância e a juventude antes de sair para estudos em São Paulo, capital.

Nasci na zona rural da província de Fukui, no Japão, aos três anos, juntamente com meus pais, vim para o Brasil a bordo do navio Burajiru-maru. Tenho a memória do colorido das fitas que as pessoas a bordo e as que ficaram seguravam de cada lado, enquanto o navio se afastava aos poucos do porto de Kobe.

Era 1962 e quando o navio aportou em Santos eu tinha completado meus quatro anos no meio da viagem, especificamente na Ilha de Curaçao, onde o navio passou, conforme atesta uma foto minha tirada ao lado de uma moto com a data do meu aniversário. No mesmo ano, fomos viver como os primeiros moradores da Colônia Pinhal e eu era a mais nova de todos os membros das três famílias: Ota, Okawa e Deguchi.

Devido à idade com que cheguei ao Brasil, não tenho muitas lembranças do Japão além da de partida, mas o que ficou marcado na memória foi a imagem da mata com árvores altas que se viam em dois lados da estrada que levava da minha casa até o atual centro da Colônia Pinhal. Lembro de ter pensado na ocasião que aquela era a paisagem que nunca tinha visto antes.

E foi na Colônia Pinhal que a minha família se estabeleceu e aumentou, e foi onde tive as minhas primeiras aulas na escola (Escola Mista de

Colônia Pinhal, era o que escrevíamos no caderno) com a Profa. Lumy Yamazoe (posteriormente, com o sobrenome Takahashi, nome de casada). Fui a mais nova dos alunos, pois precisava completar o número necessário para constituir uma classe e abrir a escola. Estudava com outros alunos bem mais velhos na mesma sala, que eram recém-chegados, e que sabiam muito bem os cálculos matemáticos que eu tinha dificuldade de entender e executar.

E assim começou a minha vida escolar, e também as aulas um tanto esporádicas da língua japonesa. Mas a própria comunidade foi crescendo com a vinda de mais famílias, alguns deixando, mas muitos ficando na comunidade. Ao mesmo tempo, fundou-se a Cooperativa Agrícola Sul Brasil e a instalou-se a energia elétrica e a água encanada; que aconteceram aos poucos, com a dedicação e os esforços dos membros da comunidade, agregados em torno da Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal. As atividades agrícolas giravam em torno de todas as famílias, com o cultivo das plantações, a colheita e o preparo dos produtos para escoamento. Todos os membros da família eram mãos de obras importantes em sua família, pelo menos nas primeiras décadas da história da comunidade.

Este livro escrito em comemoração aos 60 anos da comunidade, completados no ano em que os efeitos da pandemia ainda eram sentidos, vem celebrar a história da Colônia Pinhal que se formou pelos imigrantes que passaram a vir ao Brasil depois da Segunda Guerra. Há muitos estudos sobre a primeira fase da imigração japonesa no Brasil, dos tempos primórdios até a segunda guerra, mas me parece faltar literatura sobre as comunidades dos imigrantes que vieram depois da retomada da imigração nos anos de 1950 e considerados “sengo imin (imigrantes de pós-guerra)” e tenho certeza de que este livro vem a cobrir essa lacuna.

É uma iniciativa importante narrar a história da comunidade, e desta vez na língua portuguesa, língua que os primeiros imigrantes tiveram muita dificuldade de assimilar, mas hoje é essencial para as novas e futuras gerações lerem e conhecerem suas raízes. Não somente isso, vale salientar o caráter informativo e ao mesmo tempo acadêmico do texto, o que permitirá aos interessados pela imigração japonesa no Brasil saber de forma contextualizada no tempo e no espaço como aconteceu esse processo de criação e desenvolvimento da comunidade.

Relatando aqui brevemente sobre o conteúdo do livro, após a Introdução, o capítulo 1 traça o processo de imigração japonesa no Brasil desde 1908 até chegar à fundação da Colônia Pinhal em 1962, que teve um suporte muito grande do JAMIC/JAMIS, assim como da província de Fukui. O capítulo 2 aborda os aspectos associativos da Colônia Pinhal, destacando a Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal e a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil. Já o capítulo 3 descreve o papel decisivo da Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal na comunidade como espaço social e administrativo e da Cooperativa Agrícola Sul Brasil e suas contribuições para atividades agrícolas das famílias associadas. O capítulo 4 descreve a Colônia Pinhal como um espaço educativo marcado pela presença da “escola japonesa”, enquanto entidade mantenedora de tradição e cultura japonesa, e da “escola brasileira”, que sempre foi essencial para a integração das crianças à sociedade brasileira. Contextualizado dentro da história da educação no Brasil, o capítulo elucida, baseado em diferentes fontes, como a escola pública na Colônia Pinhal foi mudando e se adaptando ao longo dos anos.

Além da contextualização da fundação da Colônia Pinhal dentro da história da imigração japonesa no Brasil, o texto tem seu grande valor por estar fundamentado pelos documentos de fontes primárias da Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal, da Cooperativa Agrícola Sul Brasil e da Escola Modelo de Língua Japonesa; e ainda ricamente ilustrado pelos depoimentos dos atuais moradores e moradoras que viveram o trajeto desde os anos iniciais até hoje. Acompanham os depoimentos e o texto muitas fotos preciosas guardadas pelas famílias e pelas entidades da comunidade.

Sempre considerei ser fundamental e necessário registrar a trajetória desta comunidade e foi uma felicidade saber que o encargo ficou nas ótimas mãos da doutora Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira, pedagoga de formação e com doutorado e pós-doutorado em diferentes instituições de ensino no Brasil e no exterior, atuando sempre na área de educação, educação infantil e imigração japonesa.

Rememorar os sessenta anos da Colônia Pinhal é homenagear sobretudo, os que estiveram atuantes até agora ao longo destes anos para o bem da continuidade e desenvolvimento da comunidade, assim como os que atuam firmemente na condução de seu trabalho e no voluntariado

que prestam hoje em dia para o prol da comunidade. É, ao mesmo tempo, homenagear a todos que aqui estiveram presentes, por terem um dia contribuído para a formação e expansão da Colônia Pinhal. Nesse sentido, o livro vem para reconhecer mais uma vez o árduo trabalho a que se deram as pessoas que hoje são aposentadas e praticam seus esportes coletivos como gateball, assim como seus familiares que se foram, sem testemunhar as seis décadas completadas na Colônia Pinhal.

A história da minha vida, de certa maneira, começa com a Colônia Pinhal, assim como a de muitos que aqui nasceram e viveram e ela continua sendo o local para onde voltamos sempre para ver os nossos familiares e amigos.

Espero que a comunidade continue prosperando com sua rica história e tradição, renovando-se a cada ano em seus trabalhos importantes que vem desempenhando para o município, para a comunidade nipo-brasileira e para a sociedade brasileira na qual está inserida.

São Paulo, 26 de junho de 2023.

Junko Ota

Professora de Língua Japonesa da FFLCH-USP
(Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo)

INTRODUÇÃO

Qualquer busca nos arquivos tem origem numa inquietação que exige, paradoxalmente, humildade e ambição. Humildade para reconhecer nossa ignorância sem usá-la como desculpa em favor de possíveis falhas, mas como alavanca da curiosidade e da elaboração de uma nova erudição. Ambição para persistir na totalização de uma prática (e na reflexão sobre ela) que extraia sua originalidade e sua competência, não da dependência de modelos já existentes, mas justamente do criterioso desencanto com o conhecimento produzido e da ousadia de afirmar a própria voz no diálogo com os outros (NUNES, 1990, p. 39).

Como destacou Nunes (1990), o fazer histórico é uma constante inquietação pela busca de conhecer e de saber, num jogo de aproximações e distanciamentos, uma interpretação do exposto ou do silenciado, uma aventura que mobiliza os sentidos, os afetos de construir um conhecimento científico a partir dos guardados pessoais, escritos oficiais e não oficiais, imagens das mais diversas origens e memórias. Nestes emaranhados de saberes o pesquisador afirmar a “própria voz no diálogo com os outros”, experiência da lógica do fazer histórico e também mobiliza suas próprias memórias.

A memória é um movimento de recriar o passado, uma mistura de “recordações e esquecimentos” (Vinão, 2000) que descortinam lembranças de infâncias, brincadeiras; com os amigos “japoneses”, mesmo sendo

eles brasileiros. Uma infância marcada pelo senso comum da ideia de que toda pessoa com traços orientais era japonesa, onde ouvia histórias sobre as colônias japonesas ou sobre Kaikan e os festejos. Lembranças dos Undokai's e até mesmo dos desfiles em comemoração do aniversário da cidade que participei com roupas japonesas tradicionais pelo Kaikan de Pilar do Sul, mesmo não tendo nenhum traço oriental, mas quem tem bons amigos consegue até ser japonesa por um dia.

Depois de tantos anos, percebo que o interesse pela imigração japonesa no Brasil nasceu na minha infância, nas brincadeiras com os amigos, nas visitas clandestinas ao Kaikan de Pilar do Sul, nos sabores das comidas e encantamento pelas roupas.

A inquietação direcionou para o mestrado e doutorado que apesar do objeto principal de pesquisa ser a escola, havia uma ligação direta com a imigração japonesa no Brasil e principalmente a presença dos japoneses e descendentes em Pilar do Sul, minha cidade natal.

A vida pode ter me levado para outros caminhos, além-mar, mas hoje, muitos anos depois, eis que me deparo novamente com a temática da imigração japonesa, mas agora como objeto principal de pesquisa do estágio de pós-doutorado vinculado a Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba. Neste estágio, abordamos as facetas da história da Colônia Pinhal, um núcleo de imigração japonesa, localizado na zona rural de São Miguel Arcanjo.

O município de São Miguel Arcanjo está localizado na região sudoeste do estado de São Paulo, atualmente pertence à região metropolitana de Sorocaba, estando a 180 km de distância de São Paulo, capital, tendo como municípios vizinhos: Pilar do Sul, Itapetininga, Capão Bonito e Sete Barras.

Segundo Relatórios do Governo do Estado, durante o período de 1893 a 1916, a base econômica de São Miguel Arcanjo era a agricultura e pecuária de subsistência, além do plantio de algodão e fumo que se intensificaram no início do século XX.

No começo do século XX, chegaram algumas famílias de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, sírios, libaneses, russos e poloneses. Os imigrantes russos e poloneses chegaram com o objetivo de morar no Núcleo Colonial na região do “Sertão” – Serra de Paranapiacaba, um assentamento organizado pelo Governo Estadual. Com o fracasso deste assentamento, as terras foram transformadas em reserva florestal em

meados dos anos 1940 e transformadas no Parque Estadual Carlos Botelho em 1990. Nos anos 1960, em São Miguel Arcanjo há um crescimento da chegada de migrantes nordestinos, mineiros, paranaenses e a imigração japonesa planejada pela JAMIC - Imigração e Colonização Ltda.

A JAMIC - Imigração e Colonização Ltda era uma empresa japonesa responsável por recrutar emigrantes, comprar as terras no Brasil, lotear, vender e auxiliar o início do cultivo feito pelos colonos. Ela fundou dez colônias em diferentes regiões do Brasil.

A Colônia Pinhal foi uma das colônias japonesa fundadas pela JAMIC e que ao longo de sua história recebeu apoio da JICA (*Japan Internacional Cooperation Agency*), que é uma organização japonesa responsável pelo desenvolvimento socioeconômico. Ela foi fundada para apoiar a fixação dos japoneses em diferentes países, subsidiando infraestrutura geral como: energia elétrica, abertura de estradas, hospitais e escolas; enfim, suprir as necessidades básicas das colônias.

Segundo o Relatório da JAMIC/JICA (JAPAN..., 1998, p 95), a Colônia Pinhal, é um núcleo rural, fundado em setembro de 1962 com uma área de 756,0 hectares e seria nomeada como Colônia Fukui, mas popularmente ficou conhecida como Colônia Pinhal, devido aos pinhais do local.

A JAMIC mobilizou o capital financeiro e as compras das terras no Brasil, enquanto o governo da província de Fukui no Japão fez propaganda para incentivar a vinda das pessoas e ofereceu treinamento agrícola e a Cooperativa Agrícola Sul Brasil Ltda se encarregou de receber os imigrantes no porto de Santos e auxiliá-los na instalação e adaptação na nova localidade. Em 1962 chegaram as três primeiras famílias vindas da província de Fukui e, nos anos seguintes, chegaram cerca de 54 famílias vindas de diversas regiões do Brasil e do Japão.

Este trabalho apresenta as facetas dos 60 anos de história da Colônia Pinhal. Consideramos que o conceito de colônia não se restringe ao espaço geográfico, mas a uma representação simbólica, construída pelo coletivo dos nipônicos na terra estrangeira. De acordo Wawzyniak (2008)

Nessa perspectiva, a “Colônia” se expressa como uma representação da tradição japonesa de organização comunitária, que está sedimentada em “um conjunto de práticas, normalmente reguladas, por regras tácitas ou

abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visando inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (WAWZYNIAK, 2008 p. 185).

Desta forma, problematizamos como as instituições e organizações fundadas e em funcionamento na Colônia Pinhal contribuíram para a socialização de seus membros. Buscou-se entender como algumas tradições japonesas foram preservadas e adaptadas à nova realidade; ao mesmo tempo, analisamos o processo de integração dos imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade local.

Ao longo dos 60 anos da Colônia Pinhal foi fundada e está em funcionamento diferentes tipos de instituições, para atender as necessidades deste grupo. Desta forma, transitamos pelo associativismo quando nos debruçamos sobre aspectos históricos e abordamos as ações da Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal e a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo; inquerimos sobre a educação informal e formal ao abordarmos a Biblioteca de Jovens Pinhal, a E.E. Masanori Karazawa, desde a sua gênese como Escola Mista da Colônia Pinhal e a Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Escrever as facetas da história deste grupo é uma tarefa sedutora e complexa, pois ao mesmo tempo que as memórias, documentos, as fotografias movimentam sentimentos que despertam no pesquisador e no leitor encantamento e nostalgia, também produzem a inquietação, pois envolve a vivência humana, em suas mais diferentes formas de viver, sobretudo em condições de deslocamento entre diferentes lugares e territórios.

A operação historiográfica engendrada por meio de investigações sobre os diferentes elementos das imigrações permite compreender o interior das sociedades como um panóptico de práticas, materialidades, sensibilidades, identidades, imperativos e disputas.

Neste sentido, a Colônia Pinhal constitui-se como objeto de investigação de ampla envergadura. Esse investimento possibilita compreender como os diferentes grupos étnicos conceberam e produziram seus modos de perpetuar a cultura, de construir e reafirmar a identidade, por meio de

táticas e estratégias que se configuraram como artes de um fazer cotidiano (CERTEAU, 1996).

Na tentativa de encontrarmos respostas às nossas indagações, consideramos que são muitos os “lugares de memória” que testemunham a história, e esses lugares fornecem pistas, indícios que possibilitam uma nova leitura dos objetos de investigação (NORA, 1993, p. 13). Privilegiamos o levantamento de fontes no acervo documental da Escola Mista da Colônia Pinhal, atual E.E. Massanori Karazawa, Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal, Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal e da Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo.

Um aspecto observado durante o período em que fizemos o levantamento das fontes foi a comprovação de que muitos documentos se perderam, foram levados ou eliminados de forma indiscriminada durante as várias reformas ocorridas ou nas mudanças, todavia o que mais dificultou a escrita e infringe neste trabalho foi o grande número de documentos escritos em japonês, assim dependendo da tradução para compreender o registro. Recebemos auxílio dos professores e alunos da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal, porém consideramos importante destacar que no processo de tradução várias informações e detalhes podem ser perdidos ou silenciados.

O acervo da Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal está na Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal e não é possível separar os acervos.

Dos diferentes arquivos reunimos um conjunto diversificado de fontes, foram encontradas em quantidade e cronologia variadas nas diferentes instituições, uma coleção composta por documentos escritos e iconográficos.

Contudo, além de acessar esses acervos documentais, utilizou-se também como fonte a história oral. Foram recolhidos oito depoimentos dos moradores da Colônia Pinhal, no período referente ao final de 2019 e começo de 2020. Com a pandemia de COVID-19, o acesso a colônia ficou prioritariamente restrito a moradores e trabalhadores locais e para manter o distanciamento necessário no período realizamos mais duas entrevistas de forma remota, utilizando o google meet.

As pessoas entrevistadas nos deram autorização de uso para fins de pesquisa dos seus depoimentos e suas fotos familiares, que compõem este trabalho.

Procuramos um número grande de pessoas para recolher os depoimentos. Muitas, porém, não aceitaram e, dentre as que aceitaram, algumas não nos receberam, devido a outros compromissos ou à dificuldade de comunicação pela inabilidade em falar e compreender o português.

O critério de escolha para a realização das entrevistas, inicialmente foi contemplar as primeiras famílias que chegaram na Colônia Pinhal. Neste primeiro grupo, com exceção de três entrevistas, feitas com nisseis, os demais entrevistados são japoneses. Em um segundo momento foram realizadas entrevistas com pessoas que tinham uma ligação direta com alguma das instituições abordadas neste trabalho. Neste sentido, é importante descrever brevemente sobre quem são as pessoas que nos concederam as entrevistas e conservam parte das fotografias utilizadas.

Mayumi Ota, japonesa, tinha 25 anos, quando juntamente com o seu marido e sua filha de quatro anos emigraram para o Brasil. Foi a primeira família a chegar na Colônia Pinhal em 1962. Na colônia, Mayumi Ota teve mais quatro filhos, foi professora voluntária na escola japonesa, a primeira mulher a ser cooperada na Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo, participante do grupo de poesia Haikai. Em dezembro de 2019, período que concedeu a entrevista tinha 83 anos.

Erika Ota Yamada é nissei, isto é filha de japoneses. Filha da Mayumi Ota, nasceu, cresceu, casou-se, tem dois filhos e vive na Colônia Pinhal até os dias atuais. Começou o curso de Psicologia na Unesp de Assis, mas teve que interromper após o falecimento do pai, para auxiliar a mãe na agricultura. Após alguns anos voltou à universidade e cursou Letras. Foi professora da Escola Japonesa em São Miguel e da Escola Japonesa da Colônia Pinhal e atualmente é professora de japonês em São Miguel e ministra aulas particulares de apoio escolar em japonês para adultos e crianças na Colônia Pinhal.

Yumiko Fujisawa, japonesa, nasceu na província de Fukui, tinha 8 anos quando emigrou para o Brasil com os pais, irmãos e avós, em 1964. No Japão, a família enfrentava problemas financeiros e ficou sabendo sobre a campanha do governo de Fukui para a construção da colônia. Seus pais resolveram se candidatar para vir ao Brasil, mas tiveram dificuldade para

conseguir a autorização devido à saúde frágil e idade avançada do seu avô. Cresceu na Colônia Pinhal, morou por um período da juventude em Vera Cruz para acompanhar o irmão que estava doente, depois de casada morou um tempo em São Miguel e 10 anos no Japão. Na colônia sempre trabalhou na agricultura, participa do grupo de desenvolvimento de turismo rural, do grupo de senhoras, no time de vôlei e outras atividades da Associação Cultural Esportiva da Colônia Pinhal. Em janeiro de 2020, quando a entrevista foi concedida, tinha 63 anos.

Aurora Setsuko Higuchi, brasileira, nasceu em Guaraçaí, mas ainda criança se mudou com a família para Mirandópolis para a comunidade Yubá, onde viveu até os 29 anos, quando enfrentou a família e foi sozinha para a Colônia Pinhal em 1978. Na colônia casou-se, teve quatro filhos, é professora da Escola Modelo de Língua Japonesa desde 1978 e a partir de 1998 começou a atuar como professora de Música na mesma instituição. Em dezembro de 2019, quando a entrevista foi concedida, tinha 72 anos.

Toshiyuki Tokuhisa, japonês, nasceu em Fukuoka. Veio ao Brasil, em 1968, como estagiário, por um ano, do curso de Agricultura. Estudava sobre a agricultura dos imigrantes japoneses no Brasil. Neste período visitou a comunidade Yubá em Mirandópolis, Santarém no Pará e o Cerrado. Em 1973 ele retorna à comunidade Yubá, trazendo consigo trinta mil livros que foram divididos entre as diferentes colônias japonesas no Brasil. Permaneceu no Brasil se casou e teve três filhos. Trabalhou por quatro anos na Biblioteca da Colônia Pinhal, depois arrendou terras e trabalhou na agricultura. Os primeiros anos foram difíceis. Passou por vários sítios na colônia, até conseguir comprar suas próprias terras em 2005. Atuou como presidente da Associação Cultural Esportiva da Colônia Pinhal, presidente e professor da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Midori Nishida, japonesa, nasceu na província de Fukui, tinha sete anos quando emigrou para o Brasil, junto com os pais e uma irmã. Tinha um irmão com necessidades especiais, a quem o governo japonês não autorizou a viagem, argumentando que não estaria apto ao trabalho na lavoura. Para a família, não ter o irmão consigo dificultou a adaptação e causou problemas familiares. Seus pais resolveram emigrar devido a dificuldades financeiras; chegaram à Colônia em 1963. Midori cresceu, estudou, casou-se e teve quatro filhos. É uma participante ativa das

atividades da Associação Cultural Esportiva da Colônia Japonesa, atualmente é professora responsável pela Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal. Em janeiro de 2020, quando a entrevista foi concedida, tinha 63 anos.

Osamu Yamashita, japonês nasceu na província de Fukui, tinha 23 anos quando emigrou para o Brasil, era solteiro e veio com um grupo de jovens. Os jovens vieram para trabalhar em fazendas dos Associados da Cooperativa Cotia. Trabalhou por dois anos em uma fazenda, arrendou terras em Poços de Caldas e em 1963 chegou à Colônia Pinhal, juntamente com sua esposa e com o primeiro dos quatro filhos que teve. Sempre trabalhou na agricultura, foi um dos fundadores da Cooperativa Agrícola Sul Brasil na Colônia Pinhal e oito vezes presidente.

Paulo Koji Ariga, brasileiro, nasceu em São Miguel Arcanjo. Seu pai nasceu na província de Fukushima e sua mãe na cidade de Masuda. Seu pai veio para o Brasil, trazido pelos pais em 1945, logo depois que terminou a Segunda Guerra Mundial. Sua mãe veio em 1950 para se casar com seu pai, foi um namoro por correspondência, se encontraram pela primeira vez, no dia do casamento. Paulo morou em Pilar do Sul durante a infância, mas frequentava a colônia para auxiliar os pais no sítio e no período de férias. cursou Administração na Universidade Federal de Lavras, cursou pós-graduação e depois veio morar na Colônia Pinhal para administrar a propriedade da família. Em 2005 começou a trabalhar como gerente da Cooperativa Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo, onde está na atualidade.

Francisco Takahiro Yamashita, nasceu na Colônia Pinhal, apesar de ter sido registrado em Pilar do Sul. Formado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Lavras, trabalhou por três anos em uma grande Cooperativa no sul da Bahia e depois retornou para a colônia para suceder o pai na administração da propriedade. Foi presidente da Cooperativa Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo, em catorze mandatos.

Maria Luiza Rodrigues Menck Gavião, formada em letras, foi designada pelo Estado para trabalhar como gestora não efetiva da atual E.E. Massanori Karazawa no período de 1992 a 2005.

Procuramos nortear as entrevistas construindo um roteiro para aqueles que eram japoneses ou descendentes e para os brasileiros não descendentes, foi utilizado apenas parte deste roteiro, dando ênfase nos

aspectos do qual o entrevistado tinha maior ligação. O roteiro era dividido nas seguintes partes:

História da família – trajetória do Japão para o Brasil, trajetória no Brasil até chegar a Colônia;

Cotidiano na Colônia Pinhal – dificuldades, vantagens, rotina, convívio com os antigos moradores de São Miguel Arcanjo;

Associativismo – Participação na associação ou cooperativa, significado e função destas

Escolas – práticas escolares, festas, atividades cívicas, professores, interação com os demais alunos, regras disciplinares, brincadeiras e rotina escolar.

As fontes orais, assim como as fotografias foram imprescindíveis para este trabalho, principalmente pela falta de documentos escritos e ou encontrados escritos em japonês. Le Goff (1990) adverte sobre a ampliação da noção do documento, tomando-o em um sentido mais amplo, “documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou qualquer outra maneira”; ele destaca ainda que na falta do documento escrito cabe ao historiador “fabricar o seu mel, na falta das flores habituais”, com palavras ou outros meios.

Temos clareza que segundo Paul Thompson (1992, p. 14), a fonte oral possibilita retratar o vivido conforme concebido por quem o viveu; é preciso, entretanto, ter clareza quanto ao fato de que a memória é seletiva, incompleta e sofre transformações por interferência de fatos que nem sempre expressam com fidelidade o que foi vivenciado. Ou seja, o ato de rememorar quase sempre implica em recriação do passado.

Todavia, segundo Pollak (1992), por meio dos depoimentos de história de vida recolhemos memórias, que são entendidas como fenômenos individuais, íntimos, pessoais, mas que também podem ser entendidas como um acontecimento coletivo e social, ou seja, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações” (1992, p. 2); mas Pollak também lembra que “na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (1992, p. 2) e, assim como a fonte oral é socialmente construída, também o é a fonte escrita, cabendo ao historiador aplicar a qualquer tipo de fonte a crítica, já que “nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta” (1992, p. 8).

Os relatos recolhidos durante as entrevistas realizadas e o acervo fotográfico, nos apresentam lembranças e experiências que representam não só apenas os aspectos individuais ou familiares, mas nos fornecem indícios para refletir sobre os aspectos coletivos deste grupo de pessoas que participaram da construção da Colônia Pinhal.

Durante as entrevistas, os guardiões das fotografias nos apresentaram seus álbuns e revelaram histórias guardadas nas imagens. Cada fotografia trazia à tona recordações pessoais e do grupo a qual pertencia.

Segundo Mauad: “O sentimento de pertencimento é reforçado quando, ao virar as páginas dos álbuns e olhar para as fotografias, as gerações futuras elaboram narrativas sobre os eventos passados, utilizando pela memória construída a experiência vivida.” (MAUD, 2004, p. 140). O entrelaçamento das diversas fontes orais com as imagens permitiu a interpretação das memórias e suas imagens. Segundo Mauad:

[...]as imagens não falam por si mesmas, interpretar seus significados, atribuir-lhe valor estético, compreender suas representações sociais, descrever seus espaços de sociabilidades, comportamentos subjacentes, identificar seus personagens, tudo isso obriga aos estudiosos das imagens do passado o recurso a outras fontes de informação. Dentre estas, o relato oral, quando possível, é o que mais se acomoda às tramas da memória (MAUD, 2004, p. 03).

Durante os depoimentos das famílias entrevistadas, possibilitou-se encontrar entre os guardados pessoais um acervo fotográfico com quantidade e temática variada. Reuniu-se um acervo de 720 fotografias. Nos acervos pessoais, a maioria das fotos estavam organizadas em álbuns. Não eram separadas de forma cronológica ou temática. Com exceção de um álbum, em que há fotos em preto e branco, na sua maioria são imagens coloridas, tiradas com máquinas fotográficas japonesas. Além dos acervos pessoais, encontramos fotografias na E.E. Massanori Karazawa e na Escola Modelo Língua Japonesa reunindo um acervo de aproximadamente 350 fotografias.

Ao utilizar a fotografia como fonte de pesquisa, não são desconsideradas as dificuldades de análise e a complexidade de seu uso como fonte

histórica. Para quais finalidades foram tiradas estas fotografias? Quem conserva essas imagens e por quais motivos? O que essas imagens nos revelam? Considera-se que a imagem pode ser uma ferramenta analítica capaz de expressar valores, além de ser um material cultural de uma determinada sociedade. Essa característica faz com que seu mero aspecto ilustrativo seja ultrapassado, o que permite pensar em suas configurações históricas e sociais de produção. Segundo considerações de Barros (1992, p. 81):

A imagem é sempre um monumento, produzida por subjetividade que lhe dá a veste de real e que, para ser trabalhada enquanto linguagem, com a especificidade de um discurso: de que a imagem é sempre produzida socialmente, articulando sua dimensão físico-química (hoje também computadorizada) com a produção de ideias e valores, de uma estética e de uma ética.

Vários autores, como Kossoy (2001), Mauad (2004), Leite (1998) têm enfatizado o uso da fotografia nas pesquisas históricas. Para esses autores, é preciso atentar para a leitura das imagens fotográficas, submetendo-as a uma crítica que considere a interação entre fotógrafo, tecnologia, objeto registrado e as múltiplas faces e realidades da imagem fotográfica. A fotografia exprime histórias que falam das representações sociais, das ideias e dos significados de uma determinada época; ao mesmo tempo em que expõe zonas de luz, a fotografia também produz regiões de sombras.

Segundo Chartier (1991), a construção de representações sociais significa conceber a realidade composta por sujeitos sociais, individual ou coletivamente, lutando por constituir como ele se vê e quer ser visto no mundo. Podem também comportar idealizações e desejos, mas que movem atos concretos de sujeitos sociais numa realidade em mutação no bojo deste processo. Representações sociais ajudam a compreender a realidade onde são formadas. Não substituem tal realidade. Neste caso, a cultura é vista como um dos espaços onde as representações sociais têm papel importante na hierarquização de grupos e de sua cultura.

Seguindo as pistas da investigação e em diálogo com as fontes, organizamos o trabalho em três capítulos.

No capítulo “O Processo de Imigração Japonesa no Brasil – a fundação da Colônia Pinhal” abordamos o processo de imigração japonesa no Brasil, enfatizando o período após a Segunda Guerra Mundial e aspectos que contribuem para analisar a constituição da Colônia Pinhal. Almejamos enfatizar a fundação da Colônia Pinhal, o cotidiano de construção deste núcleo nipo-brasileiro nos primeiros anos.

No capítulo “Aspectos Associativos na Colônia Pinhal” analisamos sobre o associativismo na Colônia Pinhal, abordando a gênese da Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal e da Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo.

Enfatizamos como essas instituições associativas contribuíram para a organização da Colônia Pinhal, como foram mantedoras das tradições do país de origem dos imigrantes e ao mesmo tempo contribuíram para a interação social local.

No capítulo “Espaços Educativos na Colônia Pinhal” abordamos a gênese das escolas na Colônia Pinhal e a biblioteca, fazendo uma breve reflexão sobre a Colônia Pinhal como um espaço educativo formal e informal e destacando algumas práticas.

Por fim, tecemos algumas considerações, enfatizando a problemática central, tentando apontar caminhos para outras pesquisas.

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL – A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA PINHAL

Neste capítulo abordaremos de forma sintética o processo de imigração japonesa ao longo do século XX, dando ênfase aos aspectos que contribuem para analisar a constituição da Colônia Pinhal.

Iremos discorrer sobre a chegada dos primeiros imigrantes japoneses em 1908, o processo de imigração durante a primeira metade do século XX, o período da Segunda Guerra Mundial e as restrições impostas aos imigrantes japoneses.

Em seguida, almejamos enfatizar a volta de relações diplomáticas entre Brasil e Japão, o recomeço do processo de imigração japonesa após a Segunda Guerra Mundial, as características deste período e a fundação da Colônia Pinhal.

1.1. A IMIGRAÇÃO JAPONESA ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Refletir sobre o processo de imigração japonesa no Brasil ao longo do século XX é tarefa complexa e envolve debruçarmos em aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e até mesmo geográficos. A historiografia tem como marco principal para o início da imigração japonesa no Brasil a chegada de Kasato Maru, em 1908, apesar da existência de registros

anteriores de pequenos grupos de imigrantes japoneses no Brasil de forma independente.

Apenas em 1908 se concretizam acordos políticos entre Japão e Brasil, configurando uma política de imigração que beneficiou ambos países.

Segundo Cardoso (1995), o fim do trabalho escravo criou nova economia cafeeira, auxiliando na constituição de um mercado interno, uma vez que a mão de obra assalariada consumia, o que movimentava o comércio e a agricultura de abastecimento. O imigrante, como mão de obra assalariada, isto é, consumidores assalariados ou como pequenos empresários, foi um personagem importante para dinamizar o mercado interno brasileiro.

O imigrante foi introduzido no Brasil mesmo antes da abolição da escravatura. O governo imperial oficializa uma política de imigração no Brasil, com a intenção de estabelecer núcleos populacionais em regiões que sofriam ameaças de perda de território, porém, neste trabalho, trataremos do processo de imigração iniciado no final do século XIX e XX enfatizando a imigração japonesa.

Com a proibição do tráfico negreiro e posteriormente com a abolição da escravatura no Brasil, o governo brasileiro tentou suprir a falta de mão de obra por trabalhadores europeus. Primeiramente, em sua maioria imigrantes portugueses, espanhóis, alemães e italianos, entre outros países europeus.

Segundo Levy (1974):

Dentre os imigrantes que se destinaram ao Estado de São Paulo de 1885 a 1971, os que apresentaram a porcentagem mais elevada foram os italianos (35,64%), seguindo-se os espanhóis (16,10%) e portugueses (13,73%). Do total de imigrantes entrados nesse período em São Paulo, o maior número é encontrado no quinquênio que vai de 1885 a 1889, seguido pelo de 1910 a 1914 (que justamente antecede a I Grande Guerra). Até 1904 já haviam entrado em São Paulo 76,22% dos imigrantes italianos, sendo que, do total de imigrantes no período de 1885 a 1889, 81,93% era de origem italiana. (LEVY, 1974, p. 62)

Eram nacionalidades que iam ao encontro dos ideais da elite do período. Havia uma discussão da elite em torno da identidade do brasileiro: almejava-se uma nação nos moldes dos padrões da elite europeia. Formas de pensar que estabeleciam a política de “branqueamento” do país, adotaram a ideia racial para defender e proporcionar o desenvolvimento econômico e social do país. A elite branca da época apoiava a ideia de “branqueamento”, pois considerava como certo que o país não se desenvolvia em razão de a maioria da população ser composta por negros e mestiços. Prevalencia, para muitos, a noção de que a “raça” branca era superior às outras “raças”, considerando o negro e o índio como “sub-raças”. Esse período associava formulações sociológicas, de medicina social e políticas públicas na tentativa de explicar e resolver o atraso socioeconômico brasileiro. A fórmula combinava ideias de pensadores brasileiros como Nina Rodrigues, Paulo Prado, Manuel Bonfim, Oliveira Viana e influências estrangeiras advindas de Gobineau e Lombroso, entre outros (Schwarcz, 1993).

As atenções eram dadas para estimular a vinda dos imigrantes europeus, que além de suprir a falta de mão de obra, contribuíram com o progresso brasileiro, tendo em vista a ideia de “branqueamento” do país. Os emigrantes europeus sustentaram o crescimento da necessidade de mão de obra nos cafezais, por alguns anos, mas as péssimas condições de trabalho e de vida dadas pelos patrões cafeicultores, acostumados a tratar de forma sub-humana sua mão de obra, além de desmotivar a vinda de imigrantes fez com que a Itália (Decreto Prinetti em 1902), até impedissem durante alguns anos que seus cidadãos emigrassem para o Brasil. Esta proibição, o crescimento da demanda internacional por café e consequentemente da produção, fez com que aumentasse a escassez de mão de obra, fazendo com que o governo e os fazendeiros aceitassem a possibilidade de receber o imigrante asiático.

Desde 1890 se cogitava a vinda de imigrantes asiáticos para o Brasil, mas nenhuma ação concreta tinha sido realizada até o Decreto-Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892, que permitiu a imigração japonesa e chinesa. O Japão e o Brasil, neste ano, assinaram um tratado em que ambos os países passaram a manter relações diplomáticas e, mesmo contrariando a opinião pública brasileira, abriram negociações para a vinda de imigrantes japoneses.

Em 1894 o Japão enviou o deputado Tadashi Nemoto para uma visita ao Brasil, em cujo roteiro foram incluídos os Estados da Bahia, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo. Satisfeito com o que viu, Nemoto mandou um relatório ao governo e às empresas de emigração japonesas, recomendando o Brasil como país apto a acolher os imigrantes orientais. A partida da primeira leva de japoneses, que deveria vir trabalhar nas lavouras de café em 1897, teve, no entanto, de ser cancelada justamente na véspera do embarque em razão da crise que o preço do café sofreu em todo o mundo, e que perdurou até 1906.

Em 1907, o governo brasileiro publicou a Lei da Imigração e Colonização, permitindo que cada Estado definisse a forma mais conveniente de receber e instalar os imigrantes. E, em novembro desse mesmo ano, Ryu Mizuno fechou um acordo com o Secretário da Agricultura de São Paulo, Carlos Arruda Botelho, para a introdução de três mil imigrantes japoneses em um período de três anos.

Assim como o governo brasileiro tinha fortes motivos para a vinda dos imigrantes, o governo japonês tinha fortes razões socioeconômicas para incentivar a emigração em seu país. Nesse período, meados da Era Meiji, o Japão atravessava uma grave crise em que agravava o desemprego, resultado da política econômica implementada no Japão. A balança comercial japonesa era desfavorável em relação aos países industrializados, uma vez que, comparada à desses países, a indústria nipônica era incipiente.

Segundo Sakurai (2007, p. 113), a Era Meiji (1868-1912) iniciou após uma crise sem precedentes, fruto da abertura dos portos japoneses às potências ocidentais, industrializadas. A crise gerou o enfraquecimento do governo Xogunato e revoltas que levaram a uma guerra civil, que culminou em 1868 com a vitória dos que queriam a restauração do poder do imperador, e que defendiam a modernização rápida do Japão em moldes ocidentais.

Em 20 anos, a modernização ocorrida com a Era Meiji revolucionou o país, propiciando oportunidades para a aristocracia que ocupou importantes cargos na nova estrutura político-governamental, e para uma emergente burguesia que enriqueceu com os métodos industriais e financeiros importados do ocidente. No entanto, os benefícios do enriquecimento do país ficaram nas mãos de poucos; mesmo com a industrialização

e o fortalecimento bélico, as necessidades sociais da população não foram atendidas.

Grande parte da população japonesa morava no campo onde a crise era mais sentida. Para ajustar o orçamento familiar, a tendência das famílias camponesas era, em primeira instância, a de encaminhar os filhos mais jovens para os centros urbanos, de forma que pudessem aprender um novo ofício. Muitos se tornaram marceneiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates etc.

Nesses centros urbanos, o processo de migração interna resultou em grande aumento populacional e conseqüentemente, o desemprego. Para o governo japonês, uma forma para solucionar os problemas gerados pelo êxodo rural e aumento da população e desemprego foi estimular a emigração.

Inicialmente a principal alternativa eram os Estados Unidos e Argentina, mas, com a crise econômica nesses países, a melhor opção passou a ser o Brasil, devido sua potência agrícola e necessidade de mão de obra. Segundo Levy (1974, p. 62): “Os japoneses só iniciaram sua imigração – toda ela dirigida para São Paulo – a partir de 1908. O período máximo dessa nacionalidade vai de 1925 a 1934.”

Há um leque grande de trabalhos sobre a imigração japonesa: Demartini (2000; 2004; 2006; 2012), Gonçalves (2008), Handa (1987), Miyao (1980) e Silva (2016), entre outros que comungam da leitura de Saito (1961) e Cardoso (1995), que caracterizam o processo de imigração japonesa no Brasil em três períodos distintos: dois períodos antes da Segunda Guerra Mundial e o terceiro inicia-se em 1951. Ambos discutem aspectos socio-culturais, econômicos e educacionais no Brasil e no Japão que influenciaram ou repercutiram na imigração ao longo do século XX. Segundo Saito (1961):

O período que vai de 1908, quando foi iniciado a corrente, até 1925, ano em que se efetiva o subsídio do Governo japonês, em consequência da suspensão, em 1921, de regime de subsídio do Estado de São Paulo, constituiu, por assim dizer, um período experimental, e, portanto, o definiremos como um período experimental [...] A época que vai de 1926 a 1941, no espaço de 15 anos, é o que definimos aqui

como sendo o Segundo Período, no qual a emigração para o Brasil foi promovida e subsidiada pelo governo japonês. O número dos que entraram no Brasil durante esse período atingiu a safra de 148.975 imigrantes, o que corresponde a mais de 75% do total de imigrantes na fase anterior à Segunda Guerra Mundial. (SAITO, 1961, p. 35).

Segundo Saito (1961) e Cardoso (1995) o primeiro período durou 14 anos, estendendo-se de 1908 até 1925. Nesse primeiro período, os japoneses vieram para suprir a mão de obra nos cafezais. Chegaram ao Brasil catorze mil oitocentos e oitenta e seis imigrantes japoneses e entre 1917 e 1920, mais treze mil e quinhentos e noventa e sete.

A primeira leva de imigrantes japoneses chegou ao Brasil contratada pela Empresa de Imigração e Colonização Kokoku Shokumi Kaisha. Esses imigrantes tinham parte da passagem marítima subsidiada pelo governo estadual paulista e parte paga pelo fazendeiro empregador, que podia descontá-la dos salários dos novos colonos. Era o mesmo esquema desenvolvido para promover a imigração italiana. Diferentemente, porém, do processo de imigração europeu, a política imigratória brasileira impôs que os emigrantes japoneses deveriam vir em grupos de famílias. Cardoso (1995) destaca que:

Este tipo de imigração familiar, não individual, trouxe para o Brasil não só uma proporção equilibrada de homens e de mulheres, mas também várias gerações simultaneamente. No início da imigração, as famílias japonesas apresentavam uma preponderância de indivíduos adultos em idade produtiva, como geralmente ocorre com populações imigrantes.... É sabido que os japoneses, para atender às exigências do Brasil e também para poder enfrentar as tarefas que, nas fazendas de café, eram distribuídas de acordo com o número de braços com que contava a família, usaram frequentemente o recurso legal da adoção ou casamentos fictícios para emigrar em grupos altamente produtivos. (CARDOSO, 1995, p. 19)

Em 18 de junho de 1908 chegou ao porto de Santos o navio Kasato Maru. A bordo estavam 165 famílias vindas de regiões pobres do Sul e do Norte do Japão.

O Jornal Correio Paulistano, de 26 de junho de 1908, publicou um artigo redigido pelo inspetor de imigrantes do Estado de São Paulo, J. Amândio Sobral, descrevendo suas impressões sobre os imigrantes nipônicos. Sob efeito desse primeiro impacto, Sobral expressa abertamente que os elogios que se faziam ao comportamento e à aparência dos japoneses não eram um exagero de sua parte, pois que o grau de limpeza de “gente de humilde camada social do Japão” era qualificado como “inexcedível”, e que “houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava em sua terceira classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu de 1ª classe”. Ele observa que, ao deixarem o trem que os trouxe de Santos à hospedaria de imigrantes em São Paulo, “saíram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta”. Na hospedaria, os japoneses...

têm feito as suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os últimos a fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaitice, um sinal de impaciência ou uma voz de protesto (...) surpreendeu a todos o estado de limpeza em que ficou o salão: nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspidadeiras e pontas de cigarro esmagadas com os pés de outros imigrantes. (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 26 de junho de 1908)

Muitos chegaram com pequenas bandeiras do Brasil e do Japão feitas de seda, manualmente, “trazidas de propósito para nos serem amáveis”. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável”, observou Sobral. E todos se vestiam de modo simples, mas de forma ocidental, o que na época foi algo inesperado:

A vestimenta europeia conquista terreno no império do Sol Nascente. Foram os próprios imigrantes que compraram as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro, e só trouxeram roupa limpa, nova, causando uma impressão

agradável. (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 26 de junho de 1908).

Após o desembarque no porto de Santos, os imigrantes japoneses foram encaminhados para São Paulo, onde foram alocados na hospedaria dos imigrantes. A hospedaria tinha a capacidade de abrigar duas mil pessoas. Após dez horas de trem, os imigrantes chegaram à Hospedaria dos Imigrantes e foram recebidos com o jantar. Segundo o jornal Correio Paulistano, o jantar das 17 horas foi servido em dois turnos, sendo o cardápio composto por pão, sopa de bacalhau e batatinhas.

Os setecentos e oitenta e um imigrantes japoneses, que chegaram em 1908, foram destinados a seis fazendas de café no interior de São Paulo. Foi onde todas as suas expectativas positivas foram frustradas pela realidade cotidiana com que se depararam.

Segundo Handa (1987), o idioma, a alimentação, a moradia e o trabalho árduo eram aspectos que desmantelaram as expectativas positivas dos imigrantes japoneses. O idioma era muito diferente, os poucos intérpretes designados não compreendiam as gírias da língua falada, e havia ainda os brasileiros que faziam brincadeiras ensinando palavrões às moças, colocando-as em situações constrangedoras.

Dificuldades de entendimento entre os imigrantes e fazendeiros devido a total diferença de cultura, idioma, usos e costumes geravam constantes atritos. “Capitães-do-mato” e “capangas” armados para levar os imigrantes aos cafezais e fiscalizar seu trabalho passavam aos japoneses a sensação de que seus contratadores não lhes tinham confiança e queriam mantê-los prisioneiros, como uma espécie de mão de obra escrava. Obrigados a comprar comida e itens de primeira necessidade apenas no armazém da fazenda, os imigrantes logo perceberam que ao invés de receber um salário no fim do mês, passaram a ter dívidas com os fazendeiros, dado os preços exorbitantes cobrados nesses armazéns (HANDA, 1987, p. 55-60).

O trabalho nos cafezais não era aquele que havia sido descrito nas propagandas japonesas. Nelas, o café era descrito como “a árvore que dá ouro”, e a produção da planta seria tão grande que os galhos envergavam com o peso dos frutos, de maneira que bastava colhê-los com as mãos. Todavia, o trabalho não era tão fácil, pois a produtividade do café

dependia do cuidado constante e das condições do clima, que nem sempre ajudavam no grande rendimento do fruto. O clima, além de influenciar na produção do café, também dificultava o trabalho dos imigrantes, que estranharam as diferenças climáticas existentes entre o Brasil e o Japão.

A propaganda das agências de emigração anunciava bons salários, o que alimentava a esperança dos japoneses em vir para o Brasil e retornar com melhores condições econômicas. A propaganda destacava que se tudo corresse como as agências anunciavam, em um mês, uma família com três membros, trabalhando no cafezal, receberia o equivalente a 135 ienes no câmbio da época (uma quantia fantástica, considerando que o salário mensal de um policial no Japão era de 10 ienes). Os valores dos salários utilizados na propaganda eram calculados sobre uma média superestimada de 9 sacos de 50 quilos de café colhidos por dia, por família. Entretanto, ao chegar nas fazendas, os japoneses foram colocados para trabalhar com cafeeiros velhos, com baixa produtividade, o que resultava em uma colheita escassa, que não chegava nem na metade da produção divulgada na propaganda. Do dia para a noite, passando a ser explorados como mão de obra escrava, empurrados para a miséria e correndo risco de vida pela situação de abandono, os imigrantes não tiveram alternativa a não ser fugir das fazendas e buscar outras profissões. Até o fim de 1908, apenas 359 das 781 pessoas que haviam chegado em junho no Kasato Maru ainda se encontravam nas fazendas contratantes. Na Fazenda Dumont, que recebeu o maior grupo de imigrantes japoneses (210 pessoas), ninguém ficou (HANDA, 1987, p. 39).

Os imigrantes japoneses que fugiram das fazendas procuraram se estabelecer de acordo com a profissão que tinham no Japão ou com a oportunidade que surgisse. Alguns dos primeiros imigrantes tinham estudado, outros eram comerciantes, carpinteiros, ferreiros e passaram a exercer essas funções no Brasil. Outros se empregavam na construção civil, no porto, como empregados domésticos, entre outras funções. Na década de 1910, instalou-se em Santos um pequeno grupo de profissionais autônomos e pequenos comerciantes imigrantes, e na década de 1920 japoneses passaram a morar e abrir negócios na rua Conde de Sarzedas, na região central da Sé, em São Paulo.

O segundo período de imigração, que abrange os anos de 1925 até 1941, no qual o Brasil recebeu mais de cento e quarenta e cinco mil japoneses,

(número que corresponde a cerca de 75% dos imigrantes japoneses no Brasil a entrar antes da II Guerra Mundial), foi marcado pela vinda dos imigrantes japoneses para trabalhar nas mais diversas áreas, mas principalmente como colonos em pequenas propriedades. Paralelamente ao encaminhamento de mão de obra assalariada, o governo japonês promoveu a imigração de colonização.

Em 1927, criou-se no Japão a Federação das Associações Ultramarinas e, em São Paulo, o órgão representativo dessa associação, a Sociedade Colonizadora do Brasil (Bratac). A finalidade dessas empresas era recrutar e encaminhar imigrantes com algum recurso, que pudessem responsabilizar-se pela compra de um pequeno lote. A Bratac, a partir de 1928, adquiriu glebas de terra nos Estados de São Paulo e Paraná para loteá-las e vendê-las aos colonos, formando núcleos agrícolas. Estes imigrantes, que contavam já com um capital inicial, são designados comumente como “imigrantes de colonização”, em oposição aos demais que aqui chegaram como assalariados. Entre 1930 e 1939, o Brasil recebeu o maior número de imigrantes japoneses, um período especial de expansão da agricultura paulista depois da crise de 1929.

No segundo período, uma pequena parcela continuava sendo direcionada para os cafezais, mas a maioria emigrava como assalariado no comércio ou como proprietário de terras, os chamados imigrantes de colonização. Neste período, o governo japonês assume o processo de emigração para o Brasil e inaugura uma outra forma de inserção do imigrante, como colonizador ou arrendatário de terras. Este processo aconteceu por meio das companhias de imigração: Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), companhia de imigração administrada pelo governo japonês e a Ygen-Sekin Buraziru Takusyoku Kumiai, conhecida por BRATAC.

Segundo Vieira (1973, p. 32- 45), a KKKK e a BRATAC, são quase como braços do governo japonês em terras brasileiras, atuam subsidiando a viagem do imigrante, na compra de terras em diferentes regiões do Brasil, no assentamento dos colonos, financiando o cultivo, e infraestrutura das colônias.

Assim como Vieira (1973), Sakurai (1999) e Ohara (2009) destacam a atuação das companhias de imigração como forma do governo japonês de garantir o processo de imigração japonesa no Brasil. De acordo com Ohara 2009:

Neste segundo período, que vai de 1926 a 1941, a KKKK, que, como foi salientado, constituía verdadeiros braços do governo japonês, não apenas promove a emigração, como também se lança a empreendimentos de colonização. Recebendo subsídios oficiais, adquire terras, faz o seu loteamento, assenta imigrantes, constrói estradas, presta assistência médica e ajuda os seus produtores a comercializar os seus produtos. (OHARA, 2009, p. 288).

A década de 30 foi marcada pelas visitas de várias missões japonesas ao Brasil para promover a exportação, para o Japão, de matérias primas brasileiras, principalmente o algodão. A partir de 1936, algumas indústrias têxteis japonesas passaram a operar no Brasil para beneficiar e exportar o algodão. Foi um período em que o capital japonês que vem para o Brasil, se dirige ao comércio e à indústria e em que o movimento de imigração atingiu seu auge.

Segundo Cardoso (1995) a agricultura cafeeira continuou avançando para o interior paulista, deixando um rastro de terras cansadas devido à monocultura, o que fez com que elas ficassem mais baratas e fossem loteadas em pequenas propriedades, muitas delas compradas por imigrantes japoneses, que formariam as colônias. Essas colônias exerciam um importante papel na agricultura de abastecimento e no fornecimento de matéria-prima à indústria. Apesar das compras das terras, ainda prevalece o sonho de fazer fortuna e retornar ao Japão.

O ritmo de chegada de imigrantes japoneses no Brasil começou a desacelerar com a legislação excludente e associada a um processo xenofóbico que não reconhecia os diplomas dos estrangeiros, o que privava os imigrantes de exercer profissões liberais.

Como lembrou Ângela de Castro Gomes (1999, p. 6), a imigração era considerada um problema político. Considerava-se que a imigração japonesa traria prejuízo aos trabalhadores nacionais e à segurança nacional. A política nacionalista imposta pelo governo brasileiro a partir de 1938 encarou os estrangeiros, incluindo os japoneses, como um problema para a nação. A expansão nipônica era vista com desconfiança pelo governo brasileiro, que assumia uma postura ideológica nacionalista, ao mesmo

tempo em que se opunha ao comunismo, aos grupos exóticos (estrangeiros), aos “parasitas” (judeus) e às “raças ditas inferiores” (negros).

Getúlio Vargas baixou em 20 de agosto de 1938 um decreto proibindo publicações regulares em línguas estrangeiras sem permissão do Ministério da Justiça. Para os imigrantes japoneses essa proibição foi recebida como um golpe, pois a maioria deles tinha dificuldade ou não sabia ler em português. A proibição das publicações em japonês significava deixar a comunidade nipônica sem informações, além de dificultar o ensino da língua escrita japonesa para as crianças. Para suprir essa carência no ensino infantil, apelou-se à utilização de livros em edições antigas. (MORAIS, 2001, p. 34).

A vida dos imigrantes no Brasil foi ficando cada vez mais complicada e, em setembro de 1939, foi declarada a guerra na Europa; o Brasil, porém, proclamou sua neutralidade em relação a ela. Apenas em 1942, por causa dos afundamentos dos navios brasileiros, o Brasil rompeu relações diplomáticas e declarou guerra aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Já a partir de 1939, as medidas de repressão foram intensificadas, sendo estabelecida a censura oficial à correspondência internacional, mantida a proibição à publicação de jornais em japonês, bem como o uso da língua do país natal e o fechamento das escolas dos imigrantes. A imigração de japoneses ao Brasil foi proibida, e o navio Buenos Aires Maru, que chegou ao país em 1941, foi o último de um ciclo iniciado pelo Kasato Maru.

Com o rompimento das relações entre Brasil e Japão, a vida das colônias se tornou extremamente difícil, os imigrantes japoneses passaram a ser alvo de suspeita, perseguição e preconceito.

Segundo Takeuchi (2002), havia um processo de repressão à etnicidade, com a proibição da expressão em público em língua japonesa, fechamento das escolas estrangeiras, proibição das transmissões radiofônicas, da posse de livros em língua estrangeira, além da proibição de uso de automóveis e a instalação do sistema de salvo conduto. O sistema de salvo conduto controlava o direito de ir e vir dos estrangeiros. Segundo Takeuchi:

O salvo conduto foi introduzido no Brasil pela polícia do Distrito Federal, com base nas Portarias nº 7576, de 26 de janeiro, e nº 8604, de 30 de outubro de 1942, legalizando o

controle aos chamados “súditos do Eixo”. Assim, para se locomover de uma localidade para outra, esses estrangeiros eram obrigados a portar um documento temporário que controlava o ato de “ir e vir” de todos os cidadãos alemães, japoneses ou italianos, implicando numa verdadeira “geopolítica do controle”. Esse documento deveria ser requerido através do Superintendente de Segurança Política e Social ou, no caso o interessado residir no interior através da Delegacia local. (TAKEUCHI, 2002, p. 32)

O salvo conduto, assim como as outras restrições, tinham o objetivo de fiscalizar e controlar os estrangeiros devido à guerra, mas gerava e estimulava o preconceito e a perseguição aos estrangeiros.

Entre todas as medidas restritivas, nenhuma causou mais sofrimento aos japoneses do que o fechamento das escolas de seus filhos, tanto que essa foi a única das proibições impostas que os japoneses que viviam no Brasil resolveram burlar. Eles estavam “...decididos a não entregar os pontos, a cada escola fechada os japoneses abriam outra, clandestina. As aulas eram dadas à noite nos fundos das casas...” (MORAIS, 2001, p. 49). Essa era a forma encontrada para que seus filhos não fossem privados do Yamatodamashii: a doutrina do “espírito nipônico” e do “modo de vida japonês”.

As restrições, o sentimento antiestrangeiro e as perseguições aumentaram na medida em que a guerra ia se agravando. Quando Getúlio Vargas declarou guerra aos países do Eixo, a decisão foi acompanhada de medidas de restrição. A primeira foi a de autorizar o rompimento de contrato de trabalho sem o pagamento de direitos; a segunda, a necessidade de obter licença policial para a aquisição de alguns produtos; e a terceira veio pouco tempo depois e foi a mais severa, pois retirou comunidades inteiras de imigrantes que viviam nas cidades, em especial em Santos e São Paulo. Os imigrantes receberam ordem de evacuação - em menos de 6 horas famílias foram retiradas de suas casas e enviadas a fazendas de isolamento no interior. Imóveis, dinheiro e quaisquer bens de valor dos imigrantes foram tomados para posterior inclusão no fundo de indenização de guerra. (MORAIS, 2001, p. 47-57).

Assim a imigração japonesa entra em declínio com implementação do sistema de cotas, fruto da política nacionalista que controlava a imigração, até sua paralisação em 1941, ano em que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial.

1.2 A RETOMADA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O processo de imigração japonesa é apenas retomado em 1951, com a retomada de declarações diplomáticas com o Japão, porém segundo Sakurai (2008), apenas oficializada em 1962, pelo Decreto n. 52920. Definido por Saito (1961) e Cardoso (1995) como o terceiro período da imigração japonesa, tendo como principais características a vinda de mão de obra qualificada ou como pequenos proprietários de terras ou arrendatários nas colônias. Segundo Cardoso,

apenas em 1951 foi autorizada novamente a entrada de japoneses, porém esta imigração de após-guerra tem um caráter bastante distinto. Não só nunca alcançou a importância numérica do período anterior, mas também o tipo de imigrante é diferente. No período de após-guerra aumenta muito o número dos imigrantes de colonização, chegando a atingir 43,6% do total de entradas, e também dos imigrantes isolados. O recenseamento geral da Colônia Japonesa, realizado em 1958, aponta 5 927 imigrantes entrados depois de 1952 (3% do total geral de imigrados), sendo que 40,2% deles imigraram individualmente e não como parte de uma família. (CARDOSO, 1995, p. 37).

Neste período os grupos de imigrantes passaram a receber ajuda dos conterrâneos para se estabelecer no Brasil. Os imigrantes japoneses que já estavam instalados no Brasil e os novos que chegaram não tinham mais, em sua grande maioria, a ilusão de trabalhar para retornar ao Japão com melhores condições econômicas. Os imigrantes japoneses vinham para o

Brasil após a Segunda Guerra Mundial como pequenos proprietários de terras, era a imigração de colonização organizada principalmente pelas organizações de imigração japonesa. Segundo Sakurai (2008):

O panorama do pós-guerra mostra profundas mudanças no quadro da imigração japonesa se comparado com antes da guerra. Apesar de as motivações não serem diferentes – pressão demográfica, miséria, a imigração vista como elemento de um plano mundializado e planejado de deslocamento de populações e de capitais é nova. Já não se trata de uma imigração apenas de famílias que vêm com o objetivo de fugir das dificuldades no país de origem, mas sim de ver a imigração japonesa para o Brasil como parte de um planejamento mundial. (SAKURAI, 2008, p. 221)

A autora ainda completa enfatizando o interesse do Brasil e do Japão na imigração japonesa como um projeto de desenvolvimento, possibilitando respeito ao Japão e projetos na indústria e agricultura para o Brasil. Nas palavras de Sakurai (2008):

O Brasil apresenta-se como alternativa que interessa a ambos os lados, na medida em que necessita dos investimentos japoneses e mão de obra especializada para seu projeto de desenvolvimento; pelo lado japonês, a sua participação nos setores público e privado brasileiro assegura visibilidade, respeito, sem que necessariamente se reverta em retornos financeiros vultosos. Dentro do raciocínio da cooperação do humanismo, a implantação de indústrias e de projetos agrícolas japoneses trazendo para o Brasil tecnologia e mão de obra é considerada positiva no contexto da época. (SAKURAI, 2008, p. 221)

Circulava no país ideias contrárias ou apoiando com certas restrições, a discriminação em relação ao japonês prevalece grande no Brasil, mesmo após a guerra, porém interessa ao Brasil a vinda dos imigrantes japoneses que possa dar contribuições concretas ao país.

Vale acentuar que, na concessão do visto permanente individual para o Brasil, depois de demorada e minuciosa seleção, satisfeitas todas as exigências da legislação brasileira, tem sido sempre uma constante da minha atuação de Cônsul verificar se o candidato à emigrar possa levar ao Brasil uma contribuição e se está imbuído da vontade de trabalhar – qualidade está inerente aos imigrantes japoneses do começo do século e que tanto serviu de estímulo às populações campestres locais, sobretudo nos rincões mais afastados das grandes cidades (FERREIRA, 1995, p. 11 apud SAKURAI 2008).

Exemplos desta verificação minuciosa foram apresentados nos depoimentos dos primeiros imigrantes japoneses moradores da Colônia Pinhal:

(...) ele tinha que trazer o pai, os pai... já tava na idade, já tinham uns setenta anos naquela época e trouxe as ..., tinha que preparar, outra preparação que precisava é que o meu vô, quer dizer vô, ele tinha problema de saúde, aí para ele viajar de navio não saiu a ordem de viagem então na verdade, acho que era pra ter vindo junto com elas no mesmo navio, elas vieram três meses antes, mas só que a gente não conseguiu, saiu lá do ... do Japão, não deram ordem de saída da saúde do vô... mas no fim a gente conseguiu e veio três meses depois, atrasou, mas chegou. (YUMIKO FUJISAWA. Entrevista concedida em janeiro de 2020)

Outro depoimento:

A gente veio com minha irmã, eu, meu pai e minha mãe, deixou meu irmão mais velho porque ele não podia trabalhar na lavoura né, então imigração era pra trabalhar na lavoura, no sítio mesmo né, então o governo não quis pagar a viagem do meu irmão e aí ficou. (MIDORI NISHIDA. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

Falas que revelam um pouco do que significou na vida dos imigrantes as verificações minuciosas para receber a autorização para emigrar para o Brasil e que o país realmente estava interessado na mão de obra qualificada que trouxesse contribuições.

Segundo Ferreira (1995) apud Sakurai (2008, p. 3) o governo brasileiro tinha interesse na criação de colônias japonesas, principalmente em regiões afastadas das grandes cidades, o que autora chama de “...rincões mais afastados das grandes cidades”, com objetivo de povoar essas regiões mais isoladas, como é o caso da Colônia Pinhal.

No período pós-guerra, além de financiar a viagem, organizar as colônias por meio das empresas de emigração, o governo japonês mantém organizações que auxiliam tecnicamente e financeiramente projetos das colônias japonesas.

Este processo iniciou-se em 1954, quando o governo japonês criou a Federação das Associações Ultramarinas do Japão (Kaigai Kyokai Rengokai) com o objetivo de recrutar, financiar e recepcionar o emigrante japonês, em 1955 foi fundada a Companhia Japonesa de Fomento de Emigração Ultramarina (Nihon Kaigai Ljyui Shinko Kabushiki Kaisha) com objetivo de comprar terras, fundar colônias e vender lotes aos imigrantes japoneses (JAPAN INTERNACIONAL COOPERATION AGENCY - JICA 1988). No Brasil, as atividades da Federação das Associações Ultramarinas do Japão eram de responsabilidade da JAMIC - Imigração e Colonização Ltda - tinha como objetivo a “imigração e colonização; agricultura, pecuária e indústria a elas pertinentes, nas quais seriam admitidos imigrantes como trabalhadores ou técnicos; compra e venda de mercadorias e imóveis e demais atividades conexas ou necessárias para consecução dos fins sociais”.(MUTO, 2010, p. 184)

Outra empresa fundada foi a JEMIS - Assistência Financeira S/A, que tinha como objetivo conceder empréstimos para atender as necessidades de recursos financeiros aos imigrantes japoneses ou a associações organizadas pelos mesmos, funcionava como uma instituição financeira que fornecia empréstimos com juros baixos financiados pelo governo japonês.

Em 1960 foi estabelecido o Acordo de Migração e Colonização entre Japão e o Brasil, do qual entra em vigor por meio do Decreto 52.920 de novembro de 1963, instituindo diretrizes para o processo de imigração de colonização, isto é, compra de terras, organização da viagem, recepção

do imigrante no Brasil, venda de lotes e organização e financiamento das colônias.

Entre 1957 e 1976 com apoio do governo japonês, cooperativas locais e associações, foram criadas 10 colônias agrícolas de assentamentos dos novos imigrantes, dentre elas a Colônia Pinhal, localizada em São Miguel Arcanjo - SP, como podemos observar no quadro:

Quadro 1: Colônia japonesas fundadas com apoio da JAMIC

Colônia	Local	Data	Áreas - Há
Várzea Alegre	Mato Grosso do Sul	Set. 1957	37.429,3
Guataparã	Ribeirão Preto, SP	Mai. 1958	7.294,0
Santo Antônio	Lorena, SP	Mai. 1959	784,0
Jacareí	Jacareí, SP	Jul. 1959	613,0
Funchal	Cachoeira de Macacu, RJ	Jul. 1959	1.015,0
Tietê	Pereira Barreto, SP	Fev. 1960	1.246,8
2 Col. Tomé-Açu	Tomé-Açu, PA	Mai. 1962	25.800,0
Pinhal	S. Miguel Arcanjo, SP	Set. 1962	756,0
São Lourenço	Nova Friburgo, RJ	Ago. 1975	168,0
Auriverde	Capão Bonito, SP	Dez. 1976	419,0
Totais			75.515,1

Fonte: Relatório JAMIC/JICA (JAPAN..., 1998, p 95). Apud Muto, 2010

A JAMIC/JEMIS, juntamente com cooperativas e organizações foram responsáveis por todo o processo de fundação e desenvolvimento das colônias agrícolas mencionadas no quadro 1, organizando a compra das terras, o assentamento ou venda dos lotes e infraestrutura.

Com a junção da JAMIC com a JEMIS, as atribuições consideradas bancárias foram direcionadas ao Banco América do Sul S/A. Esta junção deu origem a outra organização que, em 1974 passou a ser chamada JICA (*Japan Internacional Cooperation Agency*) - Agência de Cooperação Internacional do Japão).

A JICA é uma organização estadual responsável pelo desenvolvimento socioeconômico, foi fundada para apoiar a fixação dos japoneses nas

colônias agrícolas, subsidiando infraestrutura geral como: energia elétrica, abertura de estradas, hospitais, escolas, enfim suprir as necessidades básicas das colônias.

A partir dos anos de 1980, a JICA tem como objetivo contribuir com a paz e o desenvolvimento da sociedade internacional. Atualmente a JICA possui uma rede de assistência em 150 países pelo mundo (JICA, 2011). No Brasil, realiza parcerias com as comunidades Nikkei, contribuindo com o desenvolvimento da comunidade e beneficiando a sociedade local. Prioriza seu trabalho por meio de três programas em parceria com a Nikkei: treinamento de japoneses e seus descendentes no Japão; envio de voluntário às comunidades Nikkei que atuam principalmente nas escolas japonesas ou associações e subsídio para entidades Nikkeis. A atuação da JICA abrange diferentes aspectos: subsídios financeiros para infraestrutura, materiais ou projetos sociais, formação de professores, apoio às escolas e associações Nikkeis no Brasil. Segundo a JICA o apoio é fundamental “... para que assim, haja o desenvolvimento da comunidade Nikkei e como resultado deste processo, o fortalecimento sociocultural e econômico da comunidade local e adjacências” (JICA, 2011, p. 12).

A JAMIC e a JICA tiveram um papel fundamental em diferentes aspectos da fixação do imigrante japonês no Brasil, em especial nas dez colônias japonesas agrícolas citadas no quadro 1, das quais a JAMIC foi responsável por recrutar os emigrantes, comprar as terras, lotear, vender, auxiliar no início do cultivo e a JICA subsidiando as necessidades básicas dos colonos.

Dentre as colônias japonesas agrícolas apresentadas no quadro 1, destacamos a Colônia Pinhal. Segundo o Relatório da JAMIC/JICA (JAPAN..., 1998, p 95), a Colônia Pinhal está localizada em São Miguel Archanjo, São Paulo, foi fundada em setembro de 1962 com uma área de 756,0 hectares. Na sequência vamos abordar algumas das facetas da história da Colônia Pinhal, inferindo sobre a fundação, a chegada das primeiras famílias e a sua organização.

CAPÍTULO 2

FACETAS DA HISTÓRIA DA COLÔNIA PINHAL

Iremos apresentar um pouco da história de São Miguel Arcanjo, destacando o período em que a Colônia Pinhal foi fundada.

Procuraremos analisar a fundação da Colônia Pinhal, o processo de emigração das primeiras famílias e assentamento nas terras.

2.1 NO SERTÃO PAULISTA... SÃO MIGUEL ARCANJO

Segundo Almeida (1959), o município de São Miguel Arcanjo tem suas origens em um povoamento no século XVIII. Há duas hipóteses em relação a gênese deste povoamento: a primeira é a distribuição de sesmarias pela coroa portuguesa para colonos que desejassem explorar a área; outra possibilidade é o povoamento ter iniciado anteriormente durante o período em que, a região, do atual município de Piedade até onde atualmente é Apiaí era considerado como “Minas de Paranapanema”, isto é, uma região povoada por garimpeiros em busca de ouro. Almeida (1959) destaca a existência de “arraiais” de extração de ouro na região de São Miguel Arcanjo, que entrou em decadência durante a segunda metade do XVIII, desta forma, a população que se dedicava ao trabalho nos garimpos começou a se espalhar na região e a trabalhar com agricultura e pecuária. Sobre a presença de mineração em São Miguel Arcanjo, além de relatos orais sobre pequenos garimpos na Serra de Paranapiacaba, conhecida como “Sertão”,

encontramos indícios toponímicos, como o rio do “Ouro Fino” e os dois bairros rurais “Lavrinha”.

De acordo com Barbas (1998) em meados do século XIX, Tenente Urias Emídio Nogueira de Barros, mineiro, tornou-se proprietário de cerca de 15 a 20 hectares de terras, se dedicando à agricultura e à criação de animais. É considerado, com mais outras duas famílias: Fogaça e França, como fundadores da cidade de São Miguel Arcanjo.

Na fazenda do Tenente Urias formou um povoamento que, posteriormente se tornou o Bairro do Turvo, também conhecido como “Fazenda Velha” e em 1877 foi elevado a freguesia, passando a ser denominado como Freguesia de São Miguel Arcanjo, por causa da existência da Capela de São Miguel Arcanjo.

Freguesia era uma divisão administrativa de uma cidade. Nela era instituída uma paróquia com seu pároco e havia um juiz de paz, o que normalmente não ocorria em bairro ou povoamento. Com a instituição da freguesia, a família Urias que era proprietária das terras, fez a doação do patrimônio à igreja, sendo que o primeiro padre chegou em 1884. Com o crescimento, em 01 de abril de 1889 a freguesia foi elevada a município.

O município de São Miguel Arcanjo está localizado na região sudoeste do estado de São Paulo, atualmente pertence à região metropolitana de Sorocaba, estando a 185 km de distância de São Paulo, capital, tendo como municípios vizinhos: Pilar do Sul, Itapetininga, Capão Bonito e Sete Barras.



Figura 1 – Localização de São Miguel Arcanjo no Estado de São Paulo.

Fonte: Wikipedia.

Segundo Relatórios do Governo do Estado 1893 – 1916 a base econômica de São Miguel Arcanjo era a agricultura e a pecuária de subsistência, além do plantio de algodão e de fumo, que se intensificaram no início do século XX. De acordo com Lopes (2017):

O desenvolvimento socioeconômico iniciou-se com o cultivo do algodão na década de 1920 e, segundo alguns historiadores, essa foi a época mais rica do município. Na época da II Guerra Mundial, a Inglaterra, que era o principal consumidor de algodão de São Miguel, deixou de adquiri-lo e os inúmeros proprietários abandonaram o seu cultivo, passando a explorar madeira para carvão que se tornou de grande relevância para a economia local. (LOPES, 2001, p. 54)

No começo do século XX chegaram algumas famílias de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, sírios, libaneses, russos e poloneses. Os imigrantes russos e poloneses chegaram com o objetivo de morar no Núcleo Colonial na região do “Sertão” – Serra de Paranapiacaba, um

assentamento organizado pelo governo estadual. Com o fracasso deste assentamento, as terras foram transformadas em reserva florestal em meados dos anos 1940 e transformadas no Parque Estadual Carlos Botelho em 1990.

Nos anos 60 do século XX, em São Miguel Arcanjo há um crescimento da chegada de migrantes nordestinos, mineiros, paranaenses e a imigração planejada pela JAMIC dos japoneses.

Em 1962, quando as primeiras famílias japonesas chegaram em São Miguel Arcanjo, encontraram uma pequena cidade com modos de viver e pensar praticamente rurais.

As primeiras famílias de imigrantes japoneses chegaram em São Miguel Arcanjo em 1950. Em 1957 foi fundado o primeiro núcleo japonês, a Colônia Tozan, que fica na divisa entre São Miguel Arcanjo e Pilar do Sul. Não iremos abordar a chegada dos primeiros imigrantes ou fundação da Colônia Tozan, porém consideramos importante fazer o registro da presença de imigrantes japoneses antes da fundação da Colônia Pinhal.

A Colônia Pinhal fica na região rural de São Miguel Arcanjo, próximo com a divisa da cidade de Pilar do Sul como podemos observar na imagem 2:



Figura 2 – Localização da Colônia Pinhal em São Miguel Arcanjo - SP.

Fonte: imagem produzida pela autora.

2.2 PILAR DO SUL - ASPECTOS DE LIGAÇÃO DA COLÔNIA PINHAL COM A CIDADE VIZINHA

Devido à proximidade com Pilar do Sul, o apoio da Cooperativa Agrícola Sul Brasil LTDA, que ficava em Pilar do Sul e a presença de imigrantes japoneses na cidade, na maioria das vezes os primeiros moradores desse assentamento rural, optaram por realizar compras ou atividades diversas em Pilar do Sul.

Midori, moradora local, integrante das primeiras famílias que chegaram à Colônia Pinhal, recorda a viagem do Japão ao Brasil, da chegada em Santos, do deslocamento até a colônia e destaca ter passado por Pilar do Sul para conhecer a loja da Cooperativa Agrícola Sul Brasil de Pilar do Sul. Nas palavras da Midori:

Nossa eu lembro que a gente esperou, esperou naquele lugar barracão de Santos, nossa será que vem buscar será que... nossa mais veio buscar, atrasou, mas veio, acho que o senhor Karazawa. Veio de carro. Parece que a gente posou porque veio atrasado e já tava noite né, sei que tava frio (risos), chegamo no mês de setembro hein, a gente sentia frio. Aí acho que a gente poso uma noite no hotel e de manhã a gente veio pra cá e aí parece que a gente chegou de noite, também era tudo mato (risos). O senhor Karazawa, passou, mostrou onde era, acho que mostrou o depósito de Sul Brasil lá de Pilar, onde compra e aí quem tem loja de japonês, naquela época tinha livraria do senhor, quem era aquele daquele senhor, até nome esqueci, mas sei que tinha livraria que só tinha livro em japonês. Acho que naquele lugar do Yasuda, senão me engano na quitanda Yasuda. (MIDORI NISHIDA. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

Midori também destacou a facilidade de ir para Pilar do Sul:

[...] no começo a gente ia mais Pilar, porque era a gente ia com carro da Sul Brasil né e levava diretamente pra Pilar aí tinha essa história de emancipação, aí que começou a ir pra São Miguel né, na escola em São Miguel e banco que tinha que ser em São Miguel, né... (MIDORI NISHIDA. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

Além do carro da Cooperativa Sul-Brasil que levava até Pilar do Sul, Yumiko, outra moradora local e membro de uma das primeiras famílias, destaca a dificuldade com a Língua Portuguesa, pois os recém-chegados só falavam japonês e por isso era mais fácil fazer compras na loja da cooperativa em Pilar do Sul, onde tinha alguns funcionários que falavam português e japonês. Nas palavras da Yumiko:

Ainda bem que tinha a cooperativa Sul-Brasil em Pilar e lá tinha funcionário japonês que ainda sabia, mas sabe que a primeira pessoa que aprendeu português sabe quem que é? Meu vô. Ele foi lá em Pilar e falou: nossa eu falei palavra igualzinho, funciona. O que será? Sabe o que é bacalhau, peixe bacalhau? Ele costumava comprar aquele lá e no fim ele não conseguia falar nada, aí no final ele falou bacatarê aí ele entendeu, sabe o que é bacatarê? Em japonês, tá xingando de bobo, ah você não entende nada, aí ele falou bacatarê, aí ofereceram bacalhau, aí diz que entendeu (risos). Pelo menos ele conseguiu comprar alguma coisa (risos). E realmente quem entraram direto lá do Japão sofreram por conta da língua realmente. (YUMIKO FUJISAWA. Entrevista concedida em janeiro de 2020)

Desta forma, consideramos relevante apresentar alguns aspectos de Pilar do Sul no período que os primeiros colonos chegaram, todavia, não é objetivo deste trabalho, aprofundar na história da cidade de Pilar do Sul.

Pilar do Sul foi elevado a município em 05 de novembro de 1936 (lei nº 2695), ano em que o Governo Federal terminou a construção da rodovia que ligava o município de São Paulo a Capão Bonito, passando pelo

município de Pilar do Sul. Esse foi, por muitos anos, o único caminho para a região sul do Brasil.

Uma pequena cidade com a economia baseada na agricultura de subsistência. Na cidade, as casas possuíam grandes quintais onde havia hortas e pequenas plantações de milho e mandioca. Jairo Valio relata em seu livro de memórias a lembrança de sua casa ao redor da praça central.

O quintal de nossa casa era muito grande, ocupando quase um quarteirão... tinha de tudo, um jardim florido com muitas flores. Plantações de milho, mandioca, abóbora, melancia, verduras, pomar ... a casa dos vizinhos também era repleta de verduras e frutas... (VALIO, 2005, p. 192).

A população trabalhava no comércio, na prestação de serviços, na agricultura e na criação de porcos e cavalos. Segundo o IBGE, em 1950, Pilar do Sul tinha 8053 habitantes, 4182 homens e 3871 mulheres. Desses, 6281, ou seja, 78% viviam na zona rural.

A maioria da população que vivia no campo morava em suas propriedades. As casas eram de “pau a pique”, com muitos quartos, salas e grandes janelas de madeira. O trabalho era dividido entre todos os membros da família. As crianças, diariamente, antes de irem para a escola, tinham que ir buscar água no rio para as suas mães, alimentar as galinhas e os porcos. As mulheres tinham que fazer a farinha de milho, limpar o arroz no pilão, fabricar a quirera, o fubá no monjolo, ordenhar as vacas, fazer queijo, lavar roupa no rio, cuidar da casa, da alimentação e dos filhos. Os homens cuidavam da lavoura, da doma das tropas e, eventualmente, caçavam e matavam porcos e galinhas para o sustento da família ou para vender. As crianças pequenas e as mulheres iam pouco à cidade; apenas em casos de muita necessidade ou em acontecimentos importantes, como casamentos, velórios e festas religiosas

Em 1945, chegaram os primeiros imigrantes japoneses em Pilar do Sul. Com o aumento do número de imigrantes japoneses, foram formados os núcleos.

Segundo documentos da Associação Cultural e Desportiva (KAIKAN), foram fundadas em Pilar do Sul as colônias “Sertão”, “Barra”, “Bandeirantes”,

“Sul Brasil” e “Tozan”. A colônia “Sertão” foi fundada em 1945 e fica localizada a 15 km do centro da cidade, na Serra do Mar.

Em 1949 foi organizada a primeira associação de jovens Kaikan, onde eram realizadas as reuniões entre os associados, festejos da cultura japonesa e mantida uma escola de língua japonesa. A segunda colônia a ser construída foi a colônia da Barra, que teve seu início no ano de 1947. O Sr. Ushijima foi o pioneiro, tendo vindo da colônia japonesa de Fukuju, em Duartina. Ele comprou um sítio de 40 alqueires na Barra, onde se instalou com a família. Depois do Sr. Ushijima, vieram para a colônia da Barra, Issamu Takaki, Massayuki Matsuda, Kazuo Hirose e o Sr. Matsuo Ono. A colônia Bandeirante foi fundada em 1966, na fazenda Bandeirantes. Os imigrantes japoneses eram associados à Cooperativa Bandeirantes, que logo encerrou suas atividades. A partir disso, as famílias japonesas passaram a se associar à Cooperativa Sul-Brasil. A colônia Sul-Brasil foi pioneira no cultivo da uva Itália e batata em Pilar do Sul e recebia do Japão subsídios que auxiliavam os colonos japoneses no pós-guerra.

Com o crescimento das colônias, principalmente da colônia Sertão, foi necessário a organização de uma nova forma de comercializar os produtos que eram cultivados pelas famílias, pois elas encontravam dificuldades para o escoamento da produção até São Paulo. O desenvolvimento do sistema de comercialização estava estreitamente relacionado com o desenvolvimento global da economia, ou seja, havia a necessidade dessas colônias ampliarem sua forma de comercializar o seu produto. Nesse momento de crise para as colônias, a opção de comercialização dos produtos foi por meio do cooperativismo.

A Cooperativa Agrícola de Cotia iniciou as atividades em Pilar do Sul em 1954. Era composta por 90 cooperados, sendo 82 japoneses e 08 brasileiros descendentes de japonês. Os principais produtos de trabalho eram batata inglesa e tomate e sua principal função era a comercialização desses produtos.

Em 1958, fundou a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil. Essa cooperativa teve grande importância na produção e comercialização de produtos da agricultura, atuando em todas as fases do complexo agroindustrial, produzindo insumos, principalmente ração e fertilizantes, promovendo a produção agropecuária e realizando a comercialização, que representa o maior volume de atividades, chegando mesmo a atuar no varejo, como

é o caso das cooperativas de consumo. Os pioneiros desta cooperativa começaram a comercializar tomate e batata e, em caráter experimental, plantaram ponkan, maçã e uva, entre outras frutas. As plantações eram sempre assistidas por técnicos da cooperativa, fazendo com que todos prosperassem.

A filial da Cooperativa Agrícola Sul Brasil LTDA em Pilar do Sul teve um papel importante na fundação e assentamento dos imigrantes japoneses recém-chegados à colônia e inclusive abrindo um depósito na Colônia Pinhal.

2.3 A GÊNESE DA COLÔNIA PINHAL

No início da década de 1960, a JAMIC (*Japan Migration and Colonization*), com apoio do governo da província de Fukui e da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil LTDA, comprou as terras onde está localizada a colônia e começou a campanha para convencimento das primeiras famílias, como parte do plano de ação de colonização.

Além dos relatórios da JAMIC/JICA, a figura 3, apresenta indícios da presença e participação da JAMIC e da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil LTDA na fundação e estruturação da Colônia Pinhal.

Podemos observar na figura 3, que ao fundo há um grande painel afirmando que a Colônia Pinhal era propriedade da JAMIC e a presença da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil LTDA, e em primeiro plano pessoas locais em trajes de festas. A imagem registra a abertura do depósito da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil de Pilar do Sul na Colônia Pinhal. A pose e o local da imagem selecionado pelo fotógrafo ou por alguém que está na foto, voluntária ou inconscientemente registram uma escolha de valores, registrando o que se idealizava preservar do momento retratado e das pessoas retratadas, neste caso nos evidencia a importância de ser uma colônia de propriedade da JAMIC e o quão importante era para essa sociedade ter um depósito da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil no local.



Figura 3 – Comemoração da abertura do depósito da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil de Pilar do Sul.

Fonte: arquivo da Associação Esportiva e Cultural da Colônia Pinhal.

No plano de ação de colonização da Colônia Pinhal não encontramos informações a quem pertenciam as terras compradas pela JAMIC e nem porque essas terras foram escolhidas.

Segundo o plano de ação de colonização da JAMIC, a colônia deveria ser nomeada como Colônia de Fukui, mas popularmente ficou conhecida como Colônia Pinhal, devido aos pinhais presentes no local. Neste mesmo plano, em 1962 as terras foram divididas em 60 lotes de três a seis hectares cada um. Cada família japonesa recebeu um destes lotes que deveriam ser pagos em parcelas após o progresso da primeira colheita.

Na figura 4, podemos observar o mapa de divisão de lotes da Colônia Pinhal.

コロニア・ピニャール (福井村) ロッテ区画割表

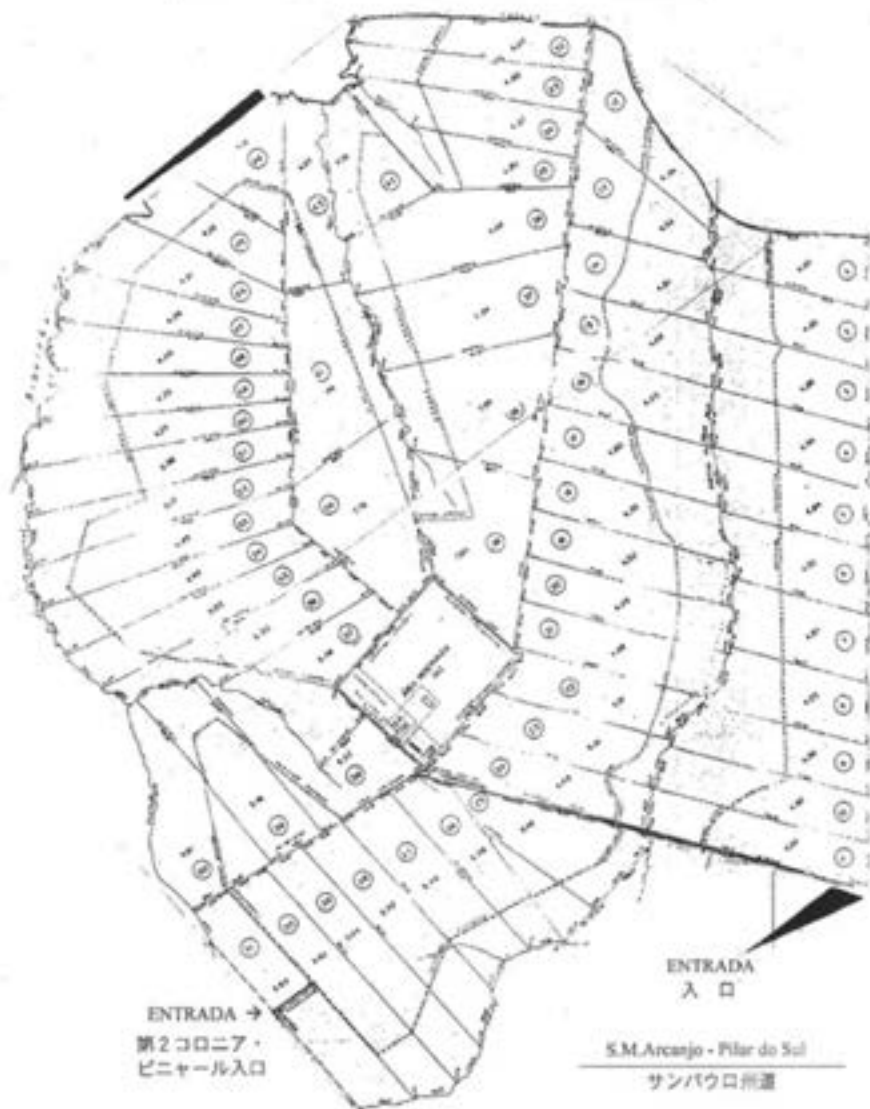


Figura 4 – Mapa da Colônia Pinhal.

Fonte: arquivo da Escola Modelo Japonesa da Colônia Pinhal.

No relatório da JAMIC/JICA de 1998 também encontramos informações sobre a divisão dos lotes da Colônia Pinhal, assim como das demais colônias organizadas pela JAMIC. Interessante observar no quadro 2 que a maioria das colônias ficavam na região sudeste, sendo 6 no Estado de São Paulo e 3 no estado do Rio de Janeiro; temos a hipótese que seja porque nos períodos anteriores de imigração japonesa, foi a região que recebeu o maior número de imigrantes japoneses. Outro aspecto que merece ser destacado são os tamanhos diversos das Colônias, podemos destacar núcleos com número muito pequeno de lotes, como é o caso da Colônia de São Lourenço – RJ com apenas 6 lotes e outras colônias com um número maior em lotes, porém com total de áreas em alqueires pequenas. O quadro também revela a presença de imigrantes em regiões mais afastadas do Brasil como a Colônia de Várzea Alegre no Mato Grosso do Sul e a retomada do processo de imigração no norte do país com a abertura do maior núcleo organizado pela JAMIC, a Segunda Colônia de Tomé-Açu – PA com 655 lotes em uma área de 25.800 alqueires.

A Colônia Pinhal como destacamos anteriormente possuía 60 lotes, não era um núcleo pequeno a médio porte.

Quadro 2 - Áreas adquiridas pela JAMIC para assentamentos de migrantes japoneses.

Colônia	Local	Data	Áreas – Ha	Lotes
Várzea Alegre	Mato Grosso do Sul	Set. 1957	37.429,3	218
Guatapará	Ribeirão Preto, SP	Mai. 1958	7.294,0	1241
Santo Antônio	Lorena, SP	Mai. 1959	784,0	13
Jacareí	Jacareí, SP	Jul. 1959	613,0	87
Funchal	Cachoeira de Macacu, RJ	Jul. 1959	1.015,0	88
Tietê	Pereira Barreto, SP	Fev. 1960	1.246,8	
2 Col. Tomé-Açu	Tomé-Açu, PA	Mai. 1962	25.800,0	655
Pinhal	S. Miguel Arcaño, SP	Set. 1962	756,0	60
São Lourenço	Nova Friburgo, RJ	Ago. 1975	168,0	6
Auriverde	Capão Bonito, SP	Dez. 1976	419,0	27
Totais			75.515,1	2395

Fonte: Relatório JAMIC/JICA (JAPAN..., 1998, p 95). Apud Muto, 2010.

A JAMIC mobilizou o capital financeiro e as compras das terras no Brasil, enquanto o governo da província de Fukui no Japão fez a propaganda para incentivar a vinda das pessoas e a Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil LTDA se encarregou de receber os imigrantes no porto de Santos e auxiliá-los na instalação e adaptação na nova localidade. No quadro 3, destacamos os investimentos do governo japonês, no período de 1957 a 1976, em compras de terras e benfeitorias destas terras. Esse investimento foi feito por meio das ações JAMIC, JEMIS ou JICA.

Na colônia Pinhal foram investidos o total de Cr\$17.371.791, isto é, 16.660.241 ienes, sendo Cr \$15912.729 na compra do terreno e Cr \$1.459.022 benfeitorias. Temos a hipótese que essas benfeitorias seriam a construção do alojamento para os recém-chegados e infraestrutura.

Quadro 3 - Investimento japonês em terras e benfeitorias (1957 - 1976).

Colônias	Terreno Cr\$1,00	Benfeitorias Cr\$1,00	Total Cr\$1,00	Total Iens
Várzea Alegre	12.800	2.522.732	15.322.732	85.904.729
Guaraparará	46.956,236	6.339.156	53.295.392	137.127.124
Santo Antônio	17.200.000	2.225.731	19.425.731	43.975.197
Jacareí	15.157.000	4.130.595	19.287.595	42.819.235
Funchal	11.826.350	1.458.343	13.284.693	31.549.943
Tietê	10.880.710		10.880.710	12.596.197
2 Col. Tomé-Açu	2.580.000	4.059.390	6.639.390	4.673.841
Pinhal	15.912.769	1.459.022	17.371.791	16.660.241
São Lourenço	520.000	37.131	557.131	21.974.340
Auriverde	5.274.660	109.990	5.389.650	105.419.854
Totais	162.107.725	22.342.090	161.449.815	502.700.692

Fonte: relatório JAMIC/JICA (JAPAN..., 1998, p 95). Apud Muto, 2010.

Além dos investimentos na compra das terras e benfeitorias iniciais, o governo japonês por meio da JICA, também investiu em estradas, hospitais, escolas, associações, instalação de energia elétrica rural, entre outros projetos das diferentes áreas, subsidiando projetos culturais, técnicos, entre outros. Vale lembrar, que a JICA tem sua origem na junção da JAMIC e JEMIS

e que esta organização foi nomeada em 1974 como JICA (*Japan Internacional Cooperation Agency* - Agência de Cooperação Internacional do Japão).

Segundo Muto (2010) a JICA investiu na Colônia Pinhal 7.975 ienes em rodovias e 18.238 em instalação da energia elétrica, além de outros investimentos como escolas e materiais escolares que iremos tratar em outro capítulo.

Como destacamos anteriormente, além da JAMIC e JICA, a província de Fukui também teve participação na fundação da Colônia Pinhal, inicialmente na mobilização e seleção das pessoas para emigrarem para o Brasil. Parte das ações iniciais foi preparar as pessoas ou famílias para a vinda ao Brasil. A província de Fukui mobilizava as pessoas com campanhas, as inscritas passavam por uma seleção que incluía exames médicos para avaliar se estavam aptas à viagem e ao trabalho. Antes do embarque recebiam aulas de Língua Portuguesa e Agricultura como foi relatado em algumas entrevistas. Nas palavras da Midori:

A gente veio com minha irmã, eu, meu pai e minha mãe, deixou meu irmão mais velho porque sofreu paralisia infantil, aí não podia trazer porque ele não podia trabalhar na lavoura né, então imigração era pra trabalhar na lavoura, no sítio mesmo né, então o governo não quis “pagar a viagem do meu irmão e aí ficou.

Assim, a gente entrou num casa de emigrante, ofereceu ficar lá por um mês será, lá no Japão, tinha aula de português, meus pais ia aprender um pouco né, mas não aprendeu muita coisa não (risos), é o mínimo né. (MIDORI NISHIDA. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

Conforme relatado em entrevistas, documentos e no discurso do governador da Província de Fukui que esteve na Colônia Pinhal em 1998, a província de Fukui também contribui financiando ações na Colônia Pinhal que serão tratadas ao longo deste trabalho:

Yukio Ota, Shigueru Okawa e Seitti Deguchi, em dezembro de 1962; desde então, esta colônia tem prosperado magnificamente até a presente data. Este desenvolvimento

ocorreu graças a perseverança destes imigrantes que superaram as dificuldades provenientes das diferenças de cultura, costumes e clima Como Província de Fukui, também nos esforçamos para colaborar com esta colônia. Ajudamos na construção deste Kaikan e na aquisição dos bens necessários ao seu funcionamento. Cooperamos na construção da Escola de Língua Japonesa e equipamentos, a mesma com todos os materiais didáticos necessários ao seu bom desempenho (TRANSCRIÇÃO DO DISCURSO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE FUKUI, 1998).

Na figura 5 destacamos onde fica a província de Fukui no Japão em relação a Tóquio:



Figura 5 – Mapa do Japão, destaque para Fukui e Tóquio.

Fonte: Japan Catálogos acesso: <https://www.japan-videocatalog.com>
(20 de novembro de 2021).

Segundo Sakurai (2008), a imigração japonesa era interessante ao Brasil e ao Japão. O Brasil necessitava dos investimentos japoneses e mão de obra e a participação japonesa em setores públicos e privados, assegurava visibilidade e respeito ao Japão.

As famílias que emigraram para Colônia Pinhal fizeram por motivos diversos, todavia os depoimentos nos revelam que traziam consigo a insatisfação de onde estavam e a busca de um lugar novo, quem sabe melhor, um sopro de esperança em um lugar desconhecido, que seria construído com muito trabalho.

Um ideário de um futuro diferente, pelo trabalho, construído individualmente e coletivamente pelas campanhas de emigração, e que atendiam aos planos de imigração do Japão e do Brasil. Segundo Sakurai (2008, p. 196) a imigração após a Segunda Guerra Mundial não é uma fase aventureira de fazer a América, são imigrações planejadas com o objetivo de distribuição de mão de obra, onde fosse necessário.

Dentre as entrevistas realizadas, destacamos o relato das senhoras Mayumi Ota, Yumiko Fujisawa e Midori Nishida, membros dos primeiros grupos que chegaram na Colônia Pinhal.

Temos clareza que segundo Paul Thompson (1992, p. 14), a fonte oral possibilita retratar o vivido conforme concebido por quem o viveu; é preciso, entretanto, ter clareza quanto ao fato de que a memória é seletiva, incompleta e sofre transformações por interferência de fatos que nem sempre expressam com fidelidade o que foi vivenciado. Ou seja, o ato de rememorar quase sempre implica em recriação do passado.

Todavia, segundo Pollak (1992), por meio dos depoimentos de história de vida recolhemos memórias, que são entendidas como fenômenos individuais, íntimos, pessoais, mas que também podem ser entendidas como um acontecimento coletivo e social, ou seja, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações” (1992, p. 2); mas Pollak também lembra que “na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (1992, p. 2) e, assim como a fonte oral é socialmente construída, também o é a fonte escrita, cabendo ao historiador aplicar a qualquer tipo de fonte a crítica, já que “nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta” (1992, p. 8).

Desta forma, nos debruçamos em todas as entrevistas, porém como destacamos anteriormente neste momento destacaremos as entrevistas

das senhoras: Mayumi Ota, Yumiko Fujisawa e Midori Nishida para refletirmos sobre os motivos que levaram a emigrarem e como foi o trajeto de viagem.

Os motivos que levaram as famílias a emigrarem são diversos, mas nós tínhamos como hipóteses a priori, que a imigração tinha acontecido principalmente por dificuldades financeiras, porém analisando as entrevistas das respectivas senhoras, elas nos apresentam o “espírito aventureiro”, a “necessidade do novo”, além da dificuldade financeira.

Apesar de alguma dificuldade financeira ser revelada, essas famílias tinham propriedades e uma estrutura confortável, porém o deslumbramento de conhecer outros lugares e as histórias que chegavam sobre esse novo, o Brasil, motivaram a vinda destas três famílias. Nas demais entrevistas também percebemos esse encantamento, porém destacamos estas três por fazerem parte dos primeiros grupos que chegaram e terem vindo direto do Japão.

A senhora Ota, membro da primeira família que chegou nas terras onde hoje é a colônia, relatou que, no Japão, após a guerra, sua família tinha ganhado um terreno para viver e trabalhar, porém seu marido estava insatisfeito, pois tinha entrado em conflito com um vizinho. A situação desconfortável com o vizinho e seu espírito aventureiro fez com que ele se cadastrasse para emigrar para o Brasil. Trouxe na bagagem suas economias, duas motos, esposa e sua filha pequena. (Mayumi Ota. Entrevista concedida em 2019)

Ao contrário da senhora Ota, Midori e Yumiko falam do espírito aventureiro, mas destacam as dificuldades financeiras da família, porém observamos que mesmo com essas dificuldades, elas trazem várias coisas na bagagem de viagem. Nas palavras de Midori falando do seu pai:

Ele trouxe moto, ele trouxe aquele carrinho de duas rodas. Até que trouxe, trouxe máquina de costura, roupa, acho que até trouxe um guarda-roupa (risos), os pratos, ah trouxe ofurô também, não sei se comprou, mas é um tipo de latão, mas é melhor que latão, feito de ferro, eu acho que comprou, porque em casa não tinha, até que trouxe bastante coisa. (MIDORI NISHIDA. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

Segundo a senhora Ota, seu marido vendeu os terrenos que possuía, o que garantiu que eles fossem os passageiros mais ricos do navio, trazendo com eles duas motocicletas, máquina fotográfica entre outros pertences, porém, independente disso, todos ocupavam a mesma condição social dentro dele.

A viagem foi longa, de acordo com as entrevistas, durou por volta de 45 dias, alguns desses dias passando por Caracas, outros pelo Panamá, porém a grande maioria passou pelo Norte do Brasil, onde muitos imigrantes, desceram, além do Rio de Janeiro.

Na imagem 06 podemos observar uma possibilidade de trajeto, não é o trajeto exato. A imagem foi produzida pela autora tendo como base os relatos apresentados nas entrevistas e serve apenas como ilustração de um possível caminho percorrido.



Figura 06 – Possível trajeto de navio da viagem Japão para o Brasil feita pelos primeiros moradores da Colônia Pinhal.

Fonte: criação da autora no Google Maps.

Segundo a Relação de Passageiros em Vapores do SPMAF Santos Notação: Bs. RPV. ENT.054240, no Vapor Brazil Maru, data 11/10/1962, procedente de Kobe-JP, havia 120 passageiros, de diferentes nacionalidades: japonês, brasileiro, holandês e chinês e mais 80 pessoas na tripulação, comandada por M. Yamasaki. O navio era dividido em duas classes: a costeira com 14 passageiros e a permanente com 106 passageiros.

No total de 120 passageiros, 33,3% eram do gênero feminino, nesta porcentagem incluindo adultos e crianças. Na figura 07, apresentamos que

24,1% dos passageiros eram menores de 18 anos, 32,5% tinham entre 18 e 30 anos; 15% tinham entre 31 e 40 anos; 10,8% tinham entre 41 e 50 anos; 10,8% tinham entre 51 a 60 anos; 2,5% tinham entre 61 a 70 anos e 4,1% tinham entre 71 a 80 anos. É importante destacar que considerando a faixa etária de 18 a 60 anos, apta para o trabalho, 76,5% dos passageiros estavam nesta faixa etária, desta forma, esse dado reforça a ideia apresentada por Sakurai (2008), que interessava ao Brasil a vinda de imigrantes japoneses que pudessem dar contribuições concretas ao país.



Figura 07 – Distribuição de passageiros do Vapor Brazil Maru – 11/10/1962.
 Fonte: elaboração própria baseada nos registros da Relação de Passageiros em Vapores do SPMAF Santos Notação: Bs. RPV. ENT.054240.

No Vapor Brazil Maru estavam as primeiras famílias que chegaram a Colônia Pinhal: Família Ota - Yukio Ota, 31 anos, casado, declarou-se chefe de família, agricultor, passageiro número 58; Mayumi Ota, casada, declarou-se esposa, agricultora, passageira número 59; Junko Ota, 3 anos, solteira, filha, passageira número 60. Família Deguchi - Kiyuchi Deguchi, 42 anos casado declarou-se chefe de família, agricultor, passageiro número 61; Hanako Deguchi, 36 anos, casada declarou-se agricultora, passageira número 62; Yoshie Deguchi, 10 anos, filha, declarada estudante, passageira número 63; Shigeru Deguchi, 15 anos, filho, declarado agricultor,

passageiro número 64. Família Okawa □ Shigeru Okawa, 53 anos, casado, declarou-se chefe de família, agricultor, passageiro número 65; Kiyohi Okawa, 9 anos, declarada filha, estudante; Shisae Okawa, 36 anos, declarou-se esposa, agricultora; Yoshie Okawa, 11 anos, declarada filha, estudante.

Além das informações apresentadas no documento, encontramos informações sobre o número da passagem, e informações retiradas do passaporte de cada passageiro.

Na maioria das entrevistas encontramos boas lembranças do trajeto entre o Japão e o Brasil, segundo Mayumi Ota, havia no navio cerca de 100 pessoas, apesar dela, achar que caberia mais passageiros, ela afirmou que todos os passageiros eram japoneses, mas como observamos anteriormente havia outras nacionalidades, por isso consideramos que ela tenha apenas encontrado com os passageiros japoneses. Ela também destacou que grande parte dos passageiros desceram no Amazonas, e em Santos desceram três famílias, inclusive a dela. Muitos emigrantes japoneses desceram na Amazônia, pois segundo o Relatório JAMIC/JICA (JAPAN, 1998, p. 95) em 1962 foi criado um grande assentamento japonês: a Segunda Colônia de Tomé-Açu no Pará, com 655 lotes.

Segundo Mayumi Ota, o vapor passou por vários lugares como Caracas e Rio de Janeiro. Para ela a viagem foi uma alegria, pois achou tudo divertido, pois aconteceram várias festas dentro do navio.

Na imagem a seguir, apresentamos um registro da Mayumi Ota no Vapor Brazil Maru durante sua viagem do Japão ao Brasil. Na imagem observamos a senhora Mayumi com os cabelos presos com um lenço e todas as pessoas estão vestidas de forma ocidental, apontando que houve uma preparação das vestimentas para viagem. Não conseguimos identificar a localização do vapor, porém observamos que estava próximo de terras e o clima estava quente.



Figura 08 – Mayumi Ota e outras pessoas no Vapor Brazil Maru.
Fonte: arquivo pessoal Mayumi Ota.

Segundo a vistoria da Polícia Marítima e Aérea do Brasil, o vapor Brazil Maru saiu de Kobe, Japão, chegando no porto de Santos, Brasil no dia 11 de outubro de 1962, a viagem durou 42 dias.

Considerando que na maioria das entrevistas, foi relatado que no mesmo dia ou no dia seguinte à chegada ao porto de Santos, os imigrantes seguiram viagem às terras onde atualmente é a Colônia Pinhal, podemos afirmar que as três primeiras famílias que imigraram para iniciar o assentamento, onde hoje é a Colônia Pinhal, chegaram nas terras em outubro de 1962.

Na sequência iremos abordar a chegada dos primeiros imigrantes onde atualmente é a Colônia Pinhal. O que os recém-chegados encontraram? Como foram os primeiros anos de construção das vidas em um novo lugar e consequentemente construção da Colônia Pinhal?

2.4 A CHEGADA E OS 60 ANOS DA COLÔNIA PINHAL RETRATADOS NAS MEMÓRIAS DOS PRIMEIROS MORADORES.

Para analisarmos a chegada dos primeiros moradores, o início de construção de suas vidas, e conseqüentemente da colônia, assim como as facetas dos 60 anos de constante construção da Colônia Pinhal, nos debruçamos na memória individual para compreender as facetas da memória coletiva. Temos poucos documentos escritos em relação à gênese da Colônia Pinhal, por isso utilizamos prioritariamente as fotografias e os relatos orais, conforme apresentamos na metodologia deste trabalho. (Le Goff apud Nakamura & Crippa, 2010):

define a memória como propriedade de conservar certas informações com as quais o homem pode atualizar impressões ou informações do passado. Assim, compreendemos que a memória não se limita apenas à faculdade de reter informações adquiridas, pois tanto nos seus aspectos biológicos como psicológicos, não é mais do que o resultado de sistemas dinâmicos de organização que apenas existem “na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui”. (LE GOFF, 2003, p. 421). Ressalta ainda a importância da memória coletiva e o papel que desempenha na sociedade, mas a memória, ainda que individual, passa pelo testemunho das pessoas que relatam em suas lembranças experiências vividas e presenciadas e que, de alguma forma, representam não apenas seu caráter individual, mas um retrato da sociedade (Nakamura & Crippa, 2010, p. 81)

Desta forma, os relatos recolhidos durante as entrevistas realizadas e o acervo fotográfico, nos apresentam lembranças e experiências que representam não só apenas os aspectos individuais ou familiares, mas nos fornecem indícios para refletir sobre os aspectos coletivos deste grupo de pessoas que participaram da construção da Colônia Pinhal.

Durante as entrevistas, os guardiões das fotografias, nos apresentaram seus álbuns e revelaram histórias guardadas nas imagens. Cada fotografia trazia à tona recordações pessoais e do grupo a qual pertence.

Segundo Mauad: “O sentimento de pertencimento é reforçado quando, ao virar as páginas dos álbuns e olhar para as fotografias, as gerações futuras elaboram narrativas sobre os eventos passados, utilizando pela memória construída a experiência vivida. (MAUAD, 2004, p. 140).”

Nesse virar das páginas, o primeiro ponto de questionamento é: Quem era o fotógrafo? De onde veio a máquina fotográfica? Temos que considerar que na década de 1960 o acesso a fotografia e as ferramentas tecnológicas, como a máquina fotográfica, ainda era muito restrito.

A máquina fotográfica foi trazida na bagagem dos emigrantes. As fotografias foram tiradas com máquinas japonesas trazidas pelos próprios imigrantes e registram principalmente a vida familiar cotidiana, momentos festivos, pessoas junto a equipamentos ou bens ou a lavoura como elementos importantes para esse grupo.

Consideramos que as fotografias, os relatos, assim como outras fontes revelam indícios da paisagem que se foi constituindo como Colônia Pinhal ao longo dos 60 anos. Compreendemos o conceito paisagem como:

o produto das interações entre elementos de origem natural e humana, em um determinado espaço. Estes elementos de paisagem organizam-se de maneira dinâmica, ao longo do tempo e do espaço. Resultam daí feições e condições também dinâmicas, diferenciadas ou repetidas, o que permite uma classificação, ao agrupar se os arranjos similares, separando-os dos diferentes. No todo, forma-se um mosaico articulado. Este processo poderá ser tão detalhado ou amplo, quanto interesse ao observador.

Paisagem não é o mesmo que espaço geográfico, mas pode ser compreendida como uma manifestação deste. O espaço é o objeto de estudo da geografia, enquanto a paisagem poderia ser entendida como uma medida multidimensional de compreensão de um lugar (MAXIMIANO, 2004, p. 90)

As fotografias e relatos nos revelam indícios das paisagens da Colônia Pinhal e representam as mudanças, permanências e adaptações dos membros.

O fio condutor encontrado foi o da lógica temática mais constante nas fotografias dos acervos acessados, isto é ação humana de construção de suas vidas e de um novo lugar no cotidiano da família, do trabalho e da comunidade sob um ideário de um futuro diferente, pelo trabalho, tecido individualmente e coletivamente pelas campanhas de emigração.

As fotografias e os relatos revelam indícios do que os primeiros emigrantes encontraram quando chegaram onde atualmente é a Colônia. Em todos os relatos quando as pessoas são questionadas sobre as memórias de quando chegaram, aparecem dois pontos em comum “o escuro” e “o mato”, esses dois aspectos apontam para a chegada durante a noite, a falta de energia elétrica, uma terra rica de recursos naturais, sem ou com pouca intervenção humana. Era necessário abrir caminhos, derrubar as matas, construir casas e todos os outros recursos necessários para a sobrevivência do ser humano aos moldes da sociedade do período.

Tudo mato. Quando eu aquele tempo motosserra não tem, dinheiro não. Tem cortei tudo no machado e escolhi madeira direitinho, escolhi fazer casa. (OSAMU YAMASHITA. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

Primeira coisa, quando chegou, na verdade a gente não né, tava tudo escuro, no meio do mato, não tinha luz, não tinha nada né, (YUMIKO FUJISAWA. Entrevista concedida em janeiro 2020).

As famílias Ota, Deguchi e Okawa, quando chegaram ficaram hospedadas em uma fazenda próxima a colônia, até derrubarem a mata, construírem suas casas e iniciarem o plantio. As famílias que chegaram nos anos seguintes ficavam em um alojamento construído na colônia. (MAYUMI OTA. Entrevista concedida em dezembro de 2019).

A gente parava num prédio atrás da escola japonesa, era alojamento do pessoal que vieram porque já veio direto e não dá pra entrar direto no mato. (YUMIKO FUJISAWA. Entrevista concedida em janeiro 2020).

Na próxima fotografia podemos observar as ações dos recém-chegados nas terras, as mudanças nas paisagens com construção dos primeiros prédios, em especial o alojamento necessário para acomodar as famílias. A fotografia revela indícios do trabalho árduo de derrubada da mata e construção em local com difícil acesso.



Figura 09 – Processo de derrubada da mata.
Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa.



Figura 10 – Alojamento da Colônia Pinhal.
Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa.

A maioria das fotografias são posadas, com pessoas em primeiro plano e ao fundo podemos observar as mudanças na paisagem resultado do trabalho. É importante ressaltar que a escolha dos temas e das poses foi feita pelos familiares que selecionaram essas imagens. Voluntária ou inconscientemente, esses temas e poses registram uma escolha de valores de quem as fotografou, registrando o que se idealizava preservar do momento retratado e das pessoas retratadas.

As fotografias revelam indícios dos frutos do trabalho dos imigrantes, inicialmente a derrubada da mata, construção das suas casas e alegria das primeiras plantações.



Figura 11 – Visita do Sr. Massanori a família Ariga. Ano 1964.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 12 – Família Ota na plantação. Década de 1960.
Fonte: arquivo pessoal Mayumi Ota.

Assim como as fotografias revelam os primeiros trabalhos realizados, também revelam as conquistas do trabalho, do sucesso e adaptação com o manejo da terra, o clima e tipo de lavoura. Segundo a maioria dos entrevistados, nos primeiros anos na Colônia Pinhal as colheitas não foram de abundância, porém com o passar dos anos a produtividade foi melhorando.



Figura 13 – Dona Ota na plantação de Pêssego.
Fonte: arquivo pessoal Mayumi Ota.



Figura 14 – Família da Midori. Ano 1972.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 15 – Mayumi e esposo na plantação de uva. Ano 1975.
Fonte: arquivo pessoal Mayumi Ota.



Figura 16 – Família Setsuko. Ano 1980.
Fonte: arquivo pessoal Aurora Setsuko.



Figura 17 – Os filhos de Tokuhisa. Ano 1988.
Fonte: arquivo pessoal de Toshiyuki Tokuhisa.



Figura 18 – Fabio Yamada. Década de 1990.
Fonte: arquivo pessoal Erika Yamada.



Figura 19 – Tokuhisa Festa da Uva em São Miguel. Ano 1996.
Fonte: arquivo pessoal Toshiyuki Tokuhisa



Figura 20 – Família Yamashita
Fonte: arquivo pessoal Osamu Yamashita.

As famílias junto à colheita ou à plantação vêm registrar a alegria da conquista do presente e a esperança de uma herança para o futuro, porém a estética e beleza das fotografias, muitas vezes silencia a simplicidade da vida rural e suas dificuldades diárias, onde os modos de viver e pensar são marcados pela oralidade e por um “tempo da natureza” (TOMPSON, 1998, p. 268) e não do relógio. O viver se desenrola pelas necessidades dos afazeres do cotidiano.



Figura 21 – Aurora Setsuko na parreira de uva. Ano 1982.
Fonte: arquivo pessoal Toshiyuki Tokuhisa.



Figura 22 – Os filhos de Tokuhisa. Ano 1984.
Fonte: arquivo pessoal Aurora Setsuko.

Revelam um cotidiano que rompe com a dicotomia entre vida particular e trabalho. Os cuidados com a casa, as crianças e o trabalho rural se misturam e acontecem simultaneamente. As famílias, inclusive crianças, têm presença marcante no meio das parreiras ou plantações, ajudando e principalmente brincando.



Figura 23 – Crianças junto a parreira de uva. Ano 1984.

Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.

Para Boris Fausto (1998), as condições específicas dos imigrantes na dimensão familiar levaram sua vida privada a ter uma carga emotiva e funcional muito forte. A família não só era o ponto de apoio básico e muitas vezes o único na terra de recepção, mas também representava um extenso elo, abrangendo os que emigraram e os que ficaram na terra de origem. Observamos indícios deste aspecto na coleção de fotos que

reunimos, pois há muitas fotografias registrando as crianças e as famílias. O registro familiar, seja diante da conquista das terras, do cotidiano familiar em casa, no campo ou nas atividades culturais deste grupo, revelam a importância em manter o núcleo na sua estrutura familiar, assim tentando estabelecer um elo com as tradições de origem e ao mesmo tempo o desbravamento do novo.



Figura 24 – Família Fujisawa. Fonte: arquivo pessoal Yumiko Fujisawa.



Figura 25 – Família Nishida. Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 26 – Família Ota. Década 1960. Fonte: arquivo pessoal Mayumi Ota.



Figura 27 – Família Aurora Setsuko. Ano 1983.
Fonte: arquivo pessoal Aurora Setsuko.



Figura 28 – Família Tokuhisa. Fonte: arquivo pessoal Toshiyuki Tokuhisa.



Figura 29 – Família Midori Nishida. Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 30 – Família Yamashita. Fonte: arquivo pessoal Osamu Yamashita.

É importante destacar que as fotografias registram as ações humanas na Colônia Pinhal, porém compõem uma narrativa cultural criada, que ao mesmo tempo em que revela, também omite, pois muitas outras ações e pessoas fizeram parte da história da Colônia, porém durante a pesquisa tivemos acesso a essas fontes.

Desta forma, tais imagens podem ser consideradas como testemunhas de um passado, que cultuam uma memória, mas que simultaneamente interrogam o presente. Segundo Wawzyniak (2008, p. 2):

Os imigrantes japoneses para manter o elo de pertencimento à sociedade de origem e, ao mesmo tempo, negociar os termos de sua inserção em uma outra sociedade, eles estabeleceram relações que incluíam valores culturais como família, trabalho, educação e religião. Portanto, buscaram em sua tradição os fatores que lhes possibilitaram a construção de uma representação simbólica em terras estrangeiras.

Considerando Wawzyniak (2008), a família não era apenas uma fortaleza ou segurança de imersão em um grupo, mas também representava um elo entre os que emigravam e os que ficavam no Japão. A ideia de família estava intrinsecamente ligada ao núcleo familiar doméstico, como também ao núcleo associativo. Neste sentido, as atividades associativas aconteciam para o lazer, para aprender as tradições de origem e para fortalecimento do próprio grupo.

Nos relatos orais identificamos a importância e o respeito ofertados aos membros da família, assim como ao núcleo associativo visto como família. A associação japonesa na Colônia Pinhal é formada por famílias que além de terem interesses em comum, origens e histórias próximas, têm o sentimento de cooperação entre todos e o objetivo de perpetuar a cultura de origem e ao mesmo tempo se estabelecer no lugar de chegada.

Neste momento não exploraremos as facetas da história da Associação Esportiva Cultural da Colônia Pinhal, pois no próximo capítulo iremos abordar a origem, as ações e transformações das paisagens da Colônia ligadas à associação e a cooperativa agrícola.

CAPÍTULO 3

ASPECTOS ASSOCIATIVOS NA COLÔNIA PINHAL

Neste capítulo abordaremos os aspectos associativos da Colônia Pinhal. A gênese da Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal e da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo, analisando os aspectos da história de ambas durante os 60 anos da Colônia Pinhal.

Questionamos como essas instituições associativas contribuíram para a organização da Colônia Pinhal, como foram mantedoras das tradições do país de origem dos imigrantes e ao mesmo tempo contribuíram para a interação social local.

As associações e as cooperativas tiveram um papel essencial para a afirmação identitária, pois, conforme Cardoso (1972), essas organizações nascidas principalmente dentro das colônias rurais mantinham uma “relação de aldeia” e eram responsáveis pela unificação dos grupos domésticos. Suas funções são econômicas, religiosas, educacionais e recreativas, reunindo jovens, adultos e idosos, homens e mulheres, sendo a participação “compulsória” e definida pela unidade familiar. “Tal como no Japão, a obrigatoriedade de participação e o poder de coerção são elementos importantes destas organizações criadas pelos imigrantes em suas comunidades brasileiras” (CARDOSO, 1972, p. 124).

Através das associações, a colônia não é mais um grupo, mas um “campo de relações potenciais” marcadas por características culturais que definem as identidades desses imigrantes: É, portanto, a identidade étnica, feita em nome de uma tradição japonesa, que dá base para o aparecimento

de núcleos homogêneos, associações e parentelas, através dos quais se organizam as atividades econômicas. Se, no Japão, os grupos domésticos, enquanto grupos locais, se reúnem em associações que são os canais de comunicação com o Estado, aqui as famílias, dispostas de grande mobilidade geográfica se reúnem em sociedades menos permanentes, cuja continuidade depende desta identidade étnica (CARDOSO, 1972, p. 129).

3.1 A CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE COLÔNIA PINHAL COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE E ADMINISTRATIVO

*“Quando três japoneses se reúnem, fundam uma associação.”
“Os europeus constroem uma igreja; os japoneses, uma escola.”
(HANDA, 1987, p. 281)*

Segundo Handa (1987), as associações eram tão importantes para os imigrantes japoneses que eles sentenciavam que “Quando três japoneses se reúnem, fundam uma associação”. De acordo com o autor, as associações japonesas nasciam como um órgão administrativo da colônia, isto é, um espaço para se dedicarem e pensarem coletivamente “o desenvolvimento e progresso do núcleo” (HANDA, 1987, p. 282), mas, por outro lado, também era um local em que todos pudessem se reunir, discutir e socializar.

A Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal, é fundada para atender principalmente estes dois aspectos: administrativo e sociabilidade. No aspecto administrativo, a associação criou e continua criando ações que beneficiam a estrutura funcional da colônia e no aspecto de sociabilidade, é um espaço cultural e de lazer.

De acordo com Tanno (2008) a sociabilidade, pode ser entendida como disposição para viver em sociedade, a maneira de estar integrada numa

sociedade, porém esta forma de pensar a sociabilidade simplifica a complexidade do conceito. Segundo Baechler (1995), apud Tanno (2008):

Sociabilidade é a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades (casais, famílias, empresas, igrejas, etc) individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, paixões, opiniões...: vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações (BAECHLER, 1995, p. 65)

Desta forma iremos primeiro analisar a Associação Cultural e Esportiva como um espaço de sociabilidade e na sequência, como um espaço administrativo. Reconhecemos que estes dois aspectos não são dicotômicos, porém iremos tentar uma redação separada dos dois aspectos.

A Associação Esportiva e Cultural é um espaço e um local que possibilita as diferentes formas de sociabilidade deste grupo étnico, funciona como elemento de coesão grupal, possibilita estabelecer relações entre indivíduos no interior do próprio grupo, "...visando primordialmente a convivência entre iguais e a preservação identitária e sociocultural, principalmente nos primeiros anos da colonização, nos quais as dificuldades foram maiores, tendo em vista o desconhecimento total da língua portuguesa" (TANNO, 2008, p. 65)

De acordo com Tanno (2008) no processo de adaptação, a convivência com os iguais era uma forma de manter a identidade, suavizar a saudade das origens e as dificuldades na nova realidade. A autora defendeu que:

Ao construírem formas de sobrevivência física, cultural e identitária de sua cultura de origem, os japoneses e seus descendente estavam também inserindo-se na sociedade receptora, visto que reconstruíram seus costumes e tradições adaptando-se na sociedade receptora, visto que reconstruíam seus costumes e tradições adaptando-os a uma nova sociedade e, dessa forma, usufruíam também um pouco dela, ainda que de maneira indireta (TANNO, 2008, p. 69).

Comungando com os aspectos de manter a identidade e adaptar à nova realidade, Vieira (1973) destaca que as associações:

Servem, não apenas como focos de tradição, mas são também canais de comunicação com a sociedade receptora. Essas associações têm o papel importante para que a identificação do povo japonês não se perca, mas também foram extremamente necessárias na transição dos imigrantes que chegavam ao Brasil sem conhecimento do país para onde imigração (VIEIRA, 1973, p. 165)

Neste sentido, podemos observar como a Associação Cultural Esportiva contribuiu para manter a identidade e ao mesmo tempo no processo de adaptação. Segundo a Revista em Comemoração aos 40 anos da Colônia Pinhal, a associação iniciou suas atividades de forma informal em maio de 1963, poucos meses após a chegada dos primeiros moradores; a formalização foi realizada em junho de 1976, porém segundo informações de registro, a Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal foi formalizada em cartório em 11 de fevereiro de 1976, sob CNPJ: 47.801.436/0001-43 de natureza privada e possui como principal Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE: “clubes sociais, esportivos e similares; secundárias: “ensino de arte cultura”; “ensino de dança”; “ensino de artes cênicas”; “ensino de música”.

Para melhor compreender os aspectos de sociabilidade da associação, é importante conhecer um pouco da estrutura da Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal, pois como ela foi estruturada nos revela indícios da identidade étnica deste grupo: a organização é similar às associações do Japão, além de ser considerada por esse grupo como família. Os relatos orais nos revelam que a ideia de família estava intrinsecamente ligada ao núcleo familiar doméstico, como também ao núcleo associativo.

Em 1963, ainda informal, a Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal começou com 20 associados, tendo o Sr. Shiguero Okawa como primeiro presidente. Em 1976, com a formalização, o Sr. Takeo Yamaguchi foi o primeiro eleito pelos associados. Segundo a Revista em Comemoração aos 50 anos da Colônia Pinhal, além do presidente eleito, ainda há os seguintes departamentos:

Quadro 04 - Estrutura departamental da Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal.

Iniciou das Atividades	Departamentos	Descrição
1965	Jovens (Seinenkai)	Mantém intercâmbio entre os jovens, organizar atividades esportivas, culturais e lazer.
1965	Senhora (Fujinkai)	Responsável pela culinária, organizar eventos, atividades culturais e excursões.
1998	Responsáveis pelos alunos (Fubokai)	Contribui com para melhoria da Escola Modelo de Língua Japonês, organizando atividades, festas e arrecadação de fundos.
1975	Haikai	Grupo de escrita de poesia. Haikai é um poema curto, de três linhas, que envolve uma linguagem sensorial para capturar uma sensação ou imagem.
1996	Tênis de Mesa	Prática esportiva. Atualmente participam no Campeonato Intercolonial e nos jogos da Associação Sudoeste.
1980	Karaokê	Iniciou como uma atividade competitiva, mas depois passou a ser uma atividade de lazer e música nas festas.
	Gatball	Esporte para terceira idade. Participa dos Campeonatos do Sudoeste Paulista.
2003	Wadaiko	Iniciou como um professor voluntário da JICA. Atualmente os participantes são sócios da ABT (Associação Brasileira de Taiko).
2008	Malef Golf	Prática esportiva. Participação no Campeonato Nacional dos Atletas de Malet Golf e da região Sudoeste Paulista.
1999	Graund Golf	Prática esportiva. Participa do Campeonato Interbairro
	Silver Voley	Prática esportiva. Participa do Campeonato Sudoeste Paulista.

Fonte: criado pela autora tendo como referência a Revista Comemorativa dos 40 anos da Colônia Pinhal e Revista Comemorativa dos 50 anos da Colônia Pinhal.

Ao longo dos 60 anos alguns departamentos deixaram de existir, outros foram criados. Atualmente a associação tem 50 famílias associadas e os seguintes departamentos: Jovens (Seinenkai), Senhoras (Fujin-bu), responsáveis pelos alunos (Fubokai), Haikai (poesia), Tênis de Mesa, Vôlei, Gateball, Taiko e Mallet Golf. Cada departamento é formado por um número de participantes e possui um líder. Esta organização possibilita formas de sociabilidades envolvendo atividades culturais e esportivas para as diferentes gerações da associação e consegue envolver os participantes em diferentes interesses.

Os departamentos contribuem para a criação de uma rede de relações, o que Velloso (1990) apud Tanno (2008) destacam que:

Nesses espaços múltiplos, era possível realizar inúmeras atividades que possibilitam construir e consolidar relações fundamentais por meio das quais as pessoas identificavam-se culturalmente e, desta forma, construíam sua identidade como indivíduos (TANNO, 2008, p. 72)

Dentre os departamentos, os dois mais antigos e em permanente atividade na associação são: o Departamento de Jovens (Seinenkai) e Senhoras (Fujin-bu). São interdepartamentais, pois são a base de boa parte das atividades associativas. Desta forma, não desconsiderando os demais departamentos, iremos abordar alguns aspectos desses departamentos citados para compreendê-los como espaços de sociabilidade na Colônia Pinhal.

3.1.2 Departamento de Senhoras – Fujin-bu/Fujinkai

Para Yugui (2010), o Departamento ou Associação de senhoras no início da sua história, funcionava apenas para as mulheres servirem chá e café, fazerem serviços de cozinha e limpeza. Por outro lado, Sakurai (2010) apresenta que é principalmente pelo departamento de senhoras que as mulheres vão conquistando espaços nas associações, criando formas de participação além do que a sociedade esperava delas, uma presença além das atividades de culinária e dança.

Ao longo dos anos, a atuação da mulher passa a ser imprescindível para os imigrantes e suas organizações comunitárias. Com a participação ativa, elas foram “[...] oficialmente, as verdadeiras ‘peças de manutenção e resistência’ dessas tradições na cidade” (KUBOTA, 2008, p. 76).

[...] as mulheres japonesas, normalmente vistas como secundárias na história das famílias e da imigração, são, na realidade, verdadeiras forças de manutenção e reprodução da identidade de seu país de origem, mesmo nas situações mais adversas, seja acompanhando o marido no trabalho ou contribuindo na socialização e educação das crianças. As danças apresentadas por essas senhoras, assim como a elaboração das comidas típicas, demonstram seu mérito na construção de uma identidade japonesa que se mantém mesmo após quase um século de imigração (KUBOTA, 2008b, p. 79).

A mulher sempre esteve presente e foi o fator fundamental para a construção da identidade japonesa, porém com o passar dos anos, houve uma maior atuação ou visibilidade destas ações e muitas vezes maior predominância da participação ativa das mulheres.

Esse processo de avanço na atuação das mulheres nas organizações comunitárias (associação, escolas, cooperativa etc.), vai acontecendo lentamente no Brasil. Kebbe, (2010, p. 123) apresenta três fatores para “adaptação aos novos contextos sociais”: “inserção das gerações descendentes mais jovens, que possuem uma percepção diferenciada dos pais e avós quando a cultura japonesa”, “a participação ativa das mulheres nos cargos decisórios, e “Fujinkai que tenham expressão de direção das políticas da entidade”.

Podemos observar na Colônia Pinhal a participação das mulheres e a importância como mantedoras das tradições; e ao mesmo tempo integradoras na sociedade local. Segundo a revista em Comemoração aos 40 anos da Colônia Pinhal, no início, as atividades do Departamento de Senhoras era de preparar comida para festas das associações, aos poucos para atender a necessidade de arrecadação de fundos, iniciou-se uma barraca de comida japonesa na Festa da Uva de São Miguel Arcanjo. A arrecadação

de fundos tinha como objetivo ampliar as ações do departamento, promovendo intercâmbio esportivo, aulas de culinária e excursões, entre outras atividades.

Não encontramos documentos escritos sobre as ações do Departamento de Senhoras e a fotografia e os depoimentos orais são fontes que fornecem indícios sobre o Departamento de Senhoras como espaço de sociabilidade deste grupo.

Reunimos um acervo de mais de 700 fotografias, boa parte delas dos acervos pessoais, dentre elas vários registros de atividades das mulheres.

As fotografias e os depoimentos revelam o quanto o Departamento de Senhoras é importante para a Colônia Pinhal. São elas que organizam, criam, limpam e principalmente perpetuam as tradições para as novas gerações, assim como abrem as portas da colônia para descobrir o Brasil.

As fotografias das diversas mulheres tinham algo em comum, apresentavam o Departamento de Senhoras ensinando, aprendendo e compartilhando.

Compartilhando conversas, histórias e comidas que alimentavam os corpos e as memórias e assim constituindo a identidade deste grupo. As fotografias revelam que alguns destes encontros eram reuniões descontraídas com grupo de mulheres de diferentes gerações. A presença de mulheres de diferentes idades nos revela indícios da presença de várias gerações no Departamento de Senhoras da Colônia Pinhal, o que contribui para permanência do departamento ao longo dos 60 anos da colônia.



Figura 31 – Fujinkai após assistir apresentação de um artista japonês - 1972.
Fonte: arquivo pessoal Mayumi Ota.



Figura 32 – Fujinkai. Fonte: arquivo pessoal Midori.

As fotografias e entrevistas revelam as formas de sociabilidade no Departamento de Senhoras e como essas práticas são importantes para manter a identidade do grupo, importantes para a Associação e ao mesmo tempo integradoras com a sociedade local. A comida e a culinária constroem elos entre as mulheres, associação e a sociedade local.

O Fujinkai fazia aula de culinária e convidava nessa época e acho que tava no seinenkai e convidava a gente também na aula de culinária.

Aula de culinária japonesa?

É... maioria japonesa, mas às vezes ensinava coxinha, feijoada, às vezes ensinava comida brasileira. De vez em quando faz comida brasileira lá. (MIDORI NISHIDA. Entrevista concedida em janeiro de 2020).



Figura 33 – Curso de processamento de frutas e vegetais.

Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 34 – Curso de Culinária, 1972. Fonte: arquivo pessoal Mayumi Ota.

Assim como a comida, as danças e as músicas estão muito presentes na cultura japonesa e se mantêm como memória das origens, como forma de ensinar os mais jovens e criar intercâmbios com outras colônias e com a sociedade local.



Figura 35 - Apresentação Fujinkai. Fonte: arquivo pessoal Aurora Setsuko.



Figura 36 – Apresentação em Ibiúna. Fonte: arquivo pessoal Erika Yamada.

Assim como a língua, a culinária, a música, a dança revelam uma expressão dos aspectos da cultura japonesa, segundo Iwamoto (2017):

A dança é movimento, expressão do corpo e criação dentro de um espaço e de um tempo determinados socioculturalmente, uma vez que dialoga com as necessidades humanas de comunicar sem palavras, de apreciar os pormenores e (re)inventar o belo. Ao investigarmos a dança, precisamos compreender a pessoa que dança, o contexto de sua cultura, os movimentos sociais e o período histórico em que está inserida (IWAMOTO, 2017, p. 97).

Considerando a dança como uma forma de comunicação sem palavras, as fotografias revelam a importância da dança para preservação da cultura em atividades festivas como: comemorações, Undokai, recepção de autoridades locais e japonesas e interação com outras colônias da região.



Figura 37 – Apresentação no Gueinosai 1998.

Fonte: arquivo pessoal Aurora Setsuko.



Figura 38 – Apresentação do Fujinkai em Pilar do Sul, 1995.

Fonte: arquivo pessoal Aurora Setsuko.

Não conseguimos definir quais danças eram realizadas, mas as vestimentas são um aspecto importante nas fotografias, pois revelam a diversidade de apresentações e ao mesmo tempo o processo de (re)significação das tradições devido as mudanças sociais. Canclini (1983) apud Iwamoto (2017) compreende que:

[...] as tradições acompanham as mudanças ao longo do tempo e também podem se alterar, haja vista que se manifestam por ações humanas que, embora se constituam em gestos repetitivos, modificam-se ante às necessidades dos sujeitos históricos. (IWAMOTO, 2017, p. 116).

A fotografia a seguir nos oferece indícios sobre as mudanças ao longo do tempo. É a única fotografia encontrada em que as mulheres do Departamento de Senhoras não estão com trajes japoneses. Dona Aurora Setsuko, guardiã da foto, apenas nos revelou que foi uma apresentação de dança na Colônia Japonesa, realizada pelo Departamento de Senhoras, em virtude da visita de autoridades da Província de Fukui em agosto de 1998. A fotografia a seguir provoca questionamentos sobre o que dançaram; sobre a escolha do traje; porque temos mulheres com trajes femininos e outras

com trajes masculinos; o que esse grupo de senhoras queriam revelar ou demonstrar aos visitantes da Província de Fukui- JP com está apresentação. Por outro lado, a fotografia revela um grupo de mulheres unidas, orgulhosas, felizes, corajosas, que sabiam que podiam expressar por meio das danças, suas origens, raízes japonesas, mas também sua brasilidade.



Figura 39 – Apresentação do Fujinkai.
Fonte: arquivo pessoal Aurora Setsuko.

São essas mesmas mulheres que cuidam, cozinham, cantam, dançam, que abrem as portas da Colônia Pinhal e colocam o pé na estrada para conhecer o Brasil.

As fotografias também revelam outra forma de sociabilidade organizada pelo Departamento de Mulheres da Colônia Pinhal: as excursões. As viagens aconteciam no mínimo uma vez por ano, tinham destinos distintos e poderiam ser realizadas pelo prazer de conhecer um lugar novo ou objetivos mais pedagógicos.

As fotografias além de revelarem algumas excursões organizadas pelo Departamento de Senhoras, também nos fazem pensar sobre o papel da mulher como parte integrante de um núcleo familiar neste grupo étnico, pois registram o passeio, as mulheres e as crianças.

Assim como no Japão, muitas mulheres continuam os mesmos trabalhos como específica Bassanezi (2012, p. 175), “cuida e educa seus filhos. Na casa, faz todo o necessário a fim de economizar e ajudar o grupo familiar: cozinha, lava e passa, costura, cuida da criação, da horta, da lenha [...]”. A presença das crianças nas fotografias das excursões do Departamento de Senhoras, pode ser um indício de que quão era função ou importante o papel da mulher como cuidado e educadora das crianças.

Kubota (2008, p 75) afirma que “[...] as mulheres orientais são de fundamental importância para que as futuras gerações deem continuidade aos costumes de seus antepassados, mesmo que de forma adaptada, dentro das condições que o novo país lhes oferece”.



Figura 40 – Excursão no início da década de 1970. Local desconhecido.

Fonte: arquivo pessoal Mayumi Ota.



Figura 41 – Excursão em 1973. Local desconhecido.
Fonte: arquivo pessoal Mayumi Ota.



Figura 42 – Excursão Fujinkai. Local desconhecido.
Fonte: arquivo pessoal Yumiko Fujisawa.

Provavelmente o Departamento de Senhoras – Fujinkai da Colônia Pinhal deve desenvolver outras atividades, porém as fontes encontradas nos permitiram apresentar algumas facetas das práticas de sociabilidade deste grupo.

Na sequência iremos abordar alguns aspectos do Departamento de Jovens, que assim como o Departamento de Senhoras tem um papel fundamental na Associação Cultural de Esporte de Colônia Pinhal.

3.1.3 Departamento de Jovens (Seinenkai)

O Seinenkai era constituído pelo conjunto de jovens da associação. Segundo Handa (1987), os Seinenkais muitas vezes eram fundados antes do Departamento de Senhores, pois os moços tinham a responsabilidade de organizar as gincanas (undokai), confraternizações (shinbokukai) da comunidade. Devido a necessidade de se reunir e criar laços de amizade fundaram o Departamento de Jovens.

Em um panorama geral nos núcleos de imigração, inicialmente, os Seinenkais eram abertos apenas a participação dos homens, posteriormente iniciaram os departamentos de moças e os grupos homogêneos, constituídos por jovens de ambos os gêneros.

De forma geral, os Seinenkais eram fundamentais para criar espaços de sociabilidade que perpetuassem a cultura japonesa, porém ao longo do século XX, os Seinenkais também atuavam como espaços integradores a sociedade mais ampla. “Com a sua transformação funcional, o Seinenkai tornou-se uma instituição capaz de responder às necessidades de integração dos jovens Nisseis à sociedade mais ampla (CARDOSO, 1995, p. 330).”

Na Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal o Departamento de Jovens foi fundado em 1965, era um grupo heterogêneo, o primeiro presidente foi Shigueru Deguchi. Segundo a Revista em Comemoração dos 40 anos da Colônia Pinhal, o Departamento de Jovens era responsável por organizar gincanas, atividades esportivas, promover excursões e intercâmbio com outros departamentos de jovens.

O Departamento de Jovens era importante, pois assim como o Departamento de Senhoras, interligava os demais departamentos, criando

espaços de sociabilidade da cultura japonesa e de integração com a sociedade local.

Não encontramos documentos escritos, porém as fotografias e entrevistas nos possibilitam pensar sobre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Jovens da Associação Cultural Esportiva de Colônia Pinhal.

Tênis de mesa, karaokê, malef golf, graund golf, beisebol, silver vôlei, entre outros, foram ou são práticas na Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal. Algumas práticas permanecem, como o tênis de mesa, mas outros perderam espaço no decorrer dos anos, como o Karaokê. Dentre as atividades realizadas na Colônia Pinhal e entre outros núcleos de imigrantes japoneses e descendentes em diferentes regiões do Brasil, se destaca o Undokai.

A tradução literal de Undokai significa “reunião de esportes”, porém não trata de uma competição esportiva com atletas profissionais, pelo contrário, são atividades físicas descontraídas que envolvem as diferentes gerações em uma “gincana poliesportiva”. O Undokai remete aos símbolos e às representações que compõem e se originam de uma identidade nacional (HALL, 2006), servindo como lugares de memória e de construção coletiva e individual, de uma memória ligada ao sentimento de identidade (NORA, 1993; POLLAK, 1992).

De acordo com Handa (1987), o Undokai fazia parte das diversas atividades em comemoração ao aniversário do imperador Taisho (1912-1926), que acontecia em outubro, apesar do imperador ter nascido em agosto. A mudança de data aconteceu devido ao clima ser mais ameno em outubro. Segundo Sato (2011), o Undokai é realizado no mês de maio, para evitar o clima mais quente. Handa (1987) descreve o Undokai como uma gincana, uma festa familiar da comunidade, destaca a importância de compartilhar os alimentos:

O pessoal do núcleo vinha assistir a gincana trazendo lanches e bebidas. Os mais íntimos se reuniam em grupos sobre o gramado e faziam trocas de iguarias. Era uma época em que não havia barraquinhas de comida e todos faziam pratos mais ou menos parecidos, como o arroz vermelho com feijão japonês azuki, o sushi... Se houvesse

conserva japonesa de peixe do rio, era uma festa (HANDA, 1987, p. 246).

Na Colônia Pinhal, o Undokai é realizado normalmente no mês de julho. Apesar de um longo período entre os primeiros imigrantes japoneses no Brasil estudados por Honda (1987) e o grupo de imigrantes que constituíram a Colônia Pinhal, podemos observar muitas similaridades na realização do Undokai. Entre elas podemos citar a inocência da gincana, as danças folclóricas e o partilhar da comida que fazem que as crianças e as diferentes gerações tomem consciência de seu pertencimento ao grupo e possam encontrar ou reencontrar a identidade. É uma festa que privilegia o lúdico e a fantasia; ao contrário de muitas festas ocidentais que priorizam o racionalismo.

A fotografia a seguir nos revela algumas características apresentadas por Honda (1987) que também acontecem no Undokai na Colônia Pinhal – as atividades em família, o compartilhamento dos alimentos.



Figura 43 – Misako e os filhos. Undokai. Ano de 1985.

Fonte: arquivo pessoal Toshiyuki Tokuhisa.

As imagens abaixo, apesar de serem de períodos diferentes e tiradas em ângulos diversos, registram exatamente o mesmo campo da Colônia Pinhal, com a presença massiva das crianças brincando com suas famílias, vivenciando e se apropriando de uma atividade tradicional de seu grupo.



Figura 44 – Undokai. Ano de 1970. Fonte: arquivo Pessoal Yumiko Fujisawa.



Figura 45 - Undokai. Ano de 1983. Fonte: arquivo Pessoal Midori Nishida.

As atividades vão das esportivas como atletismo até as mais tradicionais, como pular saco ou competição de saquinhos de areia no cesto, além da apresentação de dança.



Figura 46 – Bola ao cesto. Undokai. Ano de 2000.
Fonte: arquivo pessoal Toshiyuki Tokuhisa.



Figura 47 – Corrida. Undokai. Ano de 2005. Fonte: arquivo pessoal Erika Yamada.

Algumas atividades realizadas durante o Undokai assemelham-se com as competições escolares, como registram as fotografias a seguir. Revelam uma prova de agilidade na corrida de obstáculos e a corrida do saco muito comum nas escolas.



Figura 48 – Corrida com obstáculo. Undokai. Fonte: arquivo pessoal Erika Yamada.



Figura: 49 – Corrida do Saco. Undokai. Fonte: arquivo pessoal Erika Yamada.

Há provas específicas para crianças, para idosos e para adultos, além de modalidades com as diferentes gerações em conjunto. Nas fotografias a seguir podemos observar adultos se divertindo em uma prova de agilidade e coordenação motora.



Figura 50 – Prova do Undokai. Ano de 1993. Fonte: arquivo pessoal Erika Yamada.



Figura 51 – Undokai. Ano 2019. Fonte: arquivo pessoal Fukazawa Masakazu.

Uma prática unificadora das diferentes gerações e uma atividade permanente no Undokai na Colônia Pinhal são as danças. Como destaquei anteriormente, a dança é uma forma de comunicação sem palavras e a presença desta atividade é mais um indício do quanto esta prática é importante para este grupo como preservação da cultura.

As fotografias não registram momentos de danças apenas entre as mulheres, mas também danças com pessoas de diferentes gêneros e gerações.



Figura 52 – Mulheres dançando no Undokai.
Fonte: Associação Cultural e Esportiva.



Figura 53 – Mulheres dançando no Undokai. Ano de 1988.
Fonte: arquivo pessoa Midori Nishida.



Figura 54 – Undokai. Ano de 1996. Fonte: Midori Nishida.



Figura 55 – Undokai.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Além das atividades apresentadas, o Taiko é uma atividade introduzida no Undokai na Colônia Pinhal há cerca de 20 anos. Apesar de ter um departamento separado do Departamento de Jovens, durante o Undokai normalmente ocorre as apresentações de Taiko.

O Taiko – “tambor”, ou Wadaiko – “tambor japonês”, é uma tradição japonesa muito antiga, da qual não é possível afirmar suas origens; existem registros históricos e narrativas míticas que atestam a existência dos tambores há mais de dois mil anos. Com a perspectiva mais artística, os tambores são tocados no Japão desde os anos 1970, assim como também nas festividades japonesas no Brasil desde o mesmo período, talvez mesmo antes.

Nas apresentações do Taiko são incorporados outros instrumentos japoneses, cantos e performances, além da vestimenta específica. Infelizmente o papel fotográfico não permite sentir a vibração do tambor, mas oferece elementos para entender a cultura japonesa: os movimentos do corpo, a vestimenta tradicional, a alegria das crianças e a experiência de vínculo e pertencimento étnico. O Taiko é uma possibilidade de sentir o passado em sua configuração e o presente com os pés no chão de terra.



Figura 56 – Apresentação do Taiko. Ano de 2003.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 57 – Apresentação do Taiko.
Fonte: arquivo pessoal Erika Yamada.

De acordo com Handa (1987), no Undokai era comum decorar os espaços das atividades com bandeirinhas como podemos observar na maioria das fotografias apresentadas. Ao final das atividades havia a premiação dos vencedores e dos demais participantes. O prêmio poderia ser cadernos e outros materiais escolares, alimentos, sabonetes, toalhas, entre outros. A premiação apresentada por Handa (1987) é uma prática permanente no Undokai na Colônia Pinhal como podemos observar nas fotografias. Aliás, além dos prêmios ganhados, as fotografias nos revelam a alegria da conquista, de compartilhar o momento com a família e amigos, uma alegria espontânea seja entre os adultos ou crianças.



Figura 58 – Premiação Undokai. Ano de 1987.

Fonte: arquivo pessoal Toshiyuki Tokuhisa.



Figura 59 – Premiação Undokai. Ano de 1990.

Fonte: arquivo pessoal Toshiyuki Tokuhisa.

Além do Undokai, outra atividade muito importante para o Departamento de Jovens, assim como para o Departamento de Senhoras, era viajar. Abrir as porteiras da Colônia Pinhal e conhecer o Brasil, aprender coisas novas, ter novas experiências em cada lugar visitado por esse grupo.

Para que as viagens acontecessem era necessário recursos financeiros, as imagens a seguir são fotografias posadas do Departamento de Jovens da Colônia Pinhal trabalhando na sua própria lavoura. Podemos observar moças e moços no campo junto com equipamentos para o cultivo. Segundo Midori Nishida guardiã das fotografias, o Departamento de Jovens trabalhava na lavoura e vendia os produtos, além de outras formas para arrecadar fundos para financiar as viagens.



Figura 60 – Departamento de Jovens. Ano de 1971.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 61 – Departamento de Jovens. Ano de 1971.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.

Com os fundos arrecadados era possível financiar as viagens. Não tivemos informações quais eram os critérios para escolha do destino, mas as fotografias nos revelam destinos diferentes como viagens a praia e caverna.



Figura 62 – Departamento de Jovens viagem à Santos. Ano de 1971.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 63 – Departamento de Jovens viagem à Caverna do Diabo. Ano de 1973.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.

Provavelmente o Departamento de Jovens da Associação Cultural Esportiva de Colônia Pinhal realizaram outras atividades, porém as fontes catalogadas não nos permitiu apresentar essas práticas. Ao apresentar algumas práticas desenvolvidas, podemos destacar os espaços de sociabilidade criados por esse grupo e o quanto esses espaços permitem ao mesmo tempo interagir com a sociedade local e ao mesmo tempo cria uma identidade cultural mantida através das gerações.

Os espaços de sociabilidades são manifestações culturais que se relacionam com a memória e identidade da Colônia Pinhal. Elas representam a comunidade e servem como forma de fronteira social que delimita o pertencimento ao grupo. Fortalecem as identidades dos moradores, reproduzindo e transmitindo valores, trocas culturais e objetivos em comum para a comunidade, assim como reafirmam a identidade japonesa. Para Cunha (1986 apud SILVA, 2016, p. 70),

trata sobre o processo de construção da identidade étnica, que perpassa pela tradição, mas que se altera e se ressignifica no presente. É nesse processo de construção da identidade que residem os traços descritivos dos nipo-brasileiros, aqui representados pelos valores morais. A construção da identidade étnica explica-se segundo o conceito de “cultura de contrastes” que é justamente aquilo que se mantêm como herança para que o grupo auto identifique-se como “nipo-brasileiro” (SILVA, 2016, p. 70)

Além dos aspectos de sociabilidade, a associação é uma gestora na comunidade, por isso a seguir iremos explorar os aspectos administrativos da Associação Cultural Esportiva de Colônia Pinhal

3.1.4 Associação como práticas administrativas

As associações de imigrantes japoneses se formaram em todo o país nas comunidades e nas colônias, funcionando como redes de apoio entre moradores locais.

Segundo Moraes (2012) as “Associações Nipo-Brasileira Cultural e Esportiva” do período Pós Segunda Guerra Mundial tem como principais objetivos: atuar como espaço de sociabilidade entre os membros, integrar os membros na comunidade japonesa, mas também ocidentalizar a comunidade japonesa, preparar para a integração na sociedade brasileira; gerir a comunidade e auxiliar com subsídios para sua ascensão social.

Nos relatos orais identificamos os aspectos apresentados por Moraes (2012), quando os moradores relatam a associação como família, que além de ser um espaço de sociabilidade das tradições japonesas, também é um espaço que colabora com a vida particular dos membros, com a estrutura da colônia e também beneficia a todos.

A Associação Cultural Esportiva de Colônia Pinhal é formada por famílias que além de ter interesses em comum, origens e histórias próximas, têm o sentimento de cooperação entre todos e objetivo de perpetuar a cultura de origem e ao mesmo tempo se estabelecer no lugar de chegada. Dentre as entrevistas destacamos a fala do Senhor Tokuhisa que destaca o sentimento de família e amizade:

(pausa) amizade né, amizade e (pausa) pessoas vem do Japão não conversa tão bem né. Então, tem pessoas que dá pra conversar bem, esse pessoas foi no São Miguel e tá negociando... aconteceu de ajudar, levar junto a hospital e prefeitura, assim e tá resolvendo e ainda quem for brasileiro dá pra ir direto pra advogado, sindicato e essas coisas então a associação ajuda bastante (TOSHIYUKI TOKUHISA. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

Com este sentimento de cooperação e amizade para o bem comum do grupo, a associação atua como gestora da colônia, criando uma rede apoio entre os moradores. Apoio que vão desde o auxílio, a atividades particulares como descritas por Tokuhisa, até atividades ligadas a infraestrutura da colônia destacada por moradores locais:

Ela administra tipo as estradas, se tem algum um buraco essas coisas ou tem que ser feita melhoria nas estradas, ela faz a solicitação para a prefeitura ou o DER, é pra melhorar

essa parte estrutural, a infraestrutura do bairro em si, a parte de segurança também que é muito importante, eles também estão sempre solicitando a presença da polícia, a parte de combate a incêndio, a gente sempre tem, agora a gente tem o whatsapp que é uma ferramenta super importante, que a gente consegue reunir o pessoal para apagar um incêndio que tá acontecendo em alguma propriedade, então tem essa parte social que ajuda bastante o pessoal e o bairro aqui a se desenvolver e sempre quando tem alguma pessoa doente, todo mundo do bairro sabe né e tenta fazer alguma coisa ali pra auxiliar a pessoa. A associação colabora com a vida das pessoas com certeza. (PAULO ARIGA. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

A associação dá suporte para educação, escola japonesa, das festas, dos problemas do bairro. Por exemplo, na época não tinha rede de telefone, indo atrás da Vivo, prefeitura para trazer uma torre, questão de internet par trazer uma torre, questão de internet privada, tanto de São Miguel como Pilar. As estradas aparece um buraco, a gente faz operação tapa buraco. Depois do vendaval sempre tem estragos, chamamos o Zé Lopes para ajudar.

Ele é funcionário da associação?

Sim, é um grande funcionário, ajuda bastante. (FRANCISCO YAMASHITA. Entrevista concedida em agosto de 2020).

Em ambos os relatos destacam aspectos de cuidados da infraestrutura da colônia feitos ou solicitados pela associação aos devidos responsáveis. Atua desde o combate a incêndio, manutenção de estradas e aspectos da educação. Apesar dos relatos apresentarem problemas recentes na infraestrutura da colônia, a atuação da associação como administrador iniciou-se desde sua fundação, quando ainda atuava na informalidade.

Segunda a Revista Comemorativa 50 anos da Colônia Pinhal em 1965 a associação da colônia recebeu a visita do governador da província de Fukui – Kita Eizou, juntamente com representante da JICA. Durante a visita fizeram a doação de um Jipe para uso da Colônia Pinhal e inauguração do prédio onde funcionou a escola primária, escola japonesa, o

Kaikan e atualmente é o depósito da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo.

O governador de Fukui, assim como o representante de agricultura da JAMIC/JICA foram recebidos com grande entusiasmo pelos moradores da Colônia Pinhal. Podemos observar nas fotografias que houve uma preparação para receber as visitas, que foram presenteadas com flores e recebidas por representantes locais e as crianças da escola primária uniformizadas segurando bandeiras do Japão e do Brasil.



Figura 64 – Visita do governo de Fukui e JICA.

Fonte: arquivo Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 65 – Participantes da recepção ao governador da Província e Fukui e representante da JAMIC/JICA.

Fonte: arquivo Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Além da inauguração e a doação do Jipe, encontramos outras fotografias que registram a visita do representante de agricultura da JAMIC/JICA em propriedades locais. Segundo os relatos dos moradores, essa visita tinha como objetivo avaliar as plantações, as propriedades e oferecer orientações com o manejo da terra e agricultura, fazia parte do suporte técnico da JAMIC/JICA.



Figura 66 – Visita técnica a propriedade Takahashi.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 67 – Visita técnica a propriedade Deguchi.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

A associação mediou junto a JAMIC/JICA (*Japan Internacional Cooperation Agency* - Agência de Cooperação Internacional do Japão), 7.975 Iens para construção de rodovias e 18.238 Iens para instalação da Energia Elétrica na Colônia Pinhal (RELATÓRIO JAMIC/JICA, 1998).

Segundo a Revista em Comemoração aos 50 anos da Colônia Pinhal, a instalação da rede de energia elétrica na colônia foi feita em 1971 e foi comemorada com um grande evento. As fotografias registram alguns detalhes desta comemoração. Podemos observar que foi um grande evento que envolveu muitas pessoas, com a presença de convidados e apresentações.

Na primeira fotografia podemos destacar um espaço fechado, que de acordo com os relatos orais, seria o local da Escola Primária da Colônia Pinhal, decorado com lanternas, fitas, a bandeira do Brasil e do Japão, com um grande público presente, convidados especiais compondo uma mesa a frente em um palco e uma pessoa não identificada fazendo um discurso. Na fotografia seguinte registra o mesmo espaço, o mesmo evento, porém com um grupo de meninas se apresentando a frente.



Figura 68 – Evento em comemoração da energia elétrica. Ano de 1971.

Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 69 – Evento em comemoração da energia elétrica. Ano de 1971.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.

Além das atividades realizadas no espaço interno, as fotografias revelam que o espaço externo foi decorado, e ocorreram apresentações de dança com os moços de terno e as moças com trajes tradicionais. Assistindo a apresentação havia um grande público, dos quais podemos observar japoneses, descendentes ou não descendentes.



Figura 70 – Apresentação de dança na inauguração da energia. Ano 1971.
Fonte: arquivo pessoal de Midori Nishida.



Figura 71 – Apresentação de dança na inauguração da energia. Ano 1971.
Fonte: arquivo pessoal de Midori Nishida.

O prédio apresentado registrado internamente e externamente nas fotos anteriores teve muitas funções na Colônia Pinhal, dentre elas foi o Kaikan. Segundo Silva (2019) “o Kaikan, ou auditório, que consistia um salão ou galpão como sede da comunidade”, eram as sedes das associações, o espaço físico onde os membros da associação se reuniam, para se socializar ou para tomar decisões administrativas.

Frank (2014) quando estuda as paisagens etnográficas de um grupo de colônias japonesas no Paraná, destaca a importância do Kaikan como “símbolo do espírito cooperativo”. O autor também destaca a organização do centro das colônias rurais ou como ele denomina “núcleos ou praças rurais”. Nas palavras do autor:

Os núcleos rurais ou praças rurais planejadas eram localizados em um lote doado pela companhia e ofereciam maior abertura à comunidade externa, exercendo um papel de centralidade simbólica. Nas seções, o ponto mais alto e central era reservado para a Escola. Uma vez construída, eram implantadas ao redor destas, um conjunto de edificações com fortes traços culturais. Os projetos de colonização japonesa possuíam, a rigor, um espaço livre central, um Kaikan (sede de associação), que simbolizava o espírito cooperativo e uma escola. O conjunto de edificações depositaria no espaço-livre uma imensa importância, realizando ali as festas, comemorações e atividades desportivas da Seção (FRANK, 2014, p. 201).

Esta organização denominada por Frank (2014) como “praças rurais” foi se constituindo ao longo do tempo na Colônia Pinhal. Uma das primeiras ações da Associação Cultura e Esportiva da Colônia Pinhal foi a abertura da escola primária, vale lembrar que a imigração no período Pós Segunda Guerra se caracteriza por uma imigração de colonização, não prevalece, mas geralmente, a intenção era emigrar para fazer fortuna e retornar ao Japão. A segunda ação da associação foi a abertura da escola japonesa, ambas funcionavam no mesmo prédio que era o Kaikan, sede da associação.

A Associação teve um papel fundamental para a abertura da escola japonesa e da escola primária. Foi ela que reivindicou e mediou, junto a JAMIC/JICA, o financiamento da construção dos prédios, dos mobiliários e demais materiais. A escola primária foi inaugurado em 1979, já o funcionamento da escola japonesa foi entre 1962 e 1998, quando houve a estruturação e passou a ser Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal, como é até a atualidade. Ainda, iremos discorrer com mais

detalhes sobre estes aspectos quando abordaremos fatos das histórias de ambas escolas no próximo capítulo.

Neste momento iremos abordar outras ações da associação como a construção do novo prédio do Kaikan. O antigo Kaikan é o prédio que está no pano de fundo das fotografias que registram as comemorações em virtude da instalação da energia elétrica no bairro e que compartilhava o espaço com as escolas. Com o crescimento da Colônia Pinhal e das atividades da associação, foi necessário a construção de um prédio exclusivo para o Kaikan.

Para a construção do Kaikan, a Associação Cultural Esportiva da Colônia Pinhal mediou a arrecadação de fundos. Segundo a Revista em Comemoração do Cinquentenário da Colônia Pinhal, a associação recebeu em 1980 a quantia de 30.000.000 Iens da Província de Fukui para construção do prédio do Kaikan, que foi inaugurado em 1982 e reformado em 1991 com a doação de 16.000.000 Iens pela Província de Fukui.

Nas fotografias a seguir apresentam a inauguração do prédio do Kaikan em 1982 com a presença de moradores, alunos das escolas e convidados brasileiros e do Japão vindo da província de Fukui. Nas fotografias externas, além das pessoas que participavam do evento, podemos destacar na primeira fotografia a fachada do prédio do Kaikan, com traços retos e características minimalistas e na segunda fotografia, a paisagem em frente do prédio com um grande espaço aberto onde aconteciam atividades culturais como o Undokai, mais ao fundo é possível visualizar o prédio onde foi a acomodação dos primeiros moradores quando chegaram na colônia, e que em 1982 era utilizado como prédio da escola japonesa e a entrada principal da Colônia Pinhal.



Figura 72 – Inauguração do Kaikan. Ano de 1982.
Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa.



Figura 73 – Inauguração do Kaikan. Ano de 1982.
Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa.

O Kaikan possui um salão grande com palco, uma cozinha, quatro salas que são usadas para recepção de visitas, reuniões, Taiko e atividades grupo de jovens, além destes espaços possui dois banheiros, mais um adaptado para deficiente e um almoxarifado.

O salão pode ser considerado o coração do Kaikan, pois é nele que acontece a maioria das festividades, concursos, atividades culturais e esportivas internas. A fotografia revela um pouco do salão do Kaikan e a festa de inauguração deste espaço em 1982. Percebe-se que nesse momento retratado teve uma solenidade com a participação de convidados e discursos em agradecimento e comemoração da inauguração do Kaikan e dos 20 anos da Colônia Pinhal; também teve um outro momento mais festivo com comida e bebida que envolveu toda comunidade.



Figura 74 – Almoço de inauguração do Kaikan.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 75 – Solenidade de inauguração do Kaikan.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

A construção de um prédio próprio para sede da associação – Kaikan foi muito importante para ampliar os espaços de sociabilidade, as ações administrativas e para a formatação do que Frank (2014) denomina como “praça rural” nas colônias japonesas. A “praça rural da Colônia Pinhal foi sendo formatada ao longo dos anos e seguindo princípios étnicos considerados importantes para este grupo. O primeiro prédio foi o alojamento, o prédio provisório do Kaikan e escolas que depois passou a ser a cooperativa, a construção do Kaikan, do prédio da escola estadual, o prédio da escola japonesa e recentemente o prédio do centro de saúde construído.

Na imagem a seguir podemos visualizar a atual configuração da “praça rural” da Colônia Pinhal, é possível identificar a entrada principal do centro da colônia, a esquerda os prédios que compõem a cooperativa, a escola estadual, escola municipal e o centro de saúde. Na entrada a direita está o prédio da escola japonesa, com o antigo prédio de alojamento dos recém-chegados, um grande campo de terra e o prédio do Kaikan. Saindo da “praça rural” que são espaços coletivos, ao fundo é possível chegar a

Biblioteca Japonesa, que apesar de ser aberta a todos, está dentro de terreno particular e não pertence a associação.



Figura 76 – Imagem de satélite da “praça rural” da Colônia Pinhal atualmente.
Fonte: produzido pela autora.

Segundo a Revista em Comemoração do Cinquentenário da Colônia Pinhal, em 1983 o representante da JICA – Sr. Fussumada esteve na Colônia Pinhal para fazer a cerimônia de transferência da administração de todos os espaços e prédios públicos que compõem a “praça rural” para Associação Cultural e Esportiva da Colônia Pinhal, pois até então era responsabilidade da JICA. Este momento foi denominado como emancipação da Colônia Pinhal, porém não encontramos documentos sobre a emancipação nos arquivos da JICA ou da associação. O único registro sobre a emancipação da Colônia Pinhal foi uma coleção de fotos, retratando as atividades do dia da emancipação.

A coleção de fotos revela um pouco da celebração da emancipação que contou com a presença do presidente da associação, o representante da JICA, moradores locais e as crianças da escola primária. O momento foi dividido entre discursos, plantio de uma árvore e inauguração do monumento símbolo da emancipação da colônia, não necessariamente nesta ordem.



Figura 77 – Cerimônia de emancipação da Colônia.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 78 – Inauguração do monumento.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 79 – Plantio da árvore na cerimônia.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 80 – Participantes da cerimônia de emancipação.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Além das ações que envolvem aspectos estruturais da colônia importantes para sobrevivência, bem-estar da população e difusão da cultura, também podemos identificar ações voltadas para educação, seja ela como mantedora das tradições ou como para a formação geral do imigrante e descendente vivendo no Brasil, que iremos abordar no próximo capítulo quando analisaremos a Colônia Pinhal como espaço educativo.

A Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal teve um papel importante para a constituição da colônia, porém a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil LTDA, atual Cooperativa Agrícola de São Miguel Arcanjo, também teve um papel importante na fundação da colônia e auxiliando no desenvolvimento econômico.

3.2 COOPERATIVA AGRÍCOLA SUL- BRASIL DE SÃO MIGUEL ARCANJO

Este trabalho não pretende analisar os aspectos de crescimento econômico da cooperativa, ou administrativo, mas as ações e possíveis contribuições da cooperativa para constituição da Colônia Pinhal. Pretendemos abordar como a cooperativa contribui para o assentamento e crescimento desta colônia japonesa e rural. Atualmente a cooperativa está localizada na estrada vicinal: Kunihei Ariga.

A história da Colônia Pinhal está ligada a Cooperativa Agrícola Central Sul-Brasil LTDA que contribuiu para a fundação da colônia conforme apresentado anteriormente. Segundo Arruda (1972), em 1928, grupos de japoneses agricultores e produtores de batatinha da região de Juqueri, Taipas e Morro Grande, organizaram a Cooperativa Agrícola de Juqueri, que a partir de 1954 passou a se denominar Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil e encerrou suas atividades em 1994.

Em meados de 1960, a Cooperativa Agrícola Central Sul-Brasil, designou o Senhor Massanori Karazawa como representante para auxiliar com a chegada, o assentamento, a manutenção e a ampliação da colônia. Segundo o Museu da Pessoa, o Senhor Massanori Karazawa era cooperado desde 1953 e, com a Colônia Pinhal, atuou no transporte das pessoas de

Santos até as terras da colônia e auxiliou na adaptação dos moradores, seja nas necessidades particulares das famílias ou administrativas da colônia.

Os relatos revelam que Karazawa mediava ações junto a Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil e a JAMIC, contribuindo com a infraestrutura e a ampliação da Colônia Pinhal, que se deu por meio da compra de terras e assentamento de mais imigrantes japoneses.

Dentre as fotografias encontradas nos diferentes acervos pessoais ou institucionais, há apenas um registro da presença de um grupo de moradores, visitando a Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil em São Paulo. O que podemos destacar é que alguém valorizou este momento, fez o registro e nos proporcionou mais um elemento para destacar as relações dos moradores da Colônia Pinhal com a Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil. As características da fotografia nos oferece indícios que foi feita em meados dos anos 60 e 70 do século XX, porém apenas nos cabe questionar se a fotografia registra apenas uma visita cordial ou um encontro de transição e abertura da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil Ltda, todavia não temos informações sobre quando e porque foi realizado este encontro.



Figura 81 – Visita a Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

3.2.1 Facetas da fundação da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo

De acordo com a Revista 50º Aniversário Comemorativo da Colônia Pinhal, em 1964, foi aberto um depósito da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de Pilar do Sul na Colônia Pinhal e em 1969 foi fundada a Cooperativa Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo LTDA na Colônia Pinhal.

O cooperativismo tem como princípios básicos a igualdade e ajuda mútua. Tais princípios eram fundamentais para o fortalecimento do grupo e crescimento econômico da Colônia Pinhal, pois o trabalho em conjunto na cooperativa favorecia o manejo com a terra e possibilitava o escoamento da produção. Segundo Ricciardi (1990):

A premissa das cooperativas japonesas eram as mesmas do cooperativismo: tendo como identidade de propósitos e interesses; ação conjunta, voluntária e objetiva para a coordenação de contribuição e serviços; obtenção de resultado útil e comum a todos. (RICCIARDI, 1990, p. 101).

Contribuindo para compreender as premissas das cooperativas, Chaddad e Cook (2004), destaca que podemos considerar uma cooperativa como uma organização criada por um conjunto de indivíduos que compartilham algum interesse comum e percebem que, por meio de uma organização formal, esse objetivo comum é mais facilmente atingido.

Em uma cooperativa, esse interesse comum pode ser a oferta de um bem coletivo, um maior poder de barganha que viabilize a obtenção de preço mais favorável, seja para os insumos necessários ao processo produtivo, seja para a venda da produção final (FULTON, 1999).

A organização de uma cooperativa na Colônia Pinhal era uma forma de subsistência das famílias e ao mesmo tempo de sobrevivência étnica, já que o cooperativismo era um modelo conhecido pelos imigrantes e que faz parte da cultura japonesa.

Nos aspectos de subsistência o cooperativismo possibilitava atender os interesses comuns que dificilmente seriam possíveis de serem atendidos por meio de ações autônomas, promovendo a coordenação coletiva e almejando alternativas para todos como uma coordenação tática.

De acordo com Livro de Registros de Atas das Assembleias da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo, a presente cooperativa possui a seguinte inscrição: 65000/502; Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo n. 3835 e foi fundada em 28 de fevereiro de 1969.

Segundo a primeira Ata de Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo Ltda, a cooperativa foi fundada de acordo com o decreto n. 59 de 20 de novembro de 1966, regulamentado pelo decreto n. 60597 de 19 de abril de 1967. Estavam presentes na primeira assembleia, trinta e sete lavradores japoneses ou descendentes, que eram associados da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil com sede em São Paulo. Foram convidados para participar livremente da primeira assembleia para juntos constituírem em cooperativa de primeiro grau.

Dentre os presentes foi escolhido o Senhor Osamu Yamashita para presidir a reunião, Yukio Ota para secretariar e convidaram para compor a mesa representantes da Comissão de Assistência de Cooperativas Singulares indicada pela Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil: Mitsuo Yamaka, Izuhō Taniguchi e Massanori Karazawa. Esta comissão era responsável em estudar o processo de transição dos associados da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil para a cooperativa de primeiro grau que estava sendo fundada.

Podemos destacar dois aspectos importantes para a constituição da cooperativa: os motivos para a constituição de uma cooperativa de primeiro grau e o estatuto da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo LTDA. Segundo a Ata da Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo LTDA, por

...processamento de profunda alteração de ordem econômica e administrativa na Cooperativa Central Sul-Brasil implicando entre outras medidas a exclusão dos associados singulares, os quais como no caso de São Miguel Arcanjo, estão sendo convidados a reunirem livremente com a finalidade de constituírem cooperativa de 1º grau ...Acrescentou ainda o Sr. Presidente que foi aludida comissão incumbida de preparar estudos e esquemática sugerindo medidas ao perfeito ajustamento as exigências

legais principalmente no que diz respeito as transferências de quota-partes dos associados que por força da legislação, implicitamente serão desligadas da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil (ATA DA ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA SUL-BRASIL DE SÃO MIGUEL ARCANJO LTDA, 1969, p. 1 verso).

É um momento de transição que os lavradores locais deixam de ser filiados da cooperativa central, por motivo de reestruturação da mesma e fundam uma cooperativa. Segundo Paulo Ariga, atual gerente da cooperativa, a criação das cooperativas de primeiro grau permitiu que cada unidade tivesse sua própria administração, um processo para evitar o fechamento da Cooperativa Central, com perdas para aos associados, como aconteceu com a Cooperativa Cotia (PAULO ARIGA. Entrevista concedida em janeiro de 2019).

Desta forma, a Cooperativa Central foi dividida em 40 cooperativas de 1º grau, com autonomia administrativa, porém filiadas à Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil.

No processo de transição, entre destituir a filiação a cooperativa central e abertura da cooperativa de 1º grau, foi formada uma comissão de estudo que prestou esclarecimentos em relação a este processo. De acordo com a Ata de Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo Ltda:

Depois de discutido, decidiram entre si , os cooperados receberem em devolução o montante do capital integralizado na Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil. Decidiram ainda, promover imediatamente a constituição da Cooperativa Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo Ltda, e com o recebimento do pagamento referente ao capital dos cooperados, pertencentes à Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil, aplicarem o mesmo, totalmente na subscrição e integração do capital na cooperativa em formação, poderão participar livremente os associado que assim desejarem e estiverem de acordo com esta deliberação. Diante

desta manifestação unânime dos cooperados presentes da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil, os Sr. Presidente, declarou que nos termos da lei em vigor, e com os associados ora reunidos passava iniciar os trabalhos de constituição propriamente ditos da cooperativa de 1º grau (ATA DA ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA SUL-BRASIL DE SÃO MIGUEL ARCANJO LTDA, 1969, p. 2).

No dia 28 de fevereiro de 1969, em assembleia fundou-se a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo Ltda com o objetivo:

promover por meio da ajuda mútua a defesa econômica social dos seus associados na medida dos recursos disponíveis, e operará basicamente na venda em comum dos produtos que lhe forem entregues pelos associados e aquisição de gêneros e artigos através das secções de compra em comum e consumo (ATA DA ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA SUL-BRASIL DE SÃO MIGUEL ARCANJO LTDA, 1969, p. 2).

A fotografia a seguir revela detalhes de como foi preparada com cuidado a Primeira Assembleia Ordinária da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo Ltda, isto é a primeira assembleia após se constituir cooperativa. Podemos observar a composição da mesa, com a exposição e registros dos trabalhos do dia, sob a mesa uma bandeja com água, flores, além dos livros e documentos necessários, ao fundo uma faixa registrando a primeira assembleia ordinária da cooperativa.



Figura 82 – Primeira Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo Ltda.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Nos primeiros anos de funcionamento a cooperativa usou as instalações já existentes na colônia que pertenciam à Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil.

Segundo Ariga (2001) apenas em dezembro de 1988 foi inaugurado um novo prédio para atender as necessidades da organização. O novo prédio era composto por um depósito geral, um depósito de defensivos agrícolas, banheiros, cozinha, sala de reunião, secretaria, gerência e o supermercado. Na figura a seguir podemos observar o layout do novo prédio.

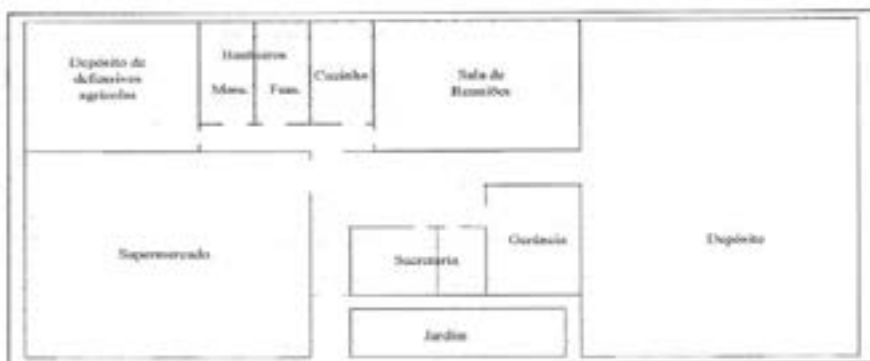


Figura 83 – Layout do prédio da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil Ltda.
 Fonte: ARIGA, Paulo (2001, p. 36).



Figura 84 – Fachada da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil Ltda.
 Fonte: ARIGA, Paulo (2001, p. 36).

Como apresentamos anteriormente, as atas nos ajudam a pensar sobre os motivos da abertura, mas também destacam o estatuto social.

O estatuto social da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo Ltda, foi apresentado pela Comissão de transição e elaborado em 1969, de acordo com o Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Estado de São Paulo.

O Estatuto definiu um conjunto de leis para reger a estrutura da cooperativa, que foi adotado em comum acordo por fundadores e sócios.

Essas regras definem objetivo, finalidade, admissão de novos sócios, cotas-partes e os valores delas.

Durante os anos de funcionamento o estatuto passou por algumas revisões para se adequar as novas necessidades sociais e conseqüentemente dos associados.

Dentre essas atualizações podemos destacar o fato da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo Ltda ter deixado de ser filiada da Cooperativa Central Agrícola, assim alterando a sua denominação para Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo e a exclusão do sistema de quotas-partes.

Apesar do processo de estruturação de acordo com as demandas, a cooperativa sempre manteve como base regimental seus objetivos e finalidades destacados no primeiro estatuto:

Operará, basicamente, na venda em comum dos produtos que lhes forem entregues pelos associados e na agricultura de gêneros e artigos para o abastecimento, instalando os seguintes serviços: a) recebimento, classificação e armazenamento da produção de origem vegetal ou animal, segundo programas operacionais previamente estabelecidos; subcolocação dos produtos nos mercados locais, nacionais ou estrangeiros; b) fornecimento, exclusivamente aos associados, de gêneros e artigos de uso ou consumo pessoal ou doméstico, bem como de utensílios e máquinas agrícolas, fertilizantes e inseticidas, sementes, mudas, pintos de um dia, alimento para aves, etc; d) instalação e aparelhamento de serviços para o recebimento e transportes da produção de sus associados, desde as culturas, preparando essa produção classificando-a, padronizando-a, beneficiando-a ou industrializando-a, observadas as necessidades do abastecimento dos mercados internos e externos.(ATA DA ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA SUL-BRASIL DE SÃO MIGUEL ARCANJO LTDA, 1969, p. 7).

Podemos destacar que a cooperativa tinha um papel importante na vida do seu associado, pois atuava no auxílio na produção, na venda e escoamento desta produção além de contribuir com o bem-estar prestando serviços de venda produtos pessoais ou domésticos. De acordo com Pinho 1961:

O cooperativismo é a doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico, através de associações de fim predominantemente econômico, que são as cooperativas. Tal correção se assenta, principalmente, na promoção de um sistema que visa não só suprir seus membros de bens e serviço, como também, realizar determinados programas educativos e sociais (PINHO, 1961, p. 213)

A finalidade da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo prevista em seu estatuto, contribui para traçar as ações da cooperativa junto aos seus associados e conseqüentemente na Colônia Pinhal. Apesar da Colônia Pinhal ser no período um núcleo exclusivamente de japoneses e descendentes o regimento prevê que:

Poderão associar-se à Cooperativa os produtores agrícolas que exerçam suas atividades por conta própria dentro da área de ação da cooperativa e que, tendo livre disposição de sua pessoa e bens, concordem com os presentes estatutos e não se dedique, a atividade que possam prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade. Parágrafo Único: Poderão ser admitidas como associados, todas as pessoas que se dediquem à atividade agropecuária, em terras de sua propriedade ou arrendadas ou de parceria ou ainda ocupadas por processo habitual e regular. (ATA DA ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA SUL-BRASIL DE SÃO MIGUEL ARCANJO LTDA, 1969, p. 5).

O estatuto da Cooperativa Agrícola de São Miguel Arcanjo discorre sobre as condições para ser cooperado, mas não define a exigência de ser japonês ou descendente. Aborda sobre as condições para ser cooperado, sem determinar a nacionalidade, apesar de ter sido fundada por um grupo

de 37 agricultores japoneses e no início de suas atividades, ter a predominância de cooperados japoneses ou descendentes, o que é esperado pois está em um núcleo de colonização de imigrantes japoneses.

Nos gráficos a seguir podemos observar o número de admissões acumuladas por nacionalidade e destacar que a grande maioria de associados admitidos, entre os anos de 1969 (ano de formação da cooperativa) e 2000 eram de nacionalidade japonesa. Os associados japoneses correspondiam a aproximadamente 90% dos associados entre os anos de 1970 e 1975, e a aproximadamente 80% dos associados entre os anos de 1975 e 1980. Entre os anos de 2000 e 2010 houve um grande crescimento no número de admissões de associados brasileiros. O número acumulado de associados brasileiros ultrapassou o de japoneses em 2007 e dobrou o de japoneses no final da década de 2010.

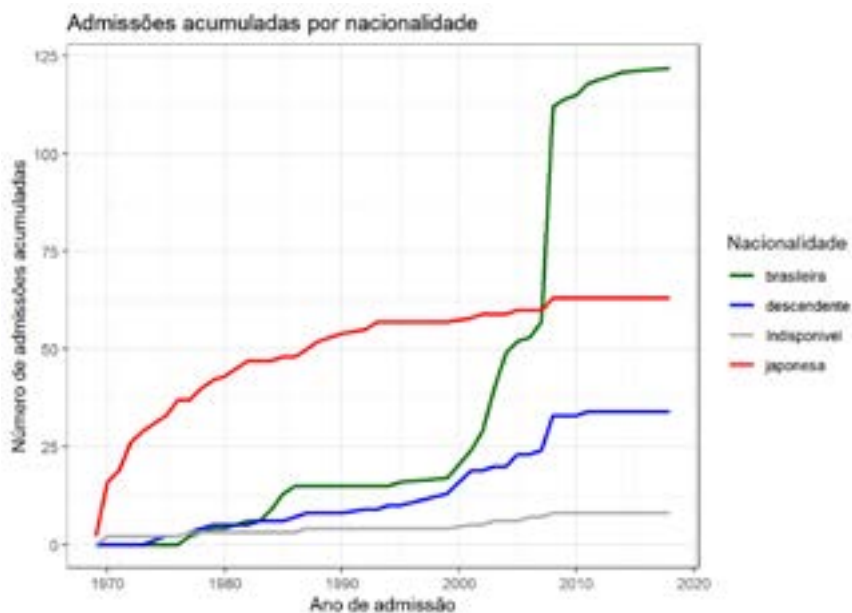


Figura 85 – Gráfico admissões acumuladas por nacionalidade. Fonte: produzido pela autora com base na ficha de registro de admissão do associado.

O segundo gráfico foi organizado em porcentagem e fica mais fácil para visualizarmos a predominância dos cooperados japoneses ou descendentes e quando aumenta o número de associados brasileiros.

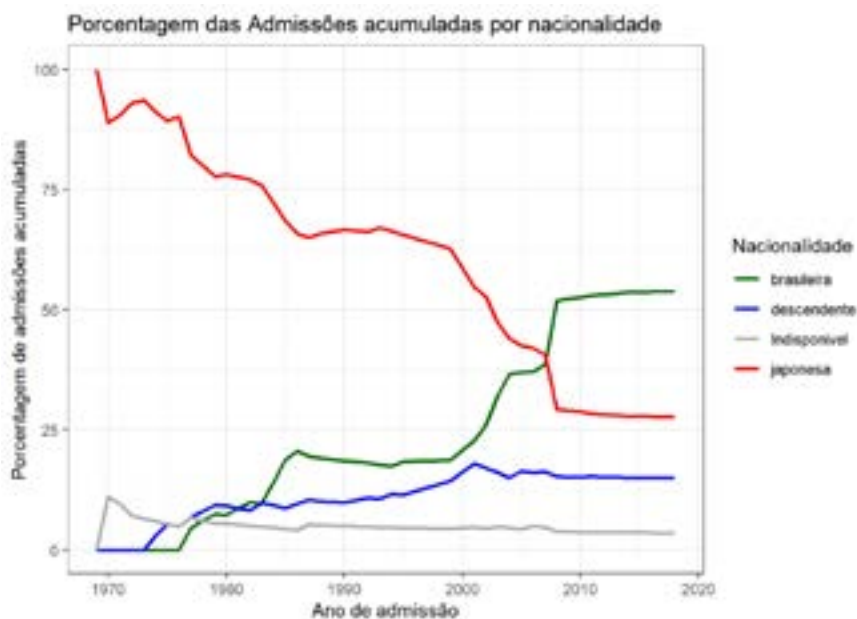


Figura 86 – Gráfico porcentagem de admissões acumuladas por nacionalidade.
 Fonte: produzido pela autora com base na ficha de registro de admissão do associado.

Compreender o perfil do associado da cooperativa nos ajuda pensar para quem a cooperativa atuava e como contribuía com a Colônia Pinhal, indo além do aspecto comercial.

Dentre as frentes de atuação, o desenvolvimento das técnicas que resultavam no aprimoramento dos processos de produção era importante para os associados. O auxílio técnico acontecia por meio de orientações de agrônomos e ações educacionais promovidas pela cooperativa ou em parceria com outras instituições.

O auxílio técnico faz parte das ações educacionais da cooperativa que estão previstas desde o primeiro estatuto, por meio da criação do fundo educacional:

Art.41 – O Balanço Geral, incluindo o confronto da receita e despesa, será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano, devendo ser deduzidos, da sobra: -10% para o Fundo de Reserva; juro fixo de 10% sobre o capital,

creditando para integralização ou aumento da própria conta de capital; 20% para Fundo de Desenvolvimento e 10% para o Fundo Educacional... (ATA ASSEMBLEIA GERAL DA COOPERATIVA SUL BRASIL DA COOPERATIVA DE SÃO MIGUEL ARCANJO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1969).

Nos Livros de Matrículas e Atas da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo não encontramos detalhamento do uso do Fundo Educacional, apenas o valor destinado ao fundo anualmente, porém podemos apresentar algumas evidências no uso dos fundos a partir dos relatos dos moradores e fotografias que destacam o papel social e econômico da cooperativa, pois ao mesmo tempo que compra a produção, também oferece insumos aos cooperados e assistência técnica para melhorar a produção. De acordo com Paulo Ariga:

Ah... (pequena pausa) é um importante centro comercial, porque aqui praticamente a gente tanto oferece a parte de insumos aos produtores como também a gente faz a compra da produção, então a cooperativa tem esse papel importante tanto social como econômico também né e porque a gente presta assistência técnica. Porque a gente tem o agrônomo e o agrônomo presta assistência técnica pra tentar melhorar a parte econômica do cooperado e é aquela coisa, os cooperados são sócios da cooperativa, a sobrevivência da cooperativa depende dos seus sócios, se o sócio ir mal a cooperativa também vai mal, então tem essa reciprocidade de compra e venda como também a parte social que é assistência técnica pra tentar desenvolver o produtor e melhorar a vida do produtor. (PAULO ARIGA. Entrevista concedida em janeiro de 2020)

O Sr. Yamashita, que atuou como presidente da cooperativa em nove mandatos, inclusive foi o primeiro presidente, destaca a importância da assistência do agrônomo e a promoção de visitas técnicas, organizadas pela cooperativa e/ou por convênios entre a cooperativa e a JICA ou grandes empresas da área. As visitas técnicas aconteciam nas próprias plantações

na Colônia Pinhal e em visitas a sedes de outras cooperativas ou lugares que desenvolviam o cultivo de um determinado produto. Tinham como objetivo aprimorar o manejo da terra, aprender novas técnicas, trocar experiências com a intenção de facilitar o trabalho e ampliar a produção.

Essas atividades técnicas... (pausa) é através de convênios, tipo a cooperativa tem convênio com a JICA, então a JICA às vezes tem essa parte de intercâmbio de outros países né que nem o Japão né que tem muita ligação, então eles selecionam os membros de uma cooperativa ou traz algum membro de outro país pra cá e promovem esses dias de campo e palestras pra tentar desenvolver as técnicas que são aplicadas lá no Japão aqui no Brasil e também a gente tem como cooperativa tem parceria com as empresas de defensivo, de produtos foliares, então eles também fazem esses dias de campo e palestras e organiza m esse tipo de evento.

Quem organizava era o engenheiro agrônomo que era contratado, ele organizava esse tipo de encontro através de informação, porque o engenheiro agrônomo não fica só na cooperativa, ele roda também outros lugares do Brasil, então esse engenheiro agrônomo que era o Kazuo Kawakami ele organizava esses encontros e pegava o pessoal e levava até o Paraná, Minas, nesses tipos de encontro, a gente também tinha parceria com a Bayer, que também faziam esse tipo de evento, fazer intercâmbio com os outros estados né, que nem uma vez a gente foi viajar para Bahia, para Petrolina pra ver como é a estrutura lá, como é a técnica usada no cultivo de uva e em outras culturas também e lá a gente viu como é sistema de produção, então a gente sempre tinha esses intercâmbios e às vezes o pessoal de lá vinha pra cá também, da Bahia vinha pra cá, do Paraná vinha pra cá, então variava muito né essas trocas de informações. (PAULO ARIGA. Entrevista concedida em janeiro de 2020).



Figura 87 – Visita técnica na Colônia Pinhal. Ano de 1988.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 88 – Visita técnica à Santa Catarina. Ano de 1972.
Fonte: arquivo pessoal Mayumi Ota.



Figura 89 – Visita técnica à Santa Catarina.
Fonte: arquivo pessoal Mayumi Ota.

Além das visitas técnicas, eram promovidos palestras e cursos para os cooperados e famílias. Encontramos duas fotografias que segundo relatos registram o “curso de agricultura para moças” e o “curso de agricultura para moços”, promovidos pela cooperativa e a JAMIC. Infelizmente as fotografias não revelam detalhes sobre o curso, quais atividades foram realizadas. Registram um momento de confraternização durante o curso e nos faz pensar se as roupas escolhidas pelos estudantes eram apenas para a confraternização ou usaram para frequentar o curso, pois se for a segunda hipótese é um indício que o curso foi teórico. Os estudantes estavam bem arrumados e limpos sem indícios de manuseio com a terra. Outro ponto que a fotografia revela, é que em 1972 a sociedade separava as atividades educacionais por gênero, o que cabe questionar se os conteúdos ministrados também tinham a intencionalidade organizada de acordo com o gênero dos estudantes, isto é, conteúdos específicos para mulheres e diferentes para os homens.



Figura 90 – Curso de Agricultura para moças. Ano de 1972.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 91 – Curso de Agricultura para moços. Ano de 1972.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.

As atividades da cooperativa têm como objetivo principal o desenvolvimento econômico dos cooperados, porém considerando os princípios democráticos e participativos com responsabilidade social. A econômica está interligada com o bem-estar dos envolvidos, desta forma este crescimento econômico repercute diretamente na vida de todos na Colônia Pinhal.

Durante o recolhimento das entrevistas, com frequência era relatado “o auge da Colônia”, como um tempo de crescimento econômico, populacional e das atividades no núcleo. Este período chamado de “auge da colônia” aconteceu em meados dos 80 e 90 do século XX, impulsionado pelas exportações da uva. Dentre as entrevistas Francisco Yamashita relata alguns aspectos deste período:

Bom... (pausa) O auge da colônia já saindo 1980... 1990, quando tinha exportação forte. 1 Kg de uva comprava um 1 Kg de carne de primeira. Década de 1980, auge. Dificuldade de exportação, queda de produção lá pelos anos 2000. Produtor rural... diminuindo área, dispensando o pessoal. Depois da uva, plantou caqui, mas a produção demora oito anos, muitos produtores perderam, muitos saíram daqui outra coisa que aconteceu foi a demanda de trabalho no Japão.

Isso em que ano?

Acho que no final de 1990. Muitos acabava por ir trabalhar no Japão.

Essas pessoas voltaram do Japão?

Muitos deles voltaram. Pilar do Sul muitos voltaram, poucos na colônia voltaram. Em São Miguel a debandada foi maior, antes tinha mais japoneses, hoje Pilar tem mais japoneses que São Miguel. (FRANCISCO YAMASHITA. Entrevista concedida em agosto de 2020).

A questão econômica é um aspecto coletivo que pode definir a existência da Colônia Pinhal, como podemos observar no relato anterior. A queda da produção, atingindo o bem-estar das famílias, faz com que as pessoas procurem maneiras para a sobrevivência como: mudança de cultura plantada, redução de gastos e pessoal e até mesmo a procura de alternativas mais severas como ir trabalhar no Japão.

As questões econômicas na Colônia Pinhal e do país contribuíram para o crescimento do movimento “Dekassegui” dentro da colônia. O Dekassegui é a denominação do processo de volta dos japoneses para o Japão ou a emigração de brasileiros descendentes de japoneses para o Japão. Segundo Costa (2007) houve dois períodos importantes de fluxo emigratório de brasileiros para o Japão, que denominamos de movimento Dekassegui: no início da década de 80 de século XX até 2007, e o segundo período teve início em 2016.

De acordo com o Consulado Geral do Brasil em Tóquio (2018) nos anos de 2007 e 2008, foi registrada a presença de mais de 300 mil brasileiros descendentes de japoneses em terras nipônicas, um número grande devido ao movimento Dekassegui que iniciou nas décadas anteriores e que teve uma queda devido à crise econômica mundial em 2007 e se agravou com o Tsunami em 2011.

A emigração para o Japão dos moradores da Colônia Pinhal é um indicativo que demonstra a importância da economia local para sobrevivência da colônia. Outro indício que também nos possibilita pensar a importância da cooperativa para subsistência da colônia são os balanços anuais da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil Ltda, que apontou que nos primeiros anos os cooperados sofreram com calotes, pragas, roubos, dificuldades com o clima e muitas vezes não tiveram lucro e neste período, o princípio de ajuda mútua do cooperativismo contribuiu para amenizar os problemas e manter a cooperativa.

De acordo com os relatos a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo significa a certeza de suporte, confiança em um trabalho coletivo:

Ensinou como tratar o... a cultura e quando não tem pra pagar eles esperam né (risos); faz o financiamento; agrônomo pediu socorro pra agrônomo ele vem, então bastante coisa. Quando tem praga chega lá e serve pra estudar novidade também.

Desde o começo ajuda, porque ele (o marido) não era agricultor, ele era o filho do assalariado, só sabia plantar o jiló (risos). (AURORA SETSUKO. Entrevista concedida em janeiro de 2020)

Em vários relatos apresentam a importância do suporte da cooperativa, porém também destacam as mudanças da cooperativa, as dificuldades de manter o cooperativismo devido ao trabalho árduo na agricultura e aspectos fiscais do país.

Apesar das dificuldades, ao longo dos anos a cooperativa conseguiu se manter com o suporte de seus cooperados e até podemos apontar o crescimento. Um exemplo deste crescimento é o “Packing House”. De acordo com Tokuhisa:

Hoje em dia tem o Packing House. O Packing House que a cooperativa tem que... para cooperado vender mais caro. (pausa) aquele do mercado para comprar também é bom ter... que melhora né. Informar pra nós o que a tecnicamente, esse adubo que esse é bom não usar e assim é bom, essa parte de ajudar bom fazer para nós (TOSHIYUKI TOKUHISA. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

Citado no relato, o termo packing house é o espaço preparado para receber os produtos agrícolas para serem processados antes de irem aos pontos de distribuição ou venda e por fim, para mesa do consumidor. Usando a tradução literal é “uma casa de embalagens”.

De acordo com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integrado Estado de São Paulo, o packing house Frutas Sul Brasil da Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo foi construído por meio do apoio do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado. Com 1000 metros quadrados, tem uma estrutura que permite selecionar, classificar, embalar, armazenar e distribuir ao mercado frutas e olerícolas. O valor de cerca de R\$ 1.160.000,00 o projeto atingiu o teto máximo de apoio financeiro (R\$ 800.000,00) os 30% restante foi dividido entre os recursos da cooperativa e entre os cooperados. Com a verba foram adquiridas um caminhão baú, contrato a empresa pelas obras, comprar material de construção, instalação elétrica, adquiridas máquinas como embaladoras, classificadoras, balanças, câmaras frias e outros equipamentos.

O packing house Frutas Sul Brasil da Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo foi inaugurado em 10 de janeiro de 2014 com uma grande festa reunindo convidados e um grande número de cooperados.



Figura 92 – Inauguração do Packing House Sul Brasil.
Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
<https://www.cati.sp.gov.br/portal/imprensa/noticia>.



Figura 93 – Francisco Yamashita e convidada.
Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
<https://www.cati.sp.gov.br/portal/imprensa/noticia>.

Entrou em funcionamento logo em seguida a sua inauguração, beneficiando a Colônia Pinhal e uma microrregião de aproximadamente 60 km. A fotografia a seguir retrata um dia comum de trabalho no packing house.



Figura 94 – Funcionamento do Packing House Sul-Brasil.
Fonte: arquivo próprio da autora.

Atualmente a cooperativa possui 23 funcionários e 189 cooperados ativos, sendo 174 homens e 15 mulheres e mantem a mesma estrutura administrativa prevista no primeiro estatuto, isto é, um grupo de voluntários composto por 11 diretores, sendo um presidente, vice-presidente, dois diretores, um secretário, três membros do conselho fiscal e três suplentes.

Muitos anos se passaram desde que o primeiro grupo de agricultores se reuniram para fundar uma cooperativa agrícola e contribuir com o futuro da Colônia Pinhal, se pautando nessas instituições que foram fundamentais para manter a união étnica, ao mesmo tempo que contribuíram para a sobrevivência e integração em terras brasileiras, através dos preceitos do cooperativismo e associativismo.

CAPÍTULO 4

ESPAÇOS EDUCATIVOS NA COLÔNIA PINHAL

Neste capítulo iremos abordar a gênese das escolas e da biblioteca na Colônia Pinhal, fazendo uma breve reflexão sobre a Colônia Pinhal como um espaço educativo formal e informal.

Segundo Demartini (1995), a preocupação dos japoneses em educar seus filhos no Brasil foi influenciada por dois fatores: primeiro pela valorização da educação no começo do século XX no Japão na Era Meiji; segundo pelo alto grau de escolaridade dos nipônicos em relação a outras levas de imigrantes, sendo superados apenas pelos alemães. Miyao (1980) afirma que:

A revolução política e social iniciada na Era Meiji, em 1868, trouxe profunda transformação no regime da nação nipônica, dando prioridade à difusão da educação, difundindo-a de modo drástico (...). Desde então o Japão emergiu de uma nação fechada, de 300 anos de isolacionismo, conseguindo rápida modernização com a introdução maciça da cultura ocidental. O japonês que viveu uma época assim peculiar sentia no seu âmago que a instrução era a coisa mais importante da vida, sobrepondo-se a qualquer outra opção. O imigrante japonês que começou a chegar ao Brasil em 1908 também foi criado nesse ambiente (MIYAO, 1980, p. 91).

Podemos observar esta preocupação na Colônia Pinhal quando os moradores valorizam e fundam a “Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal”, a “Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo,

apresentadas anteriormente, e principalmente quando investem na fundação da escola primária, atual “Escola Estadual Massanori Karazawa” e a na Escola Japonesa, atual “Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal”.

Com o funcionamento destas instituições, entre outras ações cotidianas a Colônia Pinhal vai se constituindo como um espaço educativo, no sentido que “...os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados...”, o que ela denomina de educação informal, porém a autora também destaca a educação não formal, aquela “... que se aprende ‘no mundo da vida’, via processos de compartilhamento de experiências, sobretudo em espaços e ações coletivos cotidianas (GOHN, 2006, p. 40).

Desta forma, educação pode ser compreendida de forma ampla, co-mungando com a ideia de Bittar (2018, p. 195), educação como “... tudo aquilo que é aprendido ao longo da vida dos seres humanos em suas práticas sociais, uns com os outros, já que em sociedade não existe eu desprovido de nós”. A autora tem uma visão ampla de educação, compreendida no processo de formação cotidiana do ser humano, isto é, possível de acontecer em todo lugar ou tempo. Nesta linha de raciocínio, a escola perde seu status de único lugar que educa. Segundo Zoppei, a educação fora do espaço escolar é resultado das “... relações entre manifestações culturais e educação” (ZOPPEI, 2015, p. 50).

Nesta direção todos os processos educativos que acontecem na família, igreja, sindicatos, ONGs, terreiros, espaços de trabalho, são fecundos e fazem parte de um processo amplo de formação sensível do ser humano, por meio da experiência, memória e observação, é um aprender consigo e com o outro. Segundo Severo (2018):

Torna-se especialmente necessário ressaltar que o termo educação não corresponde à escolarização nem à instrução. Designa um processo global de formação humana através da inserção dos sujeitos na cultura a partir de mediações exercidas por agentes e dispositivos em contextos variados. A Pedagogia tem como objeto a educação como formação humana e não somente à formação escolar ou

instrução formal, estando estas inseridas no contexto daquela. (SEVERO, 2018, p. 5)

Portanto, o cotidiano da Colônia Pinhal, seja na Associação Cultural Esportiva seja na Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo ou nos rituais cotidianos, podem ser considerados espaços fecundos para uma educação que podemos caracterizar como formal ou informal de acordo com Zoppei (2015) Gohn (2010), Garcia (2009), Fernandes (2007), que delimitam os conceitos de educação formal e educação Informal. Nas palavras de Gohn 2006:

Quando tratamos da educação não-formal, a comparação com a educação formal é quase que automática. O termo não-formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (GOHN, 2006, p. 40)

O nosso percurso até este momento na pesquisa, apontou alguns aspectos da Colônia Pinhal como espaço educativo, principalmente uma educação não formal, um elemento ainda não apresentado foi a biblioteca da Colônia Pinhal.

Desta forma, na sequência abordaremos as facetas da biblioteca da Colônia Pinhal como elemento da educação informal e aspectos da educação formal na colônia - facetas das gêneses práticas das escolas: A Nihon Gakko (Escola Japonesa), atual Escola Modelo de Língua Japonesa e a “Escola Brasileira” - Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal (escola primária), atual E.E. Massanori Karazawa.

4.1 BIBLIOTECA DA COLÔNIA PINHAL

“Devemos aprender bem japonês para tornar esta biblioteca a melhor possível”
(trecho traduzido da redação de um aluno da Escola Modelo de Língua Japonesa)

De acordo com a revista em comemoração dos 40 anos da Colônia Pinhal e relatos dos moradores, o Sr. Tetsuhito Amano iniciou a construção da biblioteca em 1978, concluído em 1984.

Seu Amano veio ao Brasil na juventude, mas retornou ao Japão onde se casou, retornando ao Brasil somente após os filhos já serem adultos. Chegou na Colônia Pinhal em 1976 com ajuda da família Ochi. Após se estabelecer, ele foi professor voluntário de japonês e iniciou a construção da biblioteca de língua japonesa, juntamente com as instalações dos alojamentos.

Em 1984 foi fundada a “Biblioteca dos Jovens de Pinhal” com o objetivo de preservar e perpetuar a cultura japonesa, por meio dos livros. Foram investidos cerca de 20 milhões de ienes, equivalente a R\$180.000.000. Segundo o Sr. Amano um amigo no Japão, cujo nome, ele não lembra, fez o planejamento da biblioteca e como ele não queria construir com eucalipto trouxe madeira da Amazônia com ajuda do Sr. Tokuhisa que conhecia a região, pois tinha feito um estágio na juventude e veio para colônia para trabalhar na biblioteca.

O prédio da biblioteca possui 550 metros quadrados em uma área de 13 hectares cultivada com plantas típicas do Japão, juntamente com um alojamento. Em 2008, foi construído o campo de Mallet-Golf, o prédio do alojamento para acomodar em torno de 50 pessoas; e 2011 foi construído o prédio de Kagayakigou (Ginásio Kendô).

A biblioteca foi arquitetada com traços simples, porém harmoniosos e artísticos remetendo à cultura e à arquitetura japonesa moderna. As fotografias revelam um pouco destes traços da fachada da biblioteca, uma mistura de alvenaria e madeira convidativa e aconchegante.



Figura 95 – Fachada de entrada da Biblioteca.
Fonte: projeto Viva o Japão E.E. Massanori Karazawa.



Figura 96 – Lateral da Biblioteca. Fonte: arquivo pessoal da autora.

A arquitetura da biblioteca é um convite para conhecê-la internamente e desfrutar do acervo de aproximadamente 74.690 títulos doados por pessoas físicas, livrarias e escolas localizadas no Japão e comprados pelo Sr. Amano.

Tokuhisa, além de ter trabalhado na construção, contribuiu para a composição do acervo, trazendo cerca de cinquenta mil livros quando veio ao Brasil. De acordo com o relato, ele trouxe livros didáticos e de literatura que foram distribuídos para diversas colônias japonesas no Brasil.

Cinquenta mil para cem, bastante! E ajudou pra trazer. E... do Brasil é importa né, quando coisa importa né, aí muito demorado, demora muito para liberar então carga deixa no armazém, armazém tem que pagar (risos).

Ajudei compra também, que eu não (pausa) só que não completou né tudo antes imigrou pra cá.

Quais os tipos de livros?

Livro didático. Lá no Japão, escola Japão não usa mais, pedi para a escola (pausa) se não usar e poder, estudante de lá tá andando e tá recolhendo.

De histórias tem um pouco, maior parte senhor Amano que trouxe, porque era mais... livros que trouxe pra cá dividiu com colônia, pra Paraná, (pausa) Londrina, Curitiba, Campinas, lugar que... tem colônia japonesa. (TOSHIYUKI TOKUHISA. Entrevista concedida em janeiro de 2020)

O acervo da Biblioteca de Jovens Pinhal é variado, há exemplares para crianças, adolescentes, adultos e idosos, porém com a predominância de Mangás (história em quadrinho japonês), segundo os moradores é considerada a maior biblioteca de exemplares em japonês da América do Sul. As fotografias revelam um pouco do acervo da biblioteca e sua arquitetura interior, que pode ser um convite à leitura.



Figura 97 – Interior da Biblioteca. Fonte: arquivo própria da autora.



Figura 98 – Estante de livros da Biblioteca. Fonte: arquivo próprio da autora.

As fotografias registram um ambiente agradável e convidativo à leitura e estudos, todavia, é importante pensar que a biblioteca não é apenas um lugar de guardar livros, é uma instituição de poder, que regula a cultura ao priorizar certas obras e práticas, influencia na construção da identidade local ao mesmo tempo que constrói uma unidade entre os que frequentam, seja por meio do acervo ou pelas práticas de sociabilidade. Desta forma, a biblioteca e as suas formas de usos desempenham um papel de formação do pensamento de uma sociedade (JACOB, 2008).

Assim, a biblioteca reflete a cultura que a gerou, que atua, por sua vez, sobre a cultura na medida em que veicula valores, crenças e padrões comportamentais, ao mesmo tempo contribui para perversão e difusão cultural (GOMES, 1983). A biblioteca é uma representação de uma cultura letrada, funciona como elemento de coesão do grupo, isto é, pertence ao contexto que está inserida e ligada ao grupo social que a fundou.

Desta forma, como parte do contexto da Colônia Pinhal, logo na porta de entrada a Biblioteca dos Jovens Pinhal anuncia sua função e quais relações serão estabelecidas com este grupo étnico e demais visitantes: “O povo que esquece a sua língua materna um dia perderá seu dinamismo”. É um anúncio da representação da biblioteca para os moradores e visitantes, uma forma de reforçar a importância cultural de sua origem, não apenas como valorização, mas também como essência para a continuidade, para o progresso da vida.

Sobre a importância das bibliotecas, Jacob afirma que “toda a biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo” (JACOB, 2008, p. 10).

Segundo o Sr. Amano, morador e fundador, a biblioteca, assim como a escola são instituições pilares para a difusão cultural deste grupo étnico. A biblioteca em especial ao mesmo tempo que é uma instituição mantenedora da cultura de origem, ela revela aos brasileiros não descendentes está cultura e promove a interação. (TETSUHITO AMANO. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

Como falei anteriormente, uma biblioteca não é um espaço de guarda, ela adquire sentido e vida, pelo uso de seus leitores e, desta maneira, a existência de uma biblioteca só ocorre com a sua utilização. Então, era

necessário haver um público leitor na colônia e que se mantivesse ao longo dos anos para que a Biblioteca dos Jovens Pinhal tivesse sentido em existir.

Neste sentido, segundo registros, a Biblioteca dos Jovens de Pinhal recebe aproximadamente 200 pessoas por mês, incluindo os moradores, visitantes de diferentes partes do Brasil e do Japão, podendo chegar em média a 2000 visitantes durante o ano.

Antes do período da pandemia ela ficava aberta todos os sábados ao público em geral e durante a semana sempre recebia visitas dos moradores. Dona Ota relatou a sua frequência semanal à biblioteca para ler, emprestar livros e até escrever poesias.

Todavia, a tradição e valorização da biblioteca pelos moradores, por si só, não garante a formação ou manutenção de leitores extensivos. Segundo Mollier (2008) a leitura, a introdução do livro impresso na vida dos leitores, ocorre, por meio do convencimento de que ele pode ser agradável e útil. Desta forma, torna-se necessário a intermediação para a formação do leitor, além da alfabetização.

Na Colônia Pinhal a intermediação para formação dos novos leitores, acontece por meio de visitas das crianças e adolescentes promovidas pela Escola Modelo de Língua Japonesa. A leitura pode ser uma prática silenciosa, individual, mas também coletiva, entre amigos, onde o leitor mais experiente contribui para o desenvolvimento da leitura dos menos experientes. É uma troca entre as histórias, leitores e amigos.



Figura 99 – Leitura entre amigos.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Outra prática que acontece anualmente na biblioteca e contribui para a formação dos novos leitores, além de perpetuar valores culturais aceitos por este grupo é o Otomari Day.

O Otomari Day é considerado um ritual de passagem informal. Para as crianças representa a mudança de grupo. Ir do grupo que participa: “as crianças pequenas”; para os que organizam: “as crianças grandes”.

Segundo Midori, professora, o Otomari Day acontece uma vez por ano e faz parte das atividades da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal. As crianças acima de 12 anos com o auxílio dos professores e familiares organizam atividades para receber as crianças menores para dormir na biblioteca da Colônia Pinhal. As crianças acima de 12 anos se dividem em grupos e organizam as frentes de trabalho. O cronograma, com rara mudança é o seguinte: recepcionar os participantes, fazer trabalhos manuais, leituras, jantar, danças, músicas, brincadeiras e dormir na biblioteca; no dia seguinte, preparar o café da manhã, organizar práticas esportivas, almoço, momento para escrita ou desenho sobre o Otomari Day, fazer a limpeza, comer as sobras e retornar para casa.

As fotografias a seguir são dois exemplos das diferentes imagens que retratam o Otomari Day. Elas revelam o momento de brincadeiras e descontração, mesmo na primeira fotografia que é uma foto pousada, onde as crianças estão enfileiradas na escadaria em frente da biblioteca da Colônia Pinhal. A segunda fotografia nos fornece indícios sobre as atividades realizadas durante o Otomari Day, onde as crianças mais velhas estão ensinando ou brincando com as crianças mais novas. Um olhar mais atento percebe a presença de várias crianças maiores brincando nos diferentes grupos de crianças.



Figura 100 – Otomari Day, entrada da biblioteca.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 101 – Otomari Day. Ano de 2005. Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.

As fotografias a seguir revelam mais detalhes sobre as atividades de leitura durante o Otomari Day. Era possível fazer empréstimo de livros, participar de leitura coletiva, fazer e encontrar registros escritos ou desenhos das leituras e a troca de experiências entre o leitor mais competente e o iniciante, uma forma de incentivar a leitura de forma prazerosa.



Figura 102 – Leitura no Otomari Day. Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 103 – Leitura coletiva no Otomari Day.
Fonte: arquivo pessoal Midori Nishida.



Figura 104 – Leitura antes de dormir no Otomari Day.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Além dos momentos de atividades realizadas pela Escola Modelo Japonesa da Colônia Pinhal, eventualmente a biblioteca recebe a visita dos alunos da E. E. Massanori Karazawa. Para conhecer o espaço, fazer pesquisas ou desenvolver projetos escolares.



Figura 105 – Visita dos alunos da E.E. Massanori Karazawa.
Fonte: projeto Viva o Japão E.E. Massanori Karazawa.

Uma outra prática relatada é o incentivo aos adolescentes para a realização de trabalhos voluntários na biblioteca. Normalmente trabalham na recepção, ou organizando as prateleiras, o que acaba se tornando em momentos de encontros com os amigos e as histórias guardadas nos livros da Biblioteca de Jovens de Pinhal.

Estas são algumas das formas que os moradores encontraram para manter a biblioteca viva e atuante na colônia. É um espaço de memória, de guarda, de cultura que transborda suas paredes que interagem com a sociedade local.

4.2 NIHON GAKKO – ESCOLA MODELO DE LÍNGUA JAPONESA DA COLÔNIA PINHAL

No prefácio da obra “Educação e Cultura: Brasil e Japão” organizada pelas autoras Kishimoto e Demartini, o presidente da Comissão do Centenário da Imigração Japonesa do Brasil, Sedi Hirano inicia o texto com a seguinte frase: “Quando se juntam três europeus, eles constroem uma igreja. Quando se juntam três japoneses eles constroem uma escola” (2012, p. 11).

Na Colônia Pinhal foram construídas duas escolas: A escola japonesa, atual Escola Modelo de Língua Japonesa; e a “escola brasileira” Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal (escola primária), atual E.E. Massanori Karazawa. A necessidade de abertura de duas escolas pelos imigrantes japoneses recém-chegados é uma característica que faz com que a Colônia Pinhal se diferencie de outras colônias japonesas já estudadas pela historiografia e revela a intenção de permanência dos colonos em terras brasileiras.

A Nihon Gakko – Escola Japonesa da Colônia Pinhal era uma escola comunitária, construída e mantida pela Associação Cultural Esportiva de Colônia Pinhal, os alunos pagavam uma contribuição que não tinha valor fixo.

Para os moradores locais, a Escola Japonesa é motivo de orgulho, considerada essencial para que a cultura japonesa seja transmitida para as novas gerações acreditem e valorizem uma formação integral e internacional. Segundo o Sr. Yamashita um dos autores da Revista em Comemoração do 50º da Colônia Pinhal, “através do ensino da língua japonesa, dar aos alunos a formação integral e internacional que capacite o aluno brasileiro a viver plenamente com o vigor o século XXI, no contexto da sociedade e da humanidade” (REVISTA EM COMEMORAÇÃO DO 50º DA COLÔNIA PINHAL, 2012, p. 63).

A Escola Japonesa começou a funcionar em outubro de 1964 em uma das salas da escola primária que iniciou suas atividades em abril do mesmo ano. Com o crescimento da escola, as aulas passaram a ser diárias e aconteciam no prédio onde inicialmente era o alojamento dos imigrantes japoneses recém-chegados e em 1997, a JICA entregou o prédio atual da escola.

As fotografias dos prédios desta escola revelam não só o seu crescimento, mas como os espaços eram precários e adaptados. Primeiro em uma sala do antigo prédio que também funcionava a associação e a escola primária, com as aulas diárias as atividades passam para o antigo prédio do alojamento dos recém-chegados, que apesar de maior, não tinha as condições necessárias para desenvolver diversas práticas escolares.



Figura 106 – Antigo prédio onde funcionou a escola japonesa.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 107 – Antiga escola Japonesa.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Inicialmente as atividades eram informais e aconteciam apenas aos sábados e tinham como objetivo ensinar a língua japonesa escrita e manter os costumes e tradições, pois os recém-chegados dominavam a oralidade da língua japonesa.

Segundo dona Aurora, moradora local e atual professora de música da escola, as aulas eram apenas da escrita e utilizavam os livros didáticos das escolas japonesas “era igualzinho a cartilha do Brasil” (Entrevista concedida em dezembro de 2019). Mesmo com o uso do livro, Dona Aurora também utilizava a música para ensinar: “Primeira era linguagem era única, mas só com letra enjoo, pra disfarçar ajuntava a música. Música aprende mais rápido e guarda na memória e aproveitei a canção”,(Entrevista concedida em dezembro de 2019).

Erika Ota Yamada, moradora e ex-aluna da escola, também recorda de ter usado um livro didático do Japão e que aprendia “...escrita e leitura”.

Segundo Yumiko, ex-aluna da primeira turma da Escola Japonesa da Colônia Pinhal, a escola era diferente, os professores eram voluntários da

comunidade e depois vieram professores voluntários da JICA. A escola ensinava a ler e escrever em japonês e fazia rituais e festas que tinham a contribuição de toda a colônia.

As aulas da Escola Japonesa aconteciam no contraturno da escola regular, era uma hora e meia de aula todos os dias durante a década de 1970 e foi aumentando até chegar a três horas no final da década de 1980.

Segundo Dona Aurora, que lecionou na escola japonesa na década de 1970 e leciona atualmente desde 1997, as práticas de ensino da escola japonesa mudaram. Para ela, as mudanças se deram principalmente porque as novas gerações não aprendem a falar a língua japonesa em casa. “Mudou muito a forma de ensinar. Agora é quase zero né, no começo da aula a criança começa do zero, por isso tem que ter um pouco de sabedoria em língua daqui pra ensinar. Os pais já falam português né.”; (AURORA SETSUKO. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

Tokuhisa morador local e ex-professor também enfatiza o uso do material do Japão e que era mais fácil ensinar, porque todos falavam japonês. Aquela época ainda mais fácil que agora... quase bom, matéria mesmo dá pra usar material de Japão né, ainda não conversava, dentro de casa usava japonês.”; (TOSHIYUKI TOKUHISA. Entrevista concedida em janeiro de 2020)

A Escola Japonesa ao longo dos anos foi crescendo, mas o objetivo continuava o mesmo, porém aconteceram mudanças nas práticas quando a escola passou a ser escola modelo.

No depoimento da Midori, moradora, ex-aluna, mãe de ex-alunos e atualmente professora responsável pela escola é possível analisar a trajetória da Escola Japonesa da Colônia Pinhal. Ela como aluna aprendeu a ler com muita dificuldade e frequentava as aulas apenas aos sábados. Seus três filhos frequentaram a escola japonesa: os dois mais velhos tinham aulas todos os dias, com objetivo de aprender a ler e a escrever o japonês, o mais novo já frequentou a escola modelo e teve oportunidade de participar de atividades de caligrafia com pincel, aula de música, esportes, desenho, mangá, concursos de redação, oratória entre outras atividades.

Os professores eram moradores locais ou imigrantes japoneses que vinham de outras regiões do Brasil, eram voluntários ou recebiam um pequeno auxílio da Associação Cultural Esportiva de Colônia Pinhal.

Não encontramos a lista de matriculados para analisar o crescimento do número dos alunos, porém no documento em “Comemoração dos 30 anos de Fundação do Grupo de Estudos da Região Sudoeste (UCES) 1983 – 2013”, o autor Yamashita escreve que em 1997 a Escola Japonesa possuía 50 alunos, o mesmo autor na Revista em Comemoração do 40º da Colônia Pinhal, escreve que possuía 60 alunos em 1991; em 2002 eram 30 alunos e em 2012 na Revista em Comemoração do 50º da Colônia Pinhal havia 36 alunos.

Desta forma, a única informação que temos sobre o número de alunos antes de 1998, é de 1991, com 60 alunos. Através de depoimentos dos moradores locais, alguns ex-alunos, professores, não conseguimos informações com números precisos, apenas que na década de 1960 não eram muitos; nas décadas de 1970, 1980 e 1990 eram muitos alunos. O Sr. Yamashita quando questionado sobre como obteve as informações, apenas afirmou que não recorda, mas que acha que estão nos documentos da Associação Cultural Esportiva de Colônia Pinhal. Mesmo que as informações não sejam precisas podemos considerar que o número de alunos era grande para uma escola étnica na zona rural.

Temos a hipótese que o crescimento do número de alunos está relacionado com a ampliação da colônia (compra de terras feita pela Cooperativa Agrícola Sul Brasil LTDA) e com crescimento econômico e populacional da colônia.

Acompanhando as atas de reunião de orçamento e planejamento das ações da Cooperativa Agrícola Sul Brasil LTDA na Colônia Pinhal, podemos destacar o crescimento econômico e até populacional. Nas primeiras atas a partir de 1969, as finanças da cooperativa fecham com déficit, apenas na segunda metade da década de 1970 que os cooperados começam a ter lucro, que cresce ao longo dos anos 1980 e 1990. Outras informações são os bens dos cooperados como casas, carros, tratores, bombas agrícolas que começam a ser adquiridos e o registro de “camaradas” e “meeiros”. Os primeiros registros do trabalho eram divididos apenas entre os membros das famílias, com o crescimento da produção, são contratados “camaradas”, isto é, trabalhadores rurais e muitos proprietários admitem meeiros, isto quer dizer que o proprietário entrava com as terras e a lavoura e o meeiro com a força de trabalho, na colheita o lucro era dividido.

Estas três características ajudam a responder porque a criação de uma escola modelo na Colônia Pinhal, mas ainda questionamos o que significa tornar-se escola modelo.

A JICA é o principal órgão de fomento do ensino de língua japonesa no Brasil junto com a Fundação Japão. Dentre os programas da JICA estão o financiamento de estudos da língua japonesa, eventos, bolsas de estudos para professores e alunos de ambos os países, intercâmbio, material didático e tecnológico para as escolas, e o “ financiamento das diversas escolas-modelos espalhadas no Brasil todo” (MORALES, 2008, p. 108).

Segundo o Centro Brasileiro de Língua Japonesa, uma entidade civil sem fins lucrativos, foi fundada em 1985 pela unificação das entidades já existentes (Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social, Aliança Cultural Brasil e Japão e Federação das Escolas de Língua Japonesa), sendo que hoje, no Brasil, existem 9 escolas modelos de língua japonesa, no total de 287 escolas de língua japonesa no Brasil.

As nove escolas modelos de língua japonesa, segundo o Centro Brasileiro de Língua Japonesa são: Escola Modelo de Língua Japonesa – Mogi das Cruzes – SP; Escola Modelo de Língua Japonesa de Marília – Marília – SP; Escola Modelo de Língua Japonesa de Colônia Pinhal – São Miguel Arcanjo – SP; Escola Modelo de Londrina (Aliança Cult. Brasil-Japão do Paraná) Londrina-PR; Associação da Cultura Japonesa de Porto Alegre (Escola Modelo) Porto Alegre – RS; Escola Modelo de Língua Japonesa de Dourados – Dourados-MS; Escola Modelo de Língua Japonesa Goiás (Assoc. Nipo-Br. Goiás) – Goiânia-GO; Escola Modelo Assoc. Nipo-Br da Amazônia Ocidental – Manaus-AM ; Escola Modelo de Língua Japonesa de MG – Belo Horizonte – MG.

De acordo com a correspondência do acordo Brasil-Japão para a construção da escola, e aquisição de equipamentos e materiais didáticos, foram recebidos da JICA 7.821.600 ienes, o equivalente na época a R\$72.501,00 por meio de solicitação da Associação Cultural Esportiva de Colônia Pinhal, um processo de solicitação de verba que iniciou em 1994. Não encontramos informações sobre o responsável pelo projeto arquitetônico, porém de acordo com as correspondências entre a Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal e uma escola no Japão, o prédio segue os modelos das escolas primárias no Japão do período que foi construído.

As fotografias revelam os traços da fachada e a lateral da escola no ano de sua inauguração.



Figura 109 – Fachada da escola 1997.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 110 – Lateral da escola em 1997.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Segundo o Guia Escolar da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal, o prédio foi construído em um pavimento, em alvenaria, 442 metros quadrados de construção em uma área de 2000 metros quadrados, possui um grande pátio interno com sala em ambos os lados são: três salas de aula, uma sala de conferência e monitoramento, uma sala de funcionários, um escritório/biblioteca, um almoxarifado, uma cozinha e banheiros feminino e masculino.

Segundo Viñao Frago (2005), a disposição física dos espaços destinados a uma finalidade ou função determinada reflete tanto sua importância como a concepção que se tem sobre a natureza, o papel e as tarefas destinadas a tal função. A localização da biblioteca, laboratórios, sala dos professores, gabinete da direção, ou qualquer outro espaço escolar refletem as diferentes concepções que se tem sobre sua natureza, papel e funções. A inexistência de um espaço pode indicar tanto o desnecessário de sua existência, como a tentativa de minimizar ou reduzir sua função. Quanto à questão da acessibilidade, importa conhecer se é direta ou indireta, ou seja, se há espaço intermediário para chegar à direção, entradas diferentes para alunos e demais pessoas.

Analisando a “planta baixa” da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal, podemos observar a centralidade do pátio interno, que dividia as salas de aulas e as salas administrativas, este pátio é a porta de entrada da escola e logo em sua entrada ele estabelece a importância dos rituais e tradições, pois encontramos uma prateleira com chinelo onde todos devem retirar os sapatos e colocar um chinelo para entrar na escola. Esta simples ação de trocas de sapatos para entrar, representa o respeito à escola, faz parte dos rituais japoneses e é regra escolar.

Entrando no pátio de um lado estão as salas de aula e do outro, a primeira sala é da secretaria em um ponto estratégico para acompanhar as atividades da escola e receber os visitantes. A secretaria está interligada com a sala de conferências, que são utilizadas como sala de reuniões, laboratório de informática e sala de música. Esta sala possui uma entrada pela secretaria e um acesso pelo pátio da escola.

Interessante notar que para o escritório/biblioteca foi destinado um espaço pequeno e localizado no final do pátio, acreditamos que tenha acontecido, pois é apenas um espaço de uso interno escolar, não aberto à

comunidade, pois a Colônia Pinhal possui a “Biblioteca de Jovens Pinhal” destinados a todos.

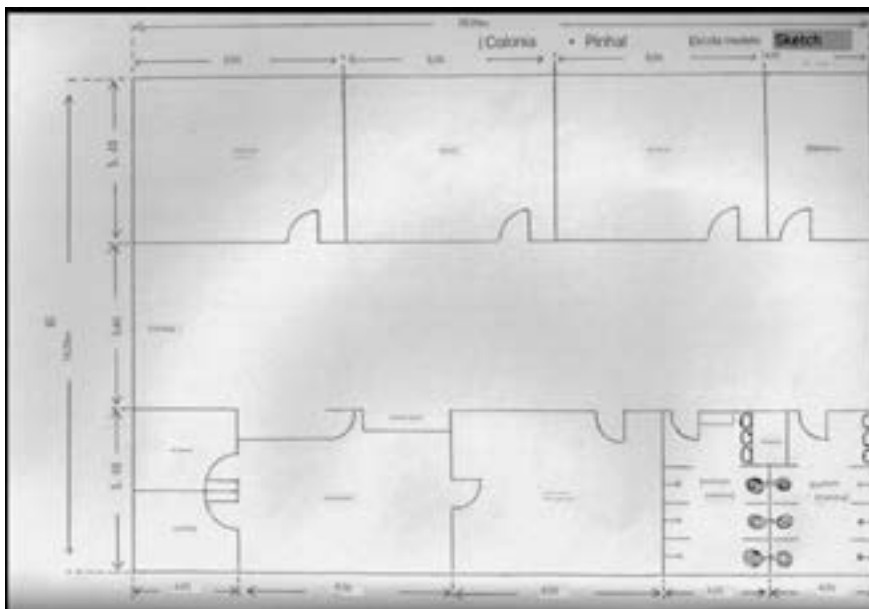


Figura 111 – Planta do prédio da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal. Fonte: Guia Escolar da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal 1997.

Em fevereiro de 1997 a Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal foi inaugurada com a presença de moradores e convidados. Na fotografia a seguir podemos observar o dia da inauguração e a parte interna da escola.



Figura 112 – Inauguração da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal. Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Ser escola modelo no caso da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal significa ser referência para o ensino da língua japonesa na região sudoeste.

Desta forma, a JICA continuou a enviar um professor voluntário do Japão, para trabalhar por dois anos e auxiliar nas atividades da escola. Este é um projeto da JICA que acontecia antes da escola se tornar modelo e que permaneceu, porém após a instituição se tornar escola modelo, a JICA enviou além do voluntário um professor sênior, Sr. Yoshitaka Fujitani, para organizar as práticas de ensino e dar formação para os professores.

O projeto de escola modelo previa reestruturação da escola, começando pela construção do prédio, aquisição de materiais didáticos, organização de um laboratório de informática, considerado pioneiro em 1997, contratação e formação dos professores, elaboração do “Guia Escolar” equivalente ao Projeto Político Pedagógico das escolas brasileiras e a reorganização das práticas escolares. Desde 1997, segundo o “Guia Escolar” a escola tem como objetivo:

Educar os alunos para que conservem a tradição dos imigrantes japoneses através do estudo da língua japonesa, desenvolver a compreensão das diferenças culturais,

desenvolver o conhecimento e imaginação fértil e ter o corpo e a alma forte e saudável.

Lema da escola: Ser forte, corajoso e ter grandes ideias;

Alvos a serem atingidos:

1. Estudar com esperança
2. Ter coração magnânimo
3. Ter corpo e alma vigoroso

4.2.1 O “Guia Escolar” e as novas práticas escolares

O Guia Escolar é um documento de diretrizes para as práticas escolares, onde encontramos a descrição histórica do contexto social onde a escola está inserida, a estrutura, objetivos, conteúdos, direitos e deveres de alunos e professores, regras escolares e metodologia de trabalho.

O Guia Escolar apresenta os seguintes objetivos específicos e medidas prioritárias para serem desenvolvidos na escola, sendo os objetivos: “1. Desenvolver habilidades japonesas – crianças estudando com esperança”; “2. Promover uma visão básica correta da vida – uma criança rica”; “3. Educação Física para melhorar a força física e energia”; “4. Pesquisa”; e as medidas: “1. Incentivo a falar japonês na escola”; “2. Criar e apresentar plano de ensino semanal”; “3. Esclarecimento da meta de aprendizagem”; “4. Desenvolver lições adequadas ao desenvolvimento”; “5. Pesquisa e treinamento mútuo dos professores”; “6. Oficinas escolares realizadas semanalmente”; “7. Treinamento sobre métodos de ensino”; “8. Treinamento de uso eficaz de equipamentos educacionais”; “9. Reuniões de pais.”

Como podemos observar os objetivos remetem ao que deve ser desenvolvido com os alunos, enquanto as medidas são ações para melhorar a prática docente, e conseqüentemente a aprendizagem dos alunos. De acordo com os relatos, o ensino era pautado por diretrizes e normas similares às das escolas japonesas

O Guia Escolar anuncia uma cultura escolar peculiar, com tradições e costumes valorizados pelo grupo étnico. Compreendemos que no interior de cada escola existe uma cultura que pode ser considerada peculiar a elas, mas não lhes é restrita, uma vez que essa cultura se relaciona com outras práticas culturais mais amplas da sociedade. Daí afirmar que

a sociedade produz a escola e é também por ela produzida, ou seja, os saberes da sociedade perpassam a escola e vice-versa. Entendemos a noção de cultura escolar de acordo com Dominique Julia:

Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (JULIA 2000 p. 10).

Viñao Frago (1995, p. 200) também contribui para o entendimento e análise da cultura escolar na medida em que assegura que essa cultura diz respeito às formas de organização, valores, saberes, estratégias e diferentes práticas estabelecidas e compartilhadas no interior das escolas por todos os sujeitos envolvidos nas atividades específicas de natureza escolar, sejam elas realizadas por alunos, professores, outros profissionais da escola ou até mesmo pela comunidade. O autor considera que as acepções para o termo são diversas, assim como são as instituições de ensino.

Desta forma, podemos destacar que a mudança da escola japonesa para escola modelo, não é apenas uma questão de mudança de nome ou construção de prédio próprio ou compra de equipamentos, significa mudanças na forma de conceber o fazer escolar, uma reconfiguração da cultura escolar desta instituição. Tendo em vista, os objetivos específicos declarados no “Guia Escolar” iremos abordar algumas práticas escolares.

O ensino não se restringia ao ensino de língua japonesa, mas aos conteúdos e práticas que tinham como intuito a formação do corpo, mente e alma, proporcionando subsídios para que a criança, quando adulta, tivesse condições de viver no Japão ou no Brasil.

Para que o aluno recebesse uma formação que articula seu corpo, mente e alma e pudesse mergulhar um pouco nas tradições japonesas, os rituais tinham um lugar de destaque. Compreendemos os rituais como um conjunto de gestos, palavras e formalidades, várias vezes imbuídas de um valor simbólico, cuja performance é usualmente prescrita por uma religião ou pelas tradições da comunidade. Eles podem ser executados por

um único indivíduo, um grupo, ou por uma comunidade inteira, em locais específicos ou diante de determinadas pessoas.

Os rituais estavam presentes na rotina diária dos alunos, segundo depoimentos de ex-alunos, o ano escolar da Escola Modelo de Língua Japonesa começava com a limpeza geral do prédio, realizada por todos os alunos e pais e, em seguida, com uma aula inaugural, com palestras dos professores. O ano escolar terminava com a festa de formatura reunindo toda a comunidade.

A solenidade de formatura iniciava-se com o hino nacional japonês, entrada dos formandos, discursos dos diretores da associação, entrega de certificados e premiações aos alunos, discursos de encerramento e apresentação de encerramento. Da solenidade de formatura, todos os alunos participavam, mesmo os não formandos. A cada pessoa que tomava a tribuna para discursar, os alunos se levantavam e faziam reverência, assim como cada formando fazia reverência ao público após o recebimento do certificado. Após a solenidade de formatura acontecia uma confraternização. Reuniam uma coleção de fotografias registrando os diferentes momentos da cerimônia de formatura, porém as fotografias de 1999, além de apresentar as etapas da cerimônia, revela a representação deste ritual e os valores introduzidos aos mais jovens por esse grupo.



Figura 113 – Formatura. Ano de 1999.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 114 – Apresentação na formatura. Ano de 1999.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 115 – Entrega de prêmio na formatura. Ano de 1999.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Os rituais também estavam presentes no cotidiano escolar. A prática de retirar os sapatos para entrar na escola é um destes pequenos rituais diários. Assim como a placa de agradecimento na porta de cada sala, escrita em japonês que deve ser lida pelo aluno antes de entrar, uma mensagem com objetivo de estimular a boa conduta. Também encontramos na porta da sala ou nos murais, listas de verbos em japonês e a foto de uma personalidade com sua biografia que os alunos deviam ler, realizar pesquisas e registrá-las nos painéis. Entrando na sala encontramos os planos de atividades de cada aluno, que segundo Midori, definiria a organização da sala e “reforçará a formação individual e o estudo mútuo”. A organização e limpeza diária dos espaços é responsabilidade dos alunos e toda sexta-feira era feita uma limpeza geral.

As regras escolares também vão ao encontro dos objetivos de uma formação para mente, corpo e alma, pois estabeleciam condutas de comportamento, higiene e de interação na escola. Estimulam a fala, a escrita em japonês, a participação ativa nas atividades escolares, a interação respeitosa com todos e ensina valores importantes para o grupo como: “o respeito no momento das saudações... pontualidade... usar palavras educadas... expressões de respeito para superiores e professores” (GUIA ESCOLAR, 1997, p. 23)

Estes rituais cotidianos, que muitas vezes passam despercebidos aos nossos olhos, atendem aos objetivos específicos, são desenvolvidas as habilidades da língua japonesa, mas também introduzidos uma visão de vida e estimulados a pesquisa.

Além destes aspectos a Escola Modelo passou por uma reestruturação no currículo com o ensino de culinária, música, desenho com pincel e lápis, origami, caligrafia, redação, oratória, atividades esportivas, Otomari Day, Camp Day, participação em concursos regionais, estaduais e nacionais. Algumas destas atividades foram introduzidas no currículo, pois não eram feitas e outras atividades já aconteciam antes de 1997, porém com a mudança da escola foram reorganizadas.

Um exemplo de atividade que acontecia e foi reformulada são as aulas de música. Antes de ser escola modelo aconteciam atividades com música, mas as aulas sistemáticas, ocorriam semanalmente com a reestruturação da escola. De acordo com Dona Aurora, professora de música:

A aula de música começou a aparecer (pausa) depois que veio professora da JICA em 1997.

Ofereceu bastante instrumento, piano, flauta. Precisava de pessoa que cuida desse instrumento, eu fiquei só nessa parte quase. Hora de aula era pouco, era mais ensinar dó ré mi, mas não tá correto, é rápido cresce e vai diplomando, mas parece que tem algumas músicas que fica na cabeça delas.

Pra que crianças pequenas não tem a escrita, é só com boca a boca, só o contexto. Quando fica maior é só a partitura, esforço pra não ler essa letra que tá no bolinha (risos), mas ainda não... apenas duas pessoas lê a partitura e conseguia tocar o piano. Tem que ter mais horário de aula. Hoje (pausa) ano passado começou... aumentou a aula de música.

(AURORA SETSUKO. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

As fotografias a seguir registram momentos das aulas de música com instrumentos musicais descritos pela professora Aurora.



Figura 116 – Aula de música. Ano de 2002.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 117 – Apresentação de Música para as famílias.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

As crianças e adolescentes da Colônia Pinhal também participavam do Taiko, como descrevi anteriormente, porém este é um departamento da associação e as atividades acontecem aos sábados.

As atividades físicas também começaram a ser realizadas semanalmente de forma sistematizada. Aulas com alongamento, exercícios físicos e esportes. As fotografias revelam alguns destes momentos, em que as crianças ao mesmo tempo que desenvolvem o corpo também se divertem.



Figura 11 – Prática de Beisebol.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 119 – Pré-escola praticando beisebol.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 120 – Atividade física no pátio.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 121 – Alongamento físico.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Além das atividades físicas sistematizadas, eram estimuladas práticas no parquinho da escola e em contato com a natureza, para contribuir com o desenvolvimento mental e corporal.



Figura 122 – Bincadeiras no parquinho da escola.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Explorar o ambiente natural também é uma possibilidade de aprendizagem sobre o entorno da escola, de refletir sobre o ambiente da região e os trabalhos desenvolvidos na colônia. Uma reflexão que segundo o Guia Escolar (1997) contribui para “desenvolver o amor à comunidade”, além da mente. Esta prática de análise do ambiente local, em alguns momentos contribui para refletir sobre o ambiente no Japão e traçar paralelos.

Encontramos evidências destes paralelos na troca de cartas “Tegami o okuru” entre a Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal e

uma sua “escola irmã” – Escola Takaboco cidade de Maruoka no Japão - “Takaboco Elementary School, Takaboco Kindergarten Maruoka - Municipal 2-13 Torakuni, Maruoka-cho, Sakai-gun, Fukui” (tradução da introdução da primeira carta enviada). A troca de correspondência faz parte do projeto “Associação Amizade Brasil-Japão”.

Segundo a carta de 2002, a Escola Takaboco possuía 575 alunos no nível que equivale ao nosso “ensino fundamental de primeiro ano à sexto ano”. (meninos 302 e meninas 273) e o no nível equivalente a Educação Infantil 49 alunos (meninos 25 e meninas 24) e 38 professores.

Encontramos uma coleção de cartas no arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa, todas escritas em japonês, não iremos neste momento nos aprofundar na análise das cartas, mas apresentar alguns detalhes desta prática. A correspondência era composta, geralmente, por uma carta introdutória por alguém responsável pela escola, diretor ou professor, cartas das diferentes turmas, fotografias e trabalhos realizados por um grupo ou diversos grupos.

A primeira correspondência, arquivada, é de 1997, uma carta enviada pela escola “Takaboco”, descrevendo sua estrutura, corpo docente e discente, currículo, objetivos e com atividade de artes realizadas pelos alunos.

Em resposta a esta carta, a Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal, enviou em fevereiro de 1998 uma carta descrevendo a Colônia Pinhal e atividades da escola, segue um trecho desta:

Em resposta, os alunos vão explicar um pouco sobre a nossa escola com uma foto que apresenta o Brasil. A Escola Modelo Japonesa Colônia Pinhal é a única escola modelo na parte sudoeste de São Paulo, que foi concluída em fevereiro do ano passado. Os professores sou eu, o Sr. Shusuke Matsuo, um voluntário enviado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão, o Sr. Azusa Shibata, um estagiário da Japan Brasil Exchange Association, e 2 nascidos aqui.

O número de alunos é 38, a maioria dos quais são japoneses de segunda e terceira gerações. A maioria dos alunos falam japonês em casa com os avôs, avós, pais e mães,

então eles podem falar relativamente bem em comparação com os outros.

O crescimento das folhas ocorre de segunda a sexta-feira, das quais sexta-feira é para estudar música e caligrafia. Além disso, nossa escola tem quatro computadores, e os alunos estudam japonês usando computadores por mais de 40 minutos por semana. O professor Fujitani está instruindo o computador. Recentemente, tem chamado a atenção como uma escola modelo no Brasil que pratica o ensino da língua japonesa usando computadores com seriedade. Esta colônia é uma área rural centrada nos nikkeis, cujos principais produtos são o Pudo, o Ponkan, a Nêspêra...

Além disso, nesta aldeia existem cooperativas agrícolas, suas lojas, o Salão da Associação Cultural (ponto de encontro nipo-americano) e a escola brasileira (até a 8ª série do ensino obrigatório). Transporte escolar, compras, bancos, etc. vão para uma cidade a 20 km de distância. Acho que esse tipo de vida é bem diferente do povo japonês (20 de fevereiro de 1998)

A correspondência interescolar atualmente acontece anualmente, mas iniciou-se em 1998 com mais de uma carta por ano. Foi uma das práticas introduzidas pelo professor Sênior, enviado pela JICA para a organização pedagógica da escola. Segundo a professora Midori, atualmente é escrita uma carta no período anual, de forma coletiva, onde todos os alunos e professores participam da escrita do texto, é um exercício de oralidade e escrita (MIDORI NISHIDA. Entrevista concedida em janeiro de 2020). Um exercício de oralidade e argumentação ocorre para definir a temática da carta, na sequência a escrita acontece de forma coletiva, o processo de correção é de acordo com as regras da língua japonesa e acontece a escolha de fotos e desenhos e outros trabalhos que são enviados, juntamente com o texto escrito.

Segundo a professora Midori, a prática tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do ensino da Língua Japonesa, mas principalmente com o conhecimento da cultura e atividades realizadas pela escola no Japão.

Barros (2014) destaca que essa técnica permite a utilização dos diferentes tipos de linguagens para que as crianças expressem e comuniquem suas ideias, vontades, curiosidades, estudos, as crianças se valem do desenho, da música, da escrita, da poesia, pintura etc. Com a escrita e a leitura das cartas, as crianças são desafiadas e realizam constantes pesquisas e investigações sobre os fenômenos da natureza, o meio escolar, os lugares vizinhos, os bairros, o meio familiar, o meio geográfico. A correspondência contribui para a apropriação da linguagem escrita e oral pelas crianças, as quais participam ativamente de cada momento do processo de elaboração das cartas. As cartas se transformam em materiais de consulta das crianças, uma vez que ficam expostas na sala.

Assim que a carta era entregue na Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal, era lida para as crianças e pelas crianças e assim tornando-se mais uma atividade de leitura, interpretação da língua e oralidade na língua japonesa. A carta é exposta no mural do pátio durante todo o ano letivo.

As cartas revelam um pouco do cotidiano da Escola Takaboco. São enviados registros das atividades como culinária, atividades físicas, festas, entre outras, que são desenvolvidas e trabalhos de pesquisa dos alunos.

Encontramos cartas sobre Zarigani (lagosta que vive no rio do Japão), ostras e outros animais. São pesquisas a partir das curiosidades dos alunos, levando em conta que são informações de animais pertencentes a fauna japonesa.

Uma forma de estimular a pesquisa de ambos os grupos sobre os diferentes lugares e a aprendizagem da língua Japonesa. As cartas são cordiais, sempre acompanhadas de fotos, ou recortes de jornais e os trabalhos dos alunos, abordam temas variados sobre o Brasil e o Japão, geografia, brincadeiras, até a Copa do Mundo de 1998:

Aliás, a Copa do Mundo de futebol, que o mundo está prestando atenção, estreou na França. Na rodada de abertura de ontem, o Brasil, principal candidato ao campeonato, derrotou a Escócia, mas foi noticiado que a audiência da NHK TV era de 15,1%, embora o Japão estivesse no meio da noite. Os japoneses são predominantemente o Brasil, exceto pela seleção japonesa...

Tanto o capitão Dunga quanto o Sampaio, que pontuou, têm hoje um papel importante na J-League japonesa, mas não é só por isso. Afinal, há muitos imigrantes japoneses em seu país, e o principal motivo é que temos um sentimento muito próximo de seu país.

Acreditamos totalmente na vitória do seu país, o Brasil, mas encorajamos todas as escolas de língua japonesa a apoiarem a seleção japonesa. (12 de junho de 1998).

Outro ponto interessante nas cartas no final dos anos 1990 é o uso do computador no ensino da língua japonesa e o uso da internet para interagir.

Parece que as crianças ficam muito impressionadas com a diversão das crianças japonesas da mesma idade que vivem do outro lado do globo. Ouvi dizer que sua escola está conduzindo ensino de língua japonesa em larga escala usando computadores. Em nossa escola, as crianças estão aproveitando seu tempo desenhando e trabalhando em uma sala especial com 20 computadores instalados.

No futuro, seria ótimo se o aprendizado de intercâmbio de computadores usando a Internet pudesse ser realizado. Ainda é um sonho agora, mas estou realmente ansioso por isso. Além disso, parece que há a maior “Biblioteca Amano” da América do Sul cercada por uma bela natureza perto de sua escola. Acho que as crianças da sua escola também são abençoadas com um bom ambiente e são muito felizes. Desta vez, a governadora Kurita desta prefeitura aproveitará a oportunidade de visitar o Brasil em seu país, e faremos com que entreguem os trabalhos de nossos alunos e a mesa de vídeo da cerimônia de formatura de nossa escola no ano passado juntos.

Como destaquei anteriormente a atividade de trocas de cartas fazia parte do projeto “Associação Amizade Brasil-Japão”, que proporcionou receber a visita da governadora da prefeitura da cidade a Sr. Kurita ao Brasil

e em especial à Colônia Pinhal, onde conheceu o núcleo de imigrantes, a escola e fez entrega pessoalmente dos trabalhos das crianças da escola japonesa. Temos registros da visita nas cartas com fotografias que foram enviadas.



Figura 123 – Entrega da correspondência vinda do Japão. Fonte: correspondências – Arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 124 – Visita à escola pelas autoridades japonesas.

Fonte: correspondências – Arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Assim como a Escola Modelo de Língua Japonesa enviou uma carta agradecendo os trabalhos e registrando a visita com muitos trabalhos escolares e várias fotografias, a escola “irmã” enviou uma carta registrando a visita do Sr. Osamu Yamashita à escola no Japão:

Em 30 de outubro, recebemos a honra de migrantes visitando nossa escola como parte do projeto de convite para a cidade natal de migrantes Brasil. Muito obrigado Muito de. O Sr. Osamu Yamashita, Diretor da Associação de Educação Física e Cultural de Pinhal, incluindo o Sr. Ishizen, que foi responsável pelo planejamento e gerenciamento desta oportunidade, agradece profundamente a todos os envolvidos na Associação de Amizade Japão-Brasil, a Praça de Atividades Internacionais de Fukui, etc. Obrigado. Diz-se que algumas das delegações voltarão à pátria pela primeira vez em 70 anos e a maioria delas

visitou a pátria pela primeira vez em décadas, por isso as crianças também querem dar as boas-vindas ao avô e à avó do Brasil. 549 alunos de todas as escolas realizou uma festa de intercâmbio no ginásio.



Figura 125 – Entrega da correspondência.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 126 – Cerimônia de boas vindas.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 127 – Recepção na escola no Japão.

Fonte: correspondência Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 128 – Visita a escola no Japão.

Fonte: correspondência Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Observamos a partir das cartas e documentos da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal, que ambas as escolas se aproximam nos aspectos pedagógicos, mesmo uma estando no Japão e outra no Brasil. As fotos enviadas nas cartas pela Escola Takaboko e as fotos dos arquivos da Escola Modelo de Língua Japonesa trazem indícios desta aproximação, registrando as práticas esportivas, artísticas, culinárias, entre outras práticas.



Figura 129 – Beisebol na E. M. De Língua Japonesa.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 130 – Beisebol na Escola Takaboco.

Fonte: arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

A culinária japonesa é uma atividade que acontece em ambas as escolas como mais um elemento cultural. Na Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal ela é desenvolvida com o auxílio do Departamento de Senhoras da associação com por um dos professores voluntários da JICA.



Figura 131 – Culinária na E. M. L. J. Colônia Pinhal.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 132 – Culinária na Escola Takaboco.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Além destas práticas, a Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal desenvolve atividades de artes, caligrafia e oratória, participando de competições internas, intercolonial, regionais estaduais e nacionais, nestas modalidades.

Na agenda anual de 1997, está previsto as aulas de pesquisas, comemoração de datas comemorativas como Dia das Mães, Dia dos Pais, cerimônia de abertura do ano letivo e encerramento, reuniões de planejamento internas e com professores da região sudoeste, participação de atividades esportivas, testes escolares e participação de concursos de escrita, pintura e caligrafia.

As fotografias trazem evidências da riqueza das atividades de artes na escola, com a participação dos alunos das diferentes idades, a utilização de materiais e recursos diversos sob a orientação dos professores. Além dos aspectos técnicos da prática, podemos observar a concentração e alegria das crianças participando e expondo os resultados com alegria.



Figura 133 – Aula de artes. Ano de 2005.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 134 – Aula de artes. Ano de 2002.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 135 – Resultado do trabalho de arte. Ano de 2004.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

As aulas de caligrafia auxiliavam a disciplinar mente e alma, como está previsto no “Guia Escolar” exercitando a concentração e a paciência porque os trabalhos tinham sempre que ser feitos com extrema organização e capricho. Os exercícios de grafia desenvolviam a escrita e eram essenciais para o bom entendimento da língua.

A primeira fotografia é posada com as crianças mais jovens e descontraídas após a realização das aulas de caligrafia, ao fundo podemos observar a exposição dos trabalhos realizados. Enquanto na segunda fotografia registra a preparação e concentração dos alunos durante a realização dos trabalhos, com concentração e postura adequadas para a atividade.

Conforme White (1988, p. 79) para os japoneses “[...] a escola é vista como um meio ambiente moral, o que também acontece com o ambiente de trabalho, local onde a virtude pessoal está ligada ao desempenho do indivíduo”. Neste sentido, podemos perceber que “[...] aprender no Japão é uma atividade moral”. Na sociedade nipônica praticamente não

há distinção de moralidade social ou pessoal, precisa estar presente nos indivíduos, portanto:

Zelo, esforço e abnegação devem ser combinados com alegria e sensibilidade em relação aos outros – tudo dentro do contexto de aprender a “amar nossa cidade natal e proteger o território, cultura e tradições da mãe pátria e [...] estar atento à nossa responsabilidade como japoneses (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1983, p. 116, apud WHITE, 1988, p. 36).

Tal percepção da moralidade social está historicamente ligada à constituição do espaço educacional do Japão, pois a educação seria justamente para sustentar a moralidade tradicional da sociedade, constituindo a estrutura cultural do povo nipônico, com seus diversos valores e habilidades individuais.



Figura 136 – Atividade de caligrafia.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 137 – Atividade de caligrafia 2009.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Apesar da seriedade dos exercícios e a importância da precisão para que a mensagem do texto seja transmitida da forma correta, aprender os diagramas ou Kanji também podiam ser realizados de forma descontraída e lúdica.



Figura 138 – Escrita com braços.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal

Segundo o Guia Escolar da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal, a maior função de uma língua é a comunicar:

...ao ensinar japonês como língua estrangeira, mensagens e compreensão podem ser obtidas fazendo uso total das habilidades: ...a) Comunicação -habilidade (capacidade de expressar e compreender um grupo de conteúdos e participar de um grupo de conversa). c) Habilidade sociolinguística (uso de linguagem adequada para cenas, contextos e relacionamentos). d) Palavras - habilidade comportamental (padrão de comportamento linguístico culturalmente específicos). e) Capacidade abrangente de habilidade de estratégia (especificamente estratégia conversação e estratégia de aprendizagem) (GUIA ESCOLAR, 1997, p. 19)

O Guia Escolar apresenta a comunicação como metodologia de ensino e que o desenvolvimento das habilidades na língua japonesa depende das atividades que as crianças são expostas na escola, neste sentido é importante entender quais são as práticas desenvolvidas.

Além das práticas apresentadas anteriormente a oratória e a produção do livro anual também vão ao encontro da “metodologia de ensino” apresentada no Guia Escolar.

Nos primeiros anos de funcionamento da escola, apesar da importância de apenas falar japonês na escola, a oralidade cotidiana não merecia tanta atenção dos professores, pois era desenvolvida pelas famílias. A língua falada em casa era o japonês, porém com o passar dos anos, com o falecimento das primeiras gerações, há uma diminuição das famílias que falam japonês em casa e a oralidade cotidiana na escola passou a ter mais atenção no processo de ensino-aprendizagem.

Desta forma, a escola começa a concentrar na oralidade, além da oratória que já vinha desenvolvendo. A oralidade é desenvolvida cotidianamente com saudações, vocabulário, música, atividades de arte, brincadeiras, conversar, entre outras ações. As regras escolares determinam que: “Na escola, você pode fazer uma saudação animada em japonês...Em princípio, use o japonês na sala de aula...” (GUIA ESCOLAR, 1997, p. 23) dentre outras regras de comportamento e conduta.

Em relação à oratória, era considerada a “capacidade de comunicar em público” e aconteciam semanalmente com atividades de leitura, recitar e falar em público, atividades artísticas para desenvolver oratória, além da participação de concursos de oratória.



Figura 139 – Concurso de Oratória interno.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 140 – Concurso de Oratória da região Sudoeste.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

As apresentações culturais aconteciam em atividades internas como encerramento do ano letivo e as comemorações e atividades intercolônias, regional ou estadual. As fotografias revelam um pouco da diversidade das atividades envolvendo as diferentes linguagens artísticas: música, dança, dramatização entre outras. Segundo relatos da professora Aurora e Midori, as apresentações são o resultado de um processo de aprendizagem, pois as crianças participam de todo processo, seja de escrita, escolha de músicas, auxiliar a construção de cenário ou fantasia.



Figura 141 – Apresentação do coral.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 142 – Evento de 40 anos da Colônia Pinhal.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 143 – Teatro no encerramento do ano letivo. Ano de 2003.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal

Outro ponto apresentado no “Guia Escolar” é o desenvolvimento da leitura e escrita como prática cotidiana e que ao final de cada ano, os alunos produziam um livro anual de registro como trabalho final, sendo uma forma de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

Encontramos apontamentos sobre a importância do livro como documentação pedagógica nas correspondências enviadas à escola no Japão. Foram enviados à escola “irmã” no Japão dois exemplares destes livros (2006 e 2008) para que eles observassem o avanço do desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

Desta vez, enviaremos para você a coleção de textos “Esperança” publicada uma vez por ano pela Escola Japonesa Colônia Pinhal. Enviei uma vez em 2006, mas desta vez é para 2008.

Como foi publicado pela Fujinen, acho que é uma coleção de textos que mostra o crescimento das crianças. Há dois anos, uma criança do jardim de infância que fazia um desenho tão eficaz se tornou uma aluna da segunda série e

está escrevendo lindos personagens japoneses. No terceiro ano, posso escrever uma redação.

Como 2008 foi o 100º aniversário dos imigrantes japoneses no Brasil, também escrevemos sobre avôs e avós que vieram do Japão para o Brasil como imigrantes. (Correspondência 18 de maio de 2009)

Foi organizado uma coleção de 20 livros até o ano de 2018, o primeiro livro é de 1993, e o único antes de 1998, quando a prática começa a ser realizada anualmente.

Todos os livros possuem uma estrutura parecida, com textos e desenhos produzidos pelos alunos e fotografias. Os registros abordam reescritas de histórias das tradições japonesas, relatos de atividades ou experiências e pesquisas, produções de textos fictícios. A coleção é uma fonte rica em detalhes que permite analisar o conteúdo estudado pelas crianças, as práticas, as representações sociais registradas (CHARTIER, 1989; 1991), porém neste momento não iremos analisar o conteúdo e suas representações, por outro lado consideramos relevante destacar a estética e simbologia das capas desses livros.

As capas foram produzidas pelos alunos, não encontrei informações sobre a escolha de quem faz a capa. São desenhos bonitos, com muitos detalhes e que anunciam um pouco do que foi estudado e o contexto social daquele ano. As imagens das capas dos livros evidenciam a riqueza destas produções e o contexto de cada ano em que foi produzida.



Figura 144 – Livro dos alunos. Ano de 1998.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 145 – Livros dos alunos. Ano de 2000.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 146 – Capa do Livro dos alunos de 1999.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 147 – Livro dos alunos de 2008.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

O ensino da língua seja escrita ou falada, representa um elemento primordial da aprendizagem cultural, fazendo parte do legado de preservação histórica deste grupo, pois somente a partir de seus elementos as crianças se apropriam das referências que fazem parte do seu grupo social.

Apesar da valorização das tradições japonesas, este espaço, está aberto a outras manifestações culturais, a criar “novas tradições”: o novo não anula a essência do que existe e que a cultura é maleável.

A “nova” tradição passa a fazer parte da memória do grupo como um novo elemento. Como ressalta Hobsbawm (1997, p. 9), as memórias de algumas “tradições”, às vezes, parecem ou são consideradas como antigas mostram-se bastantes recentes, quando analisadas com cautela.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível tente-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1997, p. 09).

Uma “nova tradição” são as festas juninas na Colônia Pinhal, introduzidas pela escola primária e apropriadas pela Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal e depois pela Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia para arrecadar fundos para atividades extras da instituição, principalmente excursões.

O período em que estas fotografias foram feitas é um momento de grande crescimento econômico por meio da agricultura e o aumento da circulação de pessoas não descendentes de japoneses como trabalhadores rurais, arrendatários de terras ou camaradas. São as primeiras fotografias em que encontramos crianças que não são japonesas ou descendentes.



Figura 148 – Festa junina na “Escola brasileira”. Ano de 1987.
Fonte: arquivo pessoal Aurora Setsuko.



Figura 149 – Festa junina.
Fonte: arquivo pessoal Erika Yamada.

Essas imagens revelam um pouco do período de abertura da Colônia Pinhal e ao mesmo tempo como estes sujeitos se compreendem como camponeses. Nos permite questionar o que significa ser camponês ou caipira? Nas fotos acima, há crianças camponesas descendentes de japoneses brincando de crianças camponesas diferentes. No que se constituíam tais diferenças para essas crianças? Fantasiar-se como “outro” provavelmente dava ricos significados na compreensão e empatia por esse “outro”. Além da finalidade monetária, quais outros motivos levaram à criação desta nova tradição? Como as crianças se apropriavam, ressignificavam os diferentes festejos e brincadeiras tradicionais e da Festa Junina?

Da Matta (1990) ao discutir rituais e festejos, afirma que estas são realidades paralelas e efêmeras, que permitem a criação de seres míticos ou grandes personalidades, onde um operário pode se transformar em um príncipe em meio a uma metamorfose de papéis sociais.

A festa junina tornou-se uma prática regular, realizada anualmente pela Escola Modelo de Língua Japonesa. As fotografias a seguir apresentam algumas facetas desta “nova tradição”. Há um processo de apropriação cultural, ao mesmo tempo que festeja a festa junina, se compartilha as tradições japonesas que são incluídas no cardápio da festa: “Yakisoba, Gyoza porção, pastel, doces, bebida quente, espetinho...”



Figura 150 – Festa junina. Ano de 1998.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 151 – Preparação do Gyoza para Festa Junina.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Com os fundos arrecadados nas festas juninas que acontecem todos os anos, a Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal consegue realizar diversas atividades, dentre elas programar passeios com os alunos que podem ser apenas recreativos ou pedagógicos.



Figura 152 – Caverna do Diabo.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 153 – Fábrica da Toyota.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.



Figura 154 – Parque aquático. Ano de 2000.

Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Percorrendo as facetas da história da escola japonesa, podemos observar como esta instituição foi se constituindo como espaço escolar, configurando sua cultura escolar e além das mudanças na organização

pedagógica, quando ela se tornou modelo passou a ser um espaço de estudo sobre a cultura e ensino da língua japonesa na região sudoeste do Estado de São Paulo. Espaço de encontros bimestrais do grupo de estudos dos professores das escolas japonesas da região sudoeste de São Paulo.

Inicialmente o grupo era formado por professores de cinco escolas, chegando a 10 escolas japonesas. Nas reuniões eram discutidos os planejamentos bimestrais, orientações de ensino, as atividades como concursos de redação, oratória, excursões entre outras atividades a serem desenvolvidas ao longo do bimestre, com objetivo de melhoramento no atendimento educacional de toda região sudoeste.

4.3 “ESCOLA BRASILEIRA” – ESCOLA MISTA MUNICIPAL DA COLÔNIA PINHAL – E. E. MASSANORI KARAZAWA

Compreender algumas facetas da história da “escola brasileira” é olhar para uma das bases constitucionais da Colônia Pinhal. Esta instituição, assim como a associação ou a cooperativa ou a escola japonesa teve um papel importante para construção deste núcleo de imigrantes. Podemos até fazer uma analogia no sentido que a escola japonesa é uma janela que liga as origens e o passado deste grupo com o presente, enquanto a “escola brasileira” pode ser a janela entre o presente e o futuro deste grupo no Brasil.

Na “praça rural” conceito discutido no capítulo anterior, que denomina a organização e as características do centro das colônias, a “escola brasileira” está em uma localização privilegiada, logo na entrada da Colônia Pinhal, a direita está a Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal e a esquerda a “escola brasileira”, atual E.E. Massanori Karazawa que representa a importância designada a esta instituição.

Segundo Saito (1980) os japoneses tinham uma tradição escolar bem sedimentada ao iniciar o processo de imigração para terras brasileiras. Como o contexto cultural era totalmente diferente de sua tradição, nos primeiros anos mantiveram o ensino mais restrito ao ambiente doméstico, porém ao longo do século XX constituíram uma organização comunitária de escolas. Segundo depoimento de imigrantes, antes mesmo de

providenciar uma sede para suas associações e encontros sociais, uniram-se para a construção da escola, que não necessariamente era para o ensino da Língua Japonesa e para a manutenção do professor (Vários, 1992, p. 126).

Lobo (2007) observou que os pais tinham o máximo empenho em enviar todos os filhos à escola e que a manutenção do professor e da escola era assumida diretamente pelas colônias japonesas e companhias de colonização. Niemeyer afirmou que os imigrantes japoneses “cotizaram-se e resolveram construir um prédio para servir de escola para seus filhos aqui nascidos. Esse prédio oferece ao Estado e pedem, em seguida, um professor brasileiro” (Niemeyer apud Lobo, 2007 p. 151). No entanto, segundo Saito (1980), Ando (1976) e outros, num turno os alunos frequentavam a escola para aprenderem as especificidades da cultura japonesa e, no outro turno, com um professor brasileiro, aprendiam os elementos básicos para a adaptação à nova pátria.

Este é o caso da escola primária da Colônia Pinhal, em que a Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal com apoio da JICA cedeu o prédio para escola, os materiais e reivindicou ao Estado um professor, conforme encontramos registros no livro de inventário da instituição e no livro de visitas do inspetor escolar: “Prédio, sala e material escolar, ótimos, pertencentes a colônia, cedidos pela JICA” (TERMO DE VISITA DA ESCOLA MISTA MUNICIPAL DA COLÔNIA PINHAL, 1965, p. 02).

De acordo com a Revista em comemoração 40º a Colônia Pinhal e o registro de visitas do inspetor escolar Francisco Pássaro, a escola primária foi fundada em 1964 e denominada como Escola Isolada da Colônia Pinhal. Todavia, no Livro de Registros dos Inspctores Escolares, foi chamada de escola isolada e de escola de emergência até receber a denominação Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal. Apesar da denominação como escola municipal, ela era uma escola comunitária, isto é mantida pela associação sob supervisão do Estado, cujo designou o professor e fazia a supervisão pedagógica.

Esta inconstância na denominação da escola representa qual tipo de escola o Estado gostaria de oferecer, pois a denominação caracteriza a delimitação do currículo, das práticas, das finalidades e até mesmo o salário do professor. Segundo Souza e Ávila (2015):

O exame dos princípios de classificação das escolas primárias no Estado de São Paulo, em perspectiva histórica, põe em evidência a problemática relação entre escola e diferenciação social e o jogo complexo de produção da racionalidade administrativa e pedagógica do sistema de ensino (SOUZA e ÁVILA, 2015, p. 294)

As escolas de emergência eram abertas em zonas afastadas e, como o próprio nome anuncia, era uma ação emergencial, podendo ser fechada a qualquer momento. Normalmente eram abertas por reivindicações dos moradores, mas o Estado não tinha certeza se haveria demanda, funcionavam em condições parecidas das escolas isoladas.

As escolas isoladas eram as escolas com um único professor que ensinava os alunos de diferentes níveis ou séries em uma única classe. Em 1964, ainda não eram denominadas como multisseriadas, esta denominação só começou a ser usada anos depois.

De acordo com Souza (2009, p. 148), as escolas isoladas eram identificadas como uma escola tipicamente rural, caracterizadas principalmente como escolas modestas, nas quais o programa era reduzido e os vencimentos dos professores eram menores se comparados aos do grupo escolar.

Não encontramos fontes para discutir o fato de a escola receber a denominação municipal na década de 60 do século XX, apesar dos registros da presença do Estado na instituição. Inicialmente consideramos a hipótese de ser um aspecto político, pois a escola foi uma reivindicação da Associação Cultural Esportiva de Colônia Pinhal, era mantida por ela e supervisionada pelo Estado. Uma evidência do aspecto político era que no livro de visitas dos inspetores escolares encontramos nos primeiros registros a presença do prefeito de São Miguel Arcaño acompanhando a visita do inspetor escolar, porém em contrapartida analisando o Livro de Inventário de Materiais podemos destacar que nos primeiros anos a escola funcionou com o material cedido pela associação, mas aos poucos os materiais começaram a ser cedidos pela Prefeitura Municipal de São Miguel Arcaño, o que justifica a denominação “municipal”

De acordo com os registros dos livros de matrículas, em 1977 a Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal passou a ser denominada Escola

Estadual (isolada) de Primeiro Grau. Esta alteração aconteceu para atender a Lei de Diretrizes e Bases 5692 de 1971 que reformulou o antigo ensino primário e secundário e os denominou de ensino de primeiro e segundo grau. No ensino de primeiro grau, unificou o ensino primário ao ginásio transformando-os em 1 a 8 séries, conseqüentemente fez com que muitas escolas primárias isoladas ou emergenciais fossem fechadas.

Com o aumento da demanda e a necessidade de atender a esta clientela, em 1979 foi inaugurado o prédio da Escola Estadual (isolada) de Primeiro Grau da Colônia Pinhal, totalmente financiado pela JICA, que fez a doação de 8.386 metros quadrados e custeou a construção. Neste período o prédio possuía três salas de aula, uma sala para direção, biblioteca, banheiros femininos e masculinos e uma cozinha. Segundo relato, a Sra. Maria Luiza Rodrigues Menck Gavião, que trabalhou na escola:

a princípio a escola só era na parte de cima que tinham só três salas, uma saletinha de direção, a cozinha e os banheiros, você se lembra? A parte porque elas são duas partes assim de frente pra você, a parte daqui é mais alta que você tem os degraus que você sobe aqui, essa parte debaixo, ela começou nessa parte (gestos com as mãos), ela tinha as três salas, a saletinha que seria a direção, a cozinha e os banheiros, ok. (MARIA L. R. MENCK GAVIÃO. Entrevista concedida em junho de 2021).

Em 1982 pelo decreto: 18362 de 06 de janeiro de 1982, a escola passa a ser Escola Estadual (agrupada) de Primeiro Grau da Colônia Pinhal, e o mesmo decreto regulamentou o fechamento das escolas dos bairros vizinhos e transfere os alunos para a escola da Colônia Pinhal. Além da mudança de denominação, a escola foi ampliada e criado o cargo de Assistente de Diretor, ocupado inicialmente pela professora Idilva Tavares Rosa.

A Lei 5210 de 2 de junho de 1986 art. 1, determina que a Escola Estadual de 1º grau (agrupada) da Colônia Pinhal, passa a denominar-se Escola Estadual de Primeiro Grau Massanori Karazawa. A escolha do patrono da escola foi devido a importância dos trabalhos realizados pelo Sr. Massanori Karazawa para a comunidade local, contribuindo para a fundação da colônia e as atividades da associação e da cooperativa.

Em meados dos anos 80 do século XX a escola já funcionava em dois períodos (manhã e tarde) com oito classes, atendendo de 1 a 8 séries e passa por uma ampliação como Maria Luiza relata:

Daí na época, quando ela se transformou em escola estadual de primeiro grau, ela perdeu o agrupamento e foi pra escola de primeiro grau, foi construído essa segunda parte, que é parte debaixo do prédio antigo, aí ali tinha uma, duas, mais três salas né e mais uma diretoria e mais a sala dos professores terminava ali. (MARIA L. R. MENCK GAVIÃO. Entrevista concedida em junho de 2021).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 que redefine a estrutura e funcionamento da educação brasileira, define como educação básica: educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa e transformou os antigos 1º, 2º e 3º graus em Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, com uma nova formatação curricular definida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e iniciou o processo de municipalização que foi ampliado com o antigo FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), que destinava recursos somente para o ensino fundamental priorizando quatro faixas de valores por aluno/ano, a escola passa a ser denominada Escola Estadual Massanori Karazawa, atendendo neste período, o segundo ciclo do Ensino Fundamental – quinta a oitava série, deixando de atender o primeiro ciclo que ficou sob responsabilidade do município.

Aquele prédio que hoje é a escola que é da prefeitura que se chama Luís Fernando tá, ali funcionou o tempo, todo tempo que eu fiquei, funcionou a escola Massanori do Estado tá, só que não me lembro agora a data, em que ano foi nós tivemos uma reformulação no ensino que aí o que aconteceu, as escolas de primeira que seria de educação infantil e do que hoje a gente chama do primeiro ano até o quinto ano, que é o quarto ano lá de trás, eu faço essas misturebas ainda, até preciso raciocinar aqui pra lembrar, daí então foi pra prefeitura. Então municipalizou tá, essa

parte até a parte do fundamental um, foi municipalizado então a escola Massanori só ficou com a parte do fundamental dois, do sexto ano ao nono ano no caso e então teve essa (pausa) no meio do caminho, mas funcionava a mesma coisa no mesmo prédio, de manhã era Massanori, a tarde era Massanori municipal, então Massanori estadual de manhã, a tarde então foi muito tempo assim (MARIA L. R. MENCK GAVIÃO. Entrevista concedida em junho de 2021).

A fotografia revela um pouco da estrutura desse prédio e o processo de municipalização que começa a atender o primeiro ciclo do Ensino Fundamental.



Figura 155 – Prédio da Escola Estadual Massanori Karazawa.

Fonte: Revista em Comemoração do Cinquentenário da Colônia Pinhal.

A escola estadual permaneceu neste prédio e dividindo o espaço com o município até a construção do prédio atual em 2013, quando as escolas foram divididas. Atualmente na Colônia Pinhal temos a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Luiz Fernando Correa Pires e a Escola Estadual Massanori Karazawa, que atualmente atende ao Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

A fotografia a seguir registram a construção do prédio atual da E.E. Massanori Karazawa:



Figura 156 – Construção da E.E. Massanori Karazawa.

Fonte: Revista em Comemoração do Cinquentenário da Colônia Pinhal.

5.3.1 Aspectos pedagógicos: da nacionalização do imigrante até a importância de compreender as origens

Ao longo da segunda metade do século XX, o sistema educacional brasileiro passou por diversas reformas que modificaram a denominação e a estrutura da atual Escola Estadual Massanori Karazawa, porém em relação aos aspectos pedagógicos, podemos destacar um grande período de valorização ao civismo e forte preocupação com a nacionalização do imigrante e um segundo período de reconhecimento das origens e aceitação.

Desta forma iremos apresentar alguns indícios desses dois aspectos pedagógicos presentes na escola. Em 1964, a primeira professora designada pelo Estado para a Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal foi a Sra. Lumy Yamazoe. Como podemos observar pelo sobrenome, descendente de japonês, o que segundo os relatos dos ex-alunos auxiliou muito a frequência e a permanência das crianças na escola, pois ela sabia falar a Língua Japonesa e os alunos não falavam ou falavam muito pouco a Língua Portuguesa. Segundo Yumiko Fujisawa, moradora local e ex-aluna da escola:

Era nossa professora Lumy, desde o começo. Era (pausa) acho que era professora que vinha sozinha, morava sozinha. De lá da escola brasileira atual e ela dava, ainda bem que ela sabia falar alguma coisa em japonês, isso ajuda né, porque como a gente não sabe de nada. Tinha bastante japonês na colônia naquela época tinha mais de vinte alunos né, e outra que como chegaram, eu e minha irmã na verdade ela tava estudando terceira série primária no Japão, lá é primeira, mas chegou aqui todo mundo entrou junto no primeiro, então era todo mundo junto (YUMIKO FUJISAWA. ENTREVISTA CONCEDIDA EM JANEIRO DE 2020) Entrevista concedida em janeiro de 2020)

Durante os anos 60 do século XX encontramos registro de outra professora descendente de japonês a Sra. Emília Matsuse. Segundo o Livro de Visitas Escolares, o inspetor escolar Francisco Pássaro e o prefeito municipal de São Miguel Arcanjo fizeram a primeira visita à escola em 1964. Interessante destacar tanto nesta visita como nas demais registradas, a preocupação com o ensino da “Língua Pátria”, pois a escola está localizada em um “Núcleo Japonês”.

Salientei a necessidade da conversação da Língua Portuguesa, bem como da Educação Cívica, neste núcleo estrangeiro – Bandeira Brasileira e Hinos - 26 de abril de 1965 (LIVRO DE VISITAS DOS INSPETORES ESCOLARES, 1964, s/p)

Orientações que vinham ao encontro às ideias que circulavam no período, onde intelectuais e educadores intitulados “ruralistas” defendiam a escola rural e atribuíam a ela finalidades tais como a de ser um agente nacionalizador do imigrante e do trabalhador nacional, disseminando sentimentos de amor à pátria e identificação com os costumes e as tradições brasileiras (SILVA, 2004).

Solicitei incentivo das aulas de Educação Moral e cívica, principalmente neste núcleo estrangeiro, ensino dos

nossos hinos, de canções e poesias para homenagear à Bandeira que deverá ser realizada aos sábados – 01 de junho 1966 (LIVRO DE VISITAS DOS INSPETORES ESCOLARES, 1964, s/p).

As orientações didáticas, em sua maioria tinham como objetivo do ensino da Língua Portuguesa, o ensino Cívico, os conhecimentos gerais do Brasil e o desenvolvimento do “Plano de Educação Rural”.

O “Plano de Educação Rural” vem merecendo a melhor das atenções por parte da professora e dos alunos havendo já uma horta bem formada – 02 de setembro de 1965 (LIVRO DE VISITAS DOS INSPETORES ESCOLARES, 1964, s/p).

Não encontramos informações sobre o documento “Plano de Educação Rural”, mas pelo destaque e importância dada a existência de uma horta na escola, consideramos a hipótese de serem diretrizes que vinham ao encontro às ideias de alguns intelectuais e educadores em defendem uma escola com características e finalidades específicas para a zona rural, corrente que segundo Ávila (2015) cresceu durante os anos de 1940 e 1960 do século XX.

O “Plano de Educação Rural” não foi citado em nenhum outro registro das visitas dos inspetores. O que que manteve frequente (além da verificação da frequência dos alunos, conferência da escrituração, organização dos materiais da sala), foi a preocupação com a nacionalização ou dificuldades de ensino e aprendizagem do imigrante, que foram registrados nas primeiras visitas e perduram mesmo durante a década de 70.

As professoras são elogiadas pelo trabalho na escola. O ensino era considerado um trabalho importante para o país junto a nacionalização dos imigrantes, as professoras também eram cobradas para o uso da Língua Portuguesa na oralidade e na escrita. Segundo o inspetor de ensino, a professora Lumy Yamazoe não possuía recursos adequados pelo sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento da aprendizagem dos seus alunos, porém continua determinada na sua função de ensino. Na década de 70 do século XX, encontramos outro registro, referindo ao trabalho da mesma professora:

Destas várias orientações, refiro-me à toda colaboração da professora, para o bom ápice dos trabalhos da escola. É um núcleo difícil, onde grande parte das crianças, filhos de japoneses, mantêm expressões e costumes diferentes – 19 de fevereiro de 1974 (LIVRO DE VISITAS DOS INSPETORES ESCOLARES, 1964, s/p).

Falar exclusivamente português na escola era uma exigência dos programas escolares, porém Lumy Yamazoe permitia que os alunos fizessem questões em japonês e ela respondia em português.

As crianças japonesas e descendentes tinham dificuldade na escola primária, pois a maioria não falava português e muitas vezes estavam no 3º ou 4º ano da escola no Japão e tiveram que retornar para o 1º ano no Brasil. As dificuldades eram tão grandes que muitas crianças não sabiam nem pedir para ir ao banheiro.

Dona Aurora, moradora local, também relata a dificuldade dos filhos que estudaram na década de 80 na “escola brasileira”:

Como na casa é só japonês, então a primeira coisa que aconteceu é não conseguir chegar no banheiro (risos), minha filha era assim e as meninas acho que nunca me contou, bom essa parte de escapar o xixi, mas que escapou o xixi. Parece que era estressante o contato com a professora que só falava português. (AURORA SETSUKO. Entrevista concedida em janeiro de 2020).

Nos livros de visitas dos inspetores destaca-se a obrigatoriedade de falar exclusivamente a Língua Portuguesa, a importância da oralidade, dos exercícios de ditado, produção de textos, nos exames eram avaliados leitura, escrita, além de aritmética e ciências gerais, porém não descrevem nos primeiros anos de funcionamento da escola, qual livro ou material utilizado, apenas cita os exercícios do caderno de classe, apenas ao longo da década de 70, são relatados o uso da cartilha Caminho Suave.

Yumiko Fujisawa, relatou as formas como a professora Lumy encontrava para burlar a exigência de falar exclusivamente a Língua Portuguesa

e contribuir para aprendizagem das crianças e como o uso da cartilha Caminho Suave contribuía.

Ensinava mais o português, falar português, a escrever. Tinha um livro, cartilha Caminho Suave, até que um dia a colega que estudou junto comigo né, colocou no face: você lembra desse livro? Eu lembro sim. (risos)

E facilitou a aprendizagem na cartilha?

Facilitou porque era detalhe bem mais simples, com desenho e tal.

Midori fala: e ela ensinava a gente, eu não entendia o que era navio, aí a professora fala ... (navio em japonês pesquisar) (risos)

Ela já traduzia isso ajuda. Mas só que na comunidade aqui da colônia né, a gente entre nós só falava japonês nossa como só falava japonês, até formar quarto colegial a gente não usava o português só falava japonês né, entre nós porque realmente tinha bastante japonês junto naquela época. (YUMIKO FUJISAWA. Entrevista concedida em janeiro 2020).

Novamente destacando, a questão da língua remete ao aspecto de nacionalização. Segundo o livro de visitas dos inspetores escolares, nas primeiras visitas os inspetores registram grande preocupação pois a “escola está localizada em uma colônia japonesa e quase cem por cento dos alunos são japoneses ou descendentes”.

As fotografias dos alunos deste período evidenciam a grande presença de japoneses e descendentes da escola, também podemos observar os uniformes, a presença das bandeiras do Brasil e do Japão.



Figura 157 – Alunos da escola recepcionando.
Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal



Figura 158 – Alunos da Escola Mista da Colônia Pinhal o governador de Fukui.
Ano 1965. Fonte: Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal.

Analisando os registros de exames dos livros de visitas de 1965 a 1970 e livro de matrícula dos alunos de 1971 a 1980, podemos enfatizar que em 1965 a maioria dos alunos eram japoneses ou descendente, ao longo do período o número de japoneses cai, aumentando a presença de descendentes, pois inicia o ingresso dos filhos e netos dos primeiros imigrantes. Outro ponto interessante que entre os anos de 1970 a 1977 o número de alunos brasileiros oscila, o que pode ser explicado pela localização rural do bairro com base econômica na agricultura, e pela necessidade de trabalhar a frequência da escola torna-se sazonal, conforme o período de colheita outra hipótese pode ser a menor valorização da educação por parte dos brasileiros. Todavia, a partir de 1977 há um crescimento dos alunos brasileiros.



Figura 159 – Contagem de alunos por nacionalidade da E. E. Massanori Karazawa. Fonte: produzido pela autora com base nos livros de matrículas e livro de visitas dos inspetores escolares.

A partir de 1982 os alunos são registrados em prontuários individuais, dos quais não tivemos acesso por questões de logística durante o período de pandemia, mas acreditamos que os prontuários são fontes que possibilitam entender um pouco mais dos alunos a partir de 1980.

Como o gráfico aponta havia uma ascensão do número de alunos brasileiros, que acreditamos ter continuado nos anos seguintes, evidenciados pelo crescimento econômico da Colônia Pinhal demandando a contratação de trabalhadores, conforme apontamos no capítulo anterior e

segundo o relato da professora que trabalhou na gestão da escola Maria Luiza Gavião de 1992 a 2005 os alunos que frequentavam a escola no período que ela trabalhou eram filhos e netos de japônês, já dominavam a Língua Portuguesa e a maioria dos alunos são brasileiros. Nas palavras da Maria Luiza Gavião:

Me designaram pra ir pra Colônia e lá eu entrei em 92 e fiquei até dois mil e (pausa) acho que até dois mil e cinco, se não me engano e depois eu fui transferida para o Maria Elis aqui em São Miguel. Então eu fiquei bastante tempo lá, (pausa longa). Então eu via, quando eu fui pra lá, a gente tinha assim (pausa) maioria de alunos japoneses, quando eu saí de lá eu tinha 99,9% de alunos que não era mais japoneses (risos), já tinha misturado tudo, entendeu? (risos) (MARIA L. R. MENCK GAVIÃO. ENTREVISTA CONCEDIDA EM JUNHO DE 2021).

Em seu relato, Maria Luiza além de falar da predominância da nacionalidade dos alunos, também enfatiza que não havia dificuldade dos alunos em relação à língua, pois já dominavam a Língua Portuguesa. Para ela a dificuldade era nas reuniões de pais e mestres, pois a geração anterior, os pais dos alunos, falava pouco português ou não falava. A gestora também destaca a valorização da cultura e a presença dos meeiros brasileiros. Os meeiros eram pessoas que vinham trabalhar nas lavouras de um determinado proprietário e no período da colheita dividia os lucros.

Na minha época, já é o filho desse pessoal que estudou na escola em 1964, entendeu. Eles já são nisseis, no caso depois são os nisseis né então, por isso que eu falo que a nós não tivemos dificuldade nenhuma, nenhuma, nenhuma, de adaptação nenhuma em relação à linguagem, porque acho que eles já tinham a vivência do português. Conservavam extremamente toda a cultura japonesa, isso não resta dúvida (pausa), era todo aquele preservar da cultura, isso era uma coisa bonita. Não é porque você tá fora que (pausa), eu acho essa presença cultural deles sempre

foi muito forte, mas é (pausa) nós não tivemos dificuldade nenhuma, nenhuma já por serem nisseis. O que tinha dificuldade eu vou dizer pra você era nas reuniões de pais e mestres, porque tinha aquela japonesada que elas falavam o português todo assim (pausa) vamos se dizer com as dificuldades, mas falavam. Então eu não entendia, então elas não se misturavam porque era assim eles e os meeiros deles e a grande maioria dos meeiros deles eram paranaense, eram ... iam buscar lá na conchinchina tá, pra trabalhar com eles de meeiros na uva, então não tinha aquela mistura, então eram eles e os meeiros, os meeiros todos brasileiros você não via um japonês de meeiro, então a dificuldade era muito grande na hora porque, porque elas não falavam, elas se negavam a falar, então era um tal de: kararara tá, você não entendia nada que elas falavam, elas podiam tá falando de você e sei lá o que, que você não sabia (risos). Isso era uma dificuldade muito grande tá e que a gente sempre lutou com isso e eu não conseguia, isso daí por muito tempo é (pausa) a gente tinha essas dificuldades, depois foi ficando mais maleável, mas não se perdeu tudo isso. (MARIA L. R. MENCK GAVIÃO. ENTREVISTA CONCEDIDA EM JUNHO DE 2021)

As fotografias e os projetos desenvolvidos pela escola revelam as mudanças pedagógicas conforme as reformas educacionais nacionais e a clientela que esta escola atendia. Dentre os diversos projetos e atividades da escola gostaria de destacar: as festas juninas, o projeto - História dos Bairros (2001), o projeto - Escola Limpa, Colônia Limpa, o projeto - Viva o Japão: intercâmbio cultural Brasil-Japão e o Museu da Pessoa. Consideramos importante frisar que a escolha destas atividades foi em virtude das fontes que encontramos.

As festas juninas acontecem anualmente e como falei anteriormente influenciaram as atividades da escola japonesa que se apropriou desta atividade cultural tão brasileira.



Figura 160 – Festa junina. Ano de 1987. Fonte: arquivo pessoal Tokuhisa.



Figura 161 – Festa junina E.E Massanori Karazawa. Ano de 1994.
Fonte: E. E. Massanori Karazawa.

O projeto História sobre os bairros foi realizado em 2001 pelos alunos e professores da escola. De acordo com a apresentação o projeto:

se traduz no esforço coletivo de tentar criar estratégia diferenciadas para organizar os conhecimentos em diferentes espaços e tempos, partindo de uma reflexão dos dados coletados em relação aos bairros Colônia Pinhal, dos Paulos, da Capela de São Roque, da Colônia Tozan, Boa vista e Paineira (PROJETO HISTÓRIA SOBRE OS BAIRROS, 2001, p. 4)

O projeto abordou aspectos históricos, geográficos e sociais dos bairros, inferindo a gênese de cada bairro, a produção agropecuária, as manifestações culturais e as instituições de cada bairro. Foram realizadas visitas, entrevistas com moradores, professores e diversos trabalhadores dos bairros

O projeto Viva o Japão: intercâmbio cultural Brasil-Japão foi realizado entre 2007/2008, ano das atividades em comemoração dos 100 anos da imigração japonesa. Os alunos sob a supervisão dos professores das diversas áreas dos conhecimentos abordaram a história da imigração japonesa no Brasil, a história da Colônia Pinhal, as atividades culturais tradicionais da cultura japonesa. Realizaram entrevistas, visitas a cooperativa, a associação, a biblioteca, a escola japonesa, participaram de atividades culturais como danças e excursão para o Museu Bunkyo.



Figura 162 – Excursão ao Museu Bunkyo.

Fonte: E.E. Massanori Karazawa.

O Projeto da Pessoa na E. E. Massanori Karazawa, foram realizadas Roda de História com professores e professoras, juntamente com os alunos foi organizado uma exposição fotográfica sobre o bairro Colônia Pinhal, a produção de um painel memorial sobre a escola e um documentário sobre a Colônia Pinhal.

Para a realização do documentário foram produzidos vídeos, entrevistas e fotografias de diferentes moradores do bairro. É possível acessar o documentário através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=n0XM2HI0tqI>.

Ao longo dos anos as propostas pedagógicas vão sendo alteradas, assim como as intencionalidades, o uso de novos recursos e tecnologias vem agregar ao ensino que vai além do ler escrever e contar, buscando a formação integral de sujeito social com capacidade reflexivas de suas origens e na sociedade atual.

Por fim, atualmente a Escola Estadual Massanori Karazawa atende ao segundo ciclo do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Segundo informações do censo escolar de 2022, atende 91 matriculados no Ensino Fundamental, 54 matriculados no Ensino Médio com 21 professores, não encontramos informações sobre os demais funcionários.

Percorrer as facetas da história desta escola, mesmo que superficialmente, significa abordar as histórias, memórias individuais e coletivas desse grupo. Além de compreender as relações sociais estabelecidas, negociadas ao longo dos anos é possível revelar o papel institucional na Colônia Pinhal e nas trajetórias de vidas de alunos, professores, funcionários, pais, ou seja, todos aqueles que trazem um pouquinho seja da Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal ou da E.E. Massanori Karazawa em suas lembranças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou o momento de fechar um pouco os arquivos. Não é um ponto final, pois este trabalho foi apenas um ensaio que vem revelar as facetas da história da Colônia Pinhal e as possibilidades de pesquisas que podem ser realizadas a partir das fontes catalogadas ou pelos indícios de outros caminhos de busca. Assim, estas considerações serão uma possível indicação do que foi realizado e do que ainda pode ser feito e esperamos que suscite outros para o caminho da pesquisa acadêmica.

Este trabalho teve o propósito de compreender como as instituições e organizações fundadas e em funcionamento na Colônia Pinhal contribuíram para a socialização de seus membros. Buscou-se entender como algumas tradições japonesas foram preservadas e adaptadas à nova realidade; ao mesmo tempo, analisamos o processo de integração dos imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade local.

Desta forma abordamos o processo de imigração japonesa no Brasil, que de acordo com Saito (1961) e Cardoso (1995), podemos dividir em três períodos distintos: dois períodos antes da Segunda Guerra Mundial e o terceiro inicia-se em 1951. Os dois períodos antes da Segunda Guerra Mundial foram apresentados de forma sucinta, dando ênfase ao terceiro período, pois a Colônia Pinhal é um núcleo japonês que fez parte da política de imigração do pós-guerra, fundada em 1962.

Abordar o processo de imigração japonesa no Brasil contribuiu para compreender a gênese da Colônia Pinhal e suas singularidades diante do processo de imigração no Brasil e das demais colônias existentes na região metropolitana de Sorocaba.

Dentre as inúmeras particularidades, investigamos as ações da JAMIC (Imigração e Colonização Ltda) e da JICA (Japan Internacional Cooperation Agency) assim como do governo da província de Fukui e da Cooperativa Agrícola Central Sul-Brasil Ltda. para a fundação e manutenção da Colônia Pinhal.

Neste sentido, podemos destacar que a fundação da Colônia Pinhal fez parte de um movimento político do Japão e do Brasil, um acordo que beneficiava ambos os países. O Japão com excesso de mão de obra e o Brasil interessado no povoamento de regiões mais remotas, assim como na tecnologia que o Japão poderia oferecer.

A JAMIC, assim como as outras agências de imigração japonesa anterior a Segunda Guerra Mundial, agiu na mediação com propagandas, subsídios e auxílio na construção das colônias. No período de 1957 a 1976, fundou 10 colônias japonesas nas diferentes regiões do Brasil, com diferentes extensões de terras e financiamento da infraestrutura. A Colônia Pinhal foi uma destas 10 colônias japonesas fundadas pela JAMIC, atual JICA.

Para compreender a gênese da Colônia Pinhal, como ela foi se configurando como um núcleo de imigrantes rural, assim como as instituições fundadas, contribuiu para preservar e adaptar as tradições japonesas e auxiliar no processo de interação na sociedade local, destacamos aspectos da vida dos primeiros moradores no Japão, os motivos da decisão para emigrar, a viagem, as dificuldades e alegrias dos primeiros anos na construção da vida destas pessoas para formação deste núcleo de imigrantes.

Utilizamos o conceito de paisagem como “produto das interações de origem natural e humana em um determinado espaço” que “organizam-se de maneira dinâmica, ao longo do tempo e do espaço (MAXIMIANO, 2004, p. 90), para analisar as mudanças, permanências e adaptações dos moradores ao longo dos anos na Colônia Pinhal, isto é, a ação humana de construção de suas vidas e de um novo lugar no cotidiano da família, do trabalho e da comunidade sob um ideário de um futuro diferente, pelo trabalho, tecido individualmente e coletivamente pelas campanhas de emigração.

Podemos destacar que a construção da vida destas pessoas neste novo lugar foi fruto do espírito aventureiro, do trabalho, da persistência pela sobrevivência e por acreditar na possibilidade de dias melhores. Um trajeto que começou como revelado pelas fontes no “mato e no escuro”, e

que após 60 anos temos um bairro rural com muitas propriedades e uma estrutura privilegiada.

Os moradores foram constituindo esta estrutura de forma individual e coletiva por meio da Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal e ações da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo.

As atividades associativas aconteciam para o lazer, para perpetuar as tradições de origem, para o fortalecimento do próprio grupo seja econômico e ou sociocultural.

A associação e as cooperativas tiveram papel essencial para a afirmação identitária, pois, conforme Cardoso (1972), essas organizações nascidas principalmente dentro das colônias rurais mantinham uma “relação de aldeia” e eram responsáveis pela unificação dos grupos domésticos. Suas funções são econômicas, religiosas, educacionais e recreativas, reunindo jovens, adultos e idosos, homens e mulheres, sendo a participação “compulsória” e definida pela unidade familiar. “Tal como no Japão, a obrigatoriedade de participação e o poder de coerção são elementos importantes destas organizações criadas pelos imigrantes em suas comunidades brasileiras” (CARDOSO, 1972, p. 124).

Nos relatos orais identificamos a importância e o respeito ofertados aos membros da família, assim como ao núcleo associativo visto como família. A Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal é formada por famílias que além de terem interesses em comum, origens e histórias próximas, têm o sentimento de cooperação entre todos e o objetivo de perpetuar a cultura de origem e ao mesmo tempo se estabelecer no lugar de chegada.

Desta forma, a Associação Cultural Esportiva da Colônia Pinhal era ao mesmo tempo um órgão gestor da colônia e um espaço de sociabilidade. Suas ações contribuíam para organização da infraestrutura da colônia, colaborando com bem-estar das famílias e com a interação com os modos de vida e pensar locais.

A Associação Esportiva e Cultural é um espaço e um local que possibilita as diferentes formas de sociabilidade deste grupo étnico, funciona como elemento de coesão grupal, possibilita estabelecer relações entre indivíduos no interior do próprio grupo, “...visando primordialmente a convivência entre iguais e a preservação identitária e sociocultural, principalmente nos primeiros anos da colonização, nos quais as dificuldades

foram maiores, tendo em vista o desconhecimento total da língua portuguesa” (TANNO, 2008, p. 65)

De acordo com Tanno (2008) no processo de adaptação, a convivência com os iguais era uma forma de manter a identidade, suavizar a saudade das origens e as dificuldades na nova realidade.

Ao longo dos anos a associação foi organizada em onze departamentos, alguns deixaram de existir e outros permaneceram deste da sua origem, assim como outros foram criados. Dentre os departamentos destacamos o Departamento de Senhoras - Fujin-bu/Fujinkai e o Departamento de Jovens - Seinenkai, ambos os departamentos foram fundados logo no início da associação e permanecem em funcionamento até a atualidade.

O Departamento de Senhoras e o Departamento de Jovens são interdepartamentais, pois são a base de boa parte das atividades da associação, por isso abordamos como espaço de sociabilidade na Colônia Pinhal.

De acordo com Sakurai (2010) é principalmente pelo departamento de senhoras que as mulheres vão conquistando espaços nas associações, criando formas de participação além do que a sociedade esperava delas, uma presença além das atividades de culinária e dança.

Percorrer algumas práticas de sociabilidade do Departamento de Senhoras permitiu revelar o papel desse grupo de mulheres na associação e na Colônia Pinhal, como elas estão presentes e são um elo entre o núcleo familiar individual e núcleo coletivo a associação, contribuindo com a manutenção cultural, com a educação das novas gerações, seja nas tradições do país de origem ou brasileiras e com a administração da colônia.

Assim como o Departamento de Senhoras o Departamento de Jovens - Seinenkai, foi fundamental para criar espaços de sociabilidade que perpetuassem a cultura japonesa, porém ao longo do século XX, os Seinenkais também atuavam como espaços integradores a sociedade mais ampla. De acordo com Cardoso (1995) “com a sua transformação funcional, o Seinenkai tornou-se uma instituição capaz de responder as necessidades de integração dos jovens Nisseis à sociedade mais ampla” (CARDOSO, 1995, p. 330).

Tênis de mesa, Karaokê, Malef Golf Graund Golf, Beisebol, Silver Voley, entre outros, foram ou são práticas na Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal. Algumas práticas permanecem como o tênis de mesa e outros perderam espaço no decorrer dos anos como o Karaokê. Dentre as

atividades realizadas, se destaca na Colônia Pinhal e entre outros núcleos de imigrantes japoneses e descendentes em diferentes regiões do Brasil, o Undokai, do qual a sua organização era responsabilidade do Departamento de Jovens.

A tradução literal de Undokai significa “reunião de esportes”, porém não trata de uma competição esportiva com atletas profissionais, pelo contrário são atividades físicas descontraídas que envolve as diferentes gerações, uma “gincana poliesportiva”. O Undokai remete a símbolos e as representações que compõem e se originam de uma identidade nacional (HALL, 2002), servindo como lugares de memória e de construção, coletiva e individual de uma memória ligada ao sentimento de identidade (NORA, 1993; POLLAK, 1992).

As atividades vão desde as esportivas como atletismo, até as mais tradicionais como pular saco ou competição de saquinhos de areia no cesto, além da apresentação de dança. Estas atividades físicas extrapolam o espírito de competição, no qual preconiza o vencer, todavia possibilita a interação das diferentes gerações.

As diferentes possibilidades de sociabilidades criadas pela Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal, traz à memória as recordações da ancestralidade imaginada, os quais usam dos sentidos para legitimar a pretensa autenticidade étnico-cultural. Além de que, a repetição cíclica reconfigura-se na produção memorial, cujo rituais junto aos outros ‘semelhantes’ remete às lembranças de um suposto passado em comum, e, concomitantemente confere uma intimidade familiar.

Compreender os espaços de sociabilidade, também é inferir sobre aspectos de uma memória individual e coletiva deste grupo. De acordo com Pollak (1992)

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fato extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 24).

Desta forma, a memória e a identidade são, na maioria das vezes ajustadas ou negociadas e são compreendidas como sendo o cerne de um grupo ou de um indivíduo, principalmente quando se trata de um grupo étnico, como é o caso da Colônia Pinhal.

Além dos aspectos da associação como espaço de sociabilidade também abordamos as ações da associação como gestora da Colônia Pinhal. Segundo Moraes (2012) as “Associações Nipo-Brasileira Cultural e Esportiva” do período Pós Segunda Guerra Mundial têm como principais objetivos atuar como espaço de sociabilidade entre os membros, integrar os membros na comunidade japonesa, mas também ocidentalizar a comunidade japonesa, preparar para a integração na sociedade brasileira e gerir a comunidade e auxiliar com subsídios para ascensão social.

Nos relatos orais identificamos os aspectos apresentados por Moraes (2012), quando os moradores relatam a associação como família, que além de ser um espaço de sociabilidade das tradições japonesas, também é um espaço que colabora com a vida particular dos membros, com a estrutura da colônia e beneficia a todos.

Neste sentido a associação atuava como administradora da Colônia Pinhal colaborado no requerimento de serviços, mediando subsídios com a JICA ou com a Província de Fukui para a ampliação da infraestrutura do bairro, construção de prédios, aberturas de escolas, enfim, atuando em benefício do coletivo.

Em relação ao aspecto associativo, além da associação, a Cooperativa Agrícola Central Sul-Brasil Ltda e a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo atuaram auxiliando para a fixação dos moradores, melhoria na qualidade de vida e ascensão social.

Destacamos o papel da Cooperativa Agrícola Central Sul-Brasil Ltda para a fundação da Colônia Pinhal, abordamos a gênese da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo, seu papel econômico como instituição que contribuía para o conhecimento do manejo da terra, ampliação e escoamento da produção e conseqüentemente para manter a união étnica, ao mesmo tempo que contribuíram para a sobrevivência e integração em terras brasileiras.

Na última parte deste trabalho abordamos a Colônia Pinhal como espaço educativo formal e informal.

Segundo Demartini (1995), a preocupação dos japoneses em educar seus filhos no Brasil foi influenciada por dois fatores: primeiro, a valorização da educação no começo do século XX no Japão na Era Meiji; segundo, o alto grau de escolaridade dos nipônicos em relação a outras levas de imigrantes, sendo superados apenas pelos alemães. Miyao (1980) afirma:

A revolução política e social iniciada na Era Meiji, em 1868, trouxe profunda transformação no regime da nação nipônica, dando prioridade à difusão da educação, difundindo-a de modo drástico (...). Desde então o Japão emergiu de uma nação fechada, de 300 anos de isolacionismo, conseguindo rápida modernização com a introdução maciça da cultura ocidental. O japonês que viveu uma época assim peculiar sentia no seu âmago que a instrução era a coisa mais importante da vida, sobrepondo-se a qualquer outra opção. O imigrante japonês que começou a chegar ao Brasil em 1908 também foi criado nesse ambiente (MIYAO, 1980, p. 91).

Podemos observar esta preocupação na Colônia Pinhal quando os moradores valorizam e fundam a “Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal”, a “Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcaño, apresentadas anteriormente, e principalmente quando investem na fundação da escola primária, atual “Escola Estadual Massanori Karazawa” e a na Escola Japonesa, atual “Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal”.

Com o funcionamento destas instituições, entre outras ações cotidianas a Colônia Pinhal vai se constituindo como um espaço educativo, no sentido que “...os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados ...”, o que ela denomina de educação informal, porém a autora também destaca a educação não formal, aquela “... que se aprende ‘no mundo da vida’, via processos de compartilhamento de experiências, sobretudo em espaços e ações coletivos cotidianas (GOHN, 2006, p. 40).

Desta forma, educação pode ser compreendida de forma ampla, co-mungando com a ideia de Bittar (2018, p. 195), educação como “... tudo aquilo que é aprendido ao longo da vida dos seres humanos em suas práticas sociais, uns com os outros, já que em sociedade não existe eu desprovido de nós”. A autora tem uma visão ampla de educação, compreendida no processo de formação cotidiana do ser humano, isto é, possível de acontecer em todo lugar ou tempo. Nesta linha de raciocínio, a escola perde seu status de único lugar que educa. Segundo Zoppei, a educação fora do espaço escolar é resultado das “... relações entre manifestações culturais e educação” (ZOPPEI, 2015, p. 50).

Portanto, o cotidiano da Colônia Pinhal, seja na Associação Cultural Esportiva seja na Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo ou nos rituais cotidianos podem ser considerados espaços fecundos para uma educação que podemos caracterizar como formal ou informal de acordo com Zoppei (2015) Gohn (2010), Garcia (2009), Fernandes (2007), que delimitam os conceitos de educação formal e educação Informal. Nas palavras de Gohn 2006:

Quando tratamos da educação não-formal, a comparação com a educação formal é quase que automática. O termo não-formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (GOHN, 2006, p. 40)

Diante dos aspectos da educação formal e informal, abordamos a Biblioteca dos Jovens de Pinhal como elemento da educação informal, a

E.E. Massanori Karazawa e a Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal como elemento da educação formal.

A “Biblioteca dos Jovens de Pinhal”, foi fundada em 1984, com o objetivo de preservar e perpetuar a cultura japonesa, por meio dos livros. Foram investidos cerca de 20 milhões de ienes, equivalente a R\$ 180,000.000. O prédio da biblioteca possui 550 metros quadrados em uma área de 13 hectares, onde são cultivadas plantas típicas do Japão, juntamente com um alojamento. Em 2008 foi construído o campo de Mallet-Golf, o prédio do alojamento para acomodar em torno de 50 pessoas e 2011 foi construído o prédio de Kagayakigou (Ginásio Kendô). A biblioteca é motivo de orgulho para os moradores e é considerada a maior da América Latina apenas com exemplares em japonês.

Consideramos importante destacar que a biblioteca não é apenas um lugar de guardar livros, é uma instituição de poder, que regula a cultura ao priorizar certas obras e práticas, influencia na construção da identidade local, ao mesmo tempo que constrói uma unidade entre os que frequentam, seja por meio do acervo ou pelas práticas de sociabilidade. Desta forma, a biblioteca e as suas formas de usos desempenham um papel de formação do pensamento de uma sociedade (JACOB, 2008).

Assim, a biblioteca reflete a cultura que a gerou, que atua, por sua vez, sobre a cultura na medida em propaga valores, crenças e padrões comportamentais, ao mesmo tempo contribui para perversão e difusão cultural (GOMES, 1983). A biblioteca é uma representação de uma cultura letrada, funciona como elemento de coesão do grupo, isto é, pertence ao contexto que está inserida e ligada ao grupo social que a fundou.

Desta forma como parte do contexto da Colônia Pinhal, logo na porta de entrada a Biblioteca dos Jovens Pinhal anuncia sua função e quais relações serão estabelecidas com este grupo étnico e demais visitantes: “O povo que esquece a sua língua materna um dia perderá seu dinamismo”. É um anúncio da representação da biblioteca para os moradores e visitantes, uma forma de reforçar a importância cultural de sua origem, não apenas como valorização, mas também como essência para continuidade, para o progresso da vida.

Além de enfatizarmos a arquitetura, a representatividade da biblioteca, também exploramos a função de formação de novos leitores e quais

as práticas que são desenvolvidas neste sentido, pois a existência de uma biblioteca só ocorre com a sua constante utilização.

Em relação ao aspecto da educação formal, abordamos as facetas da história das escolas da Colônia Pinhal: a Escola Japonesa, atual Escola Modelo de Língua Japonesa e a “Escola Brasileira” - Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal (escola primária), atual E.E. Massanori Karazawa.

A necessidade de abertura de duas escolas pelos imigrantes japoneses recém-chegados é uma característica que faz com que a Colônia Pinhal se diferencie de outras colônias japonesas já estudadas pela historiografia e revela a intenção de permanência dos colonos em terras brasileiras, pois havia o interesse em aprender a língua portuguesa.

Destacamos a gênese de ambas as escolas, algumas mudanças e permanências ao longo dos anos, em relação a infraestrutura, alterações de nomes relacionados as políticas educacionais brasileiras ou a configuração de escola instituída pela JICA.

A Nihon Gakko - Escola Japonesa da Colônia Pinhal era uma escola comunitária, construída e mantida pela Associação Cultural Esportiva de Colônia Pinhal, os alunos pagavam uma contribuição que não tinha valor fixo.

Iniciou suas atividades de forma improvisada, com aulas ministradas por professores voluntários e mais tarde tornou-se modelo, referência para as demais escolas, espaço de cultura e estudo após se tornar Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal e ser reestruturada pela JICA.

A Escola Japonesa teve um papel central como perpetuadora de uma cultura instituída pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, mantendo tradições e tendo como objetivo o ensino da língua japonesa. O prédio, os professores, a organização político-pedagógica se modificou durante o período, mas o seu intuito principal continua sendo manter a identidade étnica de um grupo por meio da sua principal característica cultural a língua japonesa.

Apesar destas características, a escola cria “novas tradições”, se adaptando ao contexto local, como por exemplo a participação de atividades na região, as excursões e a festa junina.

Assim como a escola japonesa passa por mudanças administrativas, na infraestrutura e principalmente em suas práticas, a escola primária também foi se ajustando aos contextos políticos educacionais nos diferentes períodos.

Inicia suas atividades em 1964, como Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal. Uma escola isolada rural, fundada por requerimento e apoio da Associação Cultural e Esportiva de Colônia Pinhal. Da sua fundação até os dias atuais passa por diferentes nomenclaturas e mudanças de acordo com o sistema educacional estadual.

Além de abordar estas mudanças destacamos duas constâncias nas práticas ao longo da história da E. E. Massanori Karazawa, desde 1964. Um período com práticas voltadas para o civismo, com grande necessidade no ensino da Língua Portuguesa, a preocupação da “nacionalização do imigrante” e um segundo período em que a oralidade da língua portuguesa está estabelecida entre os alunos e a origem do bairro, das culturas japonesas entre outras temáticas começam a fazer parte dos projetos escolares.

Chegou o momento de finalizar este trabalho, mas a pesquisa continuará, acreditamos que este ensaio venha colaborar para compreender as particularidades do processo de imigração japonesa no Brasil e em especial na região sudoeste do estado de São Paulo, agregando conhecimento a historiografia da temática.

Reconhecemos que muitos aspectos apresentados neste texto, podem e merecem ser aprofundados, assim como as fontes catalogadas devem ser revisitadas e analisadas com mais profundidade, além de apontarem outros caminhos de pesquisa.

Neste sentido, consideramos relevante pontuar alguns aspectos que possam ensejar outros trabalhos nas diferentes áreas do conhecimento.

Em relação ao processo de imigração japonesa no Brasil, seria importante aprofundar no período pós Segunda Guerra e nos relatórios da JAMIC – JICA, que possibilitará compreender as ações destas instituições para a fundação de diversas colônias japonesas no Brasil, inclusive seria muito interessante interligar os trabalhos sobre estas diferentes colônias em um evento científico ou uma produção coletiva.

Sobre a gênese e facetas da Colônia Pinhal seria relevante retomar os depoimentos, a coleta de outros, possibilitando a escuta destes sujeitos sobre suas memórias e assim analisar a memória coletiva, porém também é possível a utilização de abordagens e observações a partir de conceitos geográficos como espaço, território e o aprofundamento das discussões sobre paisagem.

Os estudos da área de linguística poderiam discutir a língua japonesa falada na colônia como aspecto identitário e cultural, assim como os estudos do ensino da Língua Japonesa poderia aprofundar sobre o ensino da língua na Escola Modelo de Língua Japonesa.

Em relação a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo seria relevante aprofundar a análise das Atas das Reuniões e Assembleias da Cooperativa, compondo mais detalhes sobre a história da instituição. Assim como abordar a cooperativa sob a perspectiva das ciências econômicas, administração, engenharia de produção e ciências agrônômicas.

Por fim, o aspecto educacional, neste sentido a Colônia Pinhal é um objeto de pesquisa muito rico, pois como abordarmos superficialmente é possível analisar aspectos da educação informal, educação não formal e educação formal.

Para Gohn (2006, p. 40) “...os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados ...”, o que ela denomina de educação informal, porém a autora também destaca a educação não formal, aquela “... que se aprende ‘no mundo da vida’, via processos de compartilhamento de experiências, sobretudo em espaços e ações coletivos cotidianas”.

Desta forma podemos compreender a Colônia Pinhal como espaço de educação informal e formal, estabelecido nas relações, rituais cotidianos, festas, atividades culturais e nos espaços de sociabilidade como a Associação Cultural e Esporte de Colônia Pinhal e ou na própria Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo.

Na perspectiva da educação formal a Colônia Pinhal possuía a Escola Modelo de Língua Japonesa e a E.E. Massanori Karazawa, porém com a municipalização e conseqüentemente o desmembramento do primeiro ciclo do ensino fundamental, atualmente há uma terceira escola a Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Luiz Fernando Correa Pires, a qual não abordamos neste trabalho.

Abordamos algumas facetas da história da Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal, atual E.E. Massanori Karazawa, todavia, a análise dos registros do Livro de Visitas dos Inspectores Escolares, podem ser aprofundados, assim como, ampliar as pesquisas nos acervos particulares sobre esta instituição e a coleta de mais depoimentos e fotografias.

Em um dos registros dos Livros de Visitas dos Inspetores Escolares, identificamos o Plano de Educação Rural, pesquisamos nos arquivos das escolas de São Miguel Arcanjo, da Diretoria de Ensino de Itapetininga e na historiografia atual sobre este documento, mas não encontramos informações a respeito, acreditamos que seria interessante investir na busca no Arquivo Público do Estado de São Paulo ou em outros arquivos, pois seria valioso para a historiografia brasileira encontrar este documento ou informações que possam contribuir de maneira significativa para a compreensão das políticas educacionais do período para as escolas primárias rurais.

Abordamos o corpo discente apenas na categoria nacionalidade, mas é possível aprofundar a análise de outras informações encontradas nos livros de matrículas e avançar para os prontuários dos alunos depois de 1982.

Por fim, aprofundar os aspectos da cultura escolar, abordar a E.E. Massanori Karazawa e a Escola Modelo de Língua Japonesa não apenas como um conjunto de salas de aulas, com professores responsáveis de maneira individual pelo que nelas acontece, mas sim como instituições socioculturais formadas por grupos que vivenciam códigos e sistemas num processo, que é ao mesmo tempo produto e instrumento cultural. A escola se constitui como um organismo social e dinâmico. Além da estrutura burocrática que a compõe, possui uma constituição cultural e simbólica que lhe confere vida própria e lhe permite responder às demandas e limitações que lhe são impostas pelo meio (CÂNDIDO, 1977, p. 07).

Estudar as escolas, mergulhando em seu interior, analisando sua organização interna, significa utilizar a noção de cultura escolar. A noção de cultura escolar tem sido utilizada nos últimos anos, e segundo Faria Filho (2002, p. 110) tem contribuído para “a produção de um novo olhar sobre a escola”. Um novo olhar que permite diferentes procedimentos, mais aberto para receber contribuições de outros campos do conhecimento.

Desta forma, analisar com profundidade as práticas de troca de correspondência com a escola do Japão, os livros anuais produzidos pelos alunos, os planos de aula, recolher relatos de experiências dos professores visitantes enviados pela JICA, entre outras fontes podem contribuir para compor facetas da cultura escolar da Escola Modelo de Língua Japonesa.

Este trabalho buscou contribuir para a discussão em torno da história da imigração japonesa após a Segunda-Guerra Mundial, por meio da

análise histórica da Colônia Pinhal, com o propósito de compreender como as instituições e organizações fundadas e em funcionamento na Colônia Pinhal contribuíram para a socialização de seus membros. Privilegiou entender como algumas tradições japonesas foram preservadas e adaptadas à nova realidade; ao mesmo tempo, analisou o processo de integração dos imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade local. Deixamos lacunas durante a pesquisa, como algumas que foram apontadas anteriormente, mas esperamos ter contribuído para a discussão e esperamos que este trabalho enseje outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a Sociologia da Infância. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Org.). *Sociologia da infância no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ALMEIDA, Aluísio. “O vale do Paranapanema” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 245: p. 235- 78, out.- dez. 1959.

ARIGA, Paulo K. *Comercialização de frutas na organização cooperativa: O caso da CASBSMA*. Orientadora: Heloísa Rosa Carvalho Takaki. 2001. (Graduação) - Curso de Administração - Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas. Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2001.

ARIGA, Paulo. *Entrevista III*. (jan. 2020). Entrevistador: A.Pereira São Miguel Arcanjo. 2020.

ARRUDA, Anna P. R. *Cooperativismo Rural em São Paulo (Contribuição ao Conhecimento de sua Estrutura e Posição)*. Tese de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972.

Ata da assembleia de constituição da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo LTDA. 1969. p. 1.

Ata da assembleia de constituição da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo LTDA. 1969. p. 2.

Ata da assembleia de constituição da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo LTDA. 1969. p. 5.

BAECHLER, Jean. *Grupos e Sociabilidade*. In: BOUDON, Raymond et al. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BARATIN, M. JACOB, C. (dir). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed da UFRJ, 2008

BARBAS, Manoel Valente. *Da Fazenda Velha a São Miguel Arcanjo: "A saga do Tenente Urias"*. Rumograf- Indaiatuba- SP. 1998.

BARROS, A. M. O tempo da fotografia no espaço da história: poesia, monumento ou documento? In: Nunes, C. (Org). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992.

BARROS, F. C. O. M. de. *Práticas pedagógicas na educação infantil: a construção do sentido da escola para as crianças*. 2014. 164f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília.

BASSANEZI, M. S. *Mulheres que vêm, mulheres que vão*. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 169-193.

BITTAR, M. Educação. In: MILL, D. (Org.). *Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação à distância*. Campinas, SP: Editora Papirus, 2018, p. 195-198.

BRANDÃO, C. R. A educação como cultura. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. CARDOSO, R. C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CÂNDIDO, Antônio. *A estrutura da escola*. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice M. *Educação e Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1977. XII COLUBHE - ANAIS DE TRABALHOS COMPLETOS - V. 5 • 141

CARDOSO, R. C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano - artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU et al. *A invenção do cotidiano - morar e cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHADDAD, F.R.; COOK, M.L. *Understanding new cooperative models: an ownership-control rights typology*. *Review of Agricultural Economics*, Oxford, United Kingdom, v.26, n.3, p. 348-360, Autumn 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, v. 5, n. 11, p. 173- 191, 1991.

CONSULADO-GERAL do Brasil em Tóquio. *Estatísticas sobre a comunidade brasileira no Japão: quadro geral*, 2018. Disponível em: http://cg-toquio.itamaraty.gov.br/ptbr/estatisticas_e_bibliografia.xml#estatisticas2018>. Acesso em: 20 set. 2019.

Correspondências da Escola Takaboco. 1997.

Correspondências da Escola Takaboco. 1998.

Correspondências da Escola Takaboco. 2002.

COSTA, J. P. C. *De Decasségui a Emigrante*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CUNHA (1983 apud SILVA, 2016, p. 70)

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

DAYRELL, Juarez. A Escola como espaço sócio-cultural. In: _____. *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 136 - 161.

DEMARTINI, Zeila de Brito. *Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira*. Educação & Sociedade, ano 21, no 72, p. 42, ago. 2000.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Japoneses em São Paulo: desafios da Educação na Nova Terra. In: _____; KISHIMOTO, Tozuko Morchida. *Educação e Cultura: Brasil e Japão*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 23 - 46.

_____. *Marcas da Guerra em terra distante: relato de japoneses em São Paulo*. História Oral. n.7, 2º sem, 2004, p. 145 - 180.

_____. Pesquisa Histórico-Sociológica, Relatos Oraís e Imigração. In: _____; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005. p. 87-113.

_____. Relações interétnicas na prática pedagógica. In: ARAÚJO, Marta M. (Org). *Intelectuais, Estado e Educação*. Natal: EDUFRN, 2006. p. 163-184.

_____. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. *Educação & Sociedade*, n. 72, ago, 2000. p. 43-72.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Michael Schröter (Org.). Tradução de Vera Ribeiro. Rev. téc. e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA, A. L. G de; MELLO, S. A. (Org.). *Linguagens infantis: outras formas de leitura*. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 91).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos metodológicos de um programa de pesquisa*. IN: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. GONÇALVES I. A. História das culturas e das práticas escolares: perspectiva e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

FAUSTO, B. *Fazer a América: a imigração em massa para a América*. EdUSP, 1998

FERNANDES, S. R. *A educação não-formal como acontecimentos*. Tese (Doutorado em Educação), Unicamp, 2009. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000469595>. Acesso em: mai. 2021.

FRAGO, Antonio Viñao. *Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas y cuestiones*. Revista Brasileira de Educação. 1995, n.1.

FRANK, B. J. R.; YAMAKI, H. T. *Definindo o caráter de paisagens etnográficas: A Colônia Fazenda Três Barras no Paraná*. Revista do Departamento de Geografia, [S. l.], v. 27, p. 196-210, 2014. DOI: 10.11606/rdg.v27i0.466. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/85439>. Acesso em: 2 maio. 2023.

FULTON, M. *Cooperatives and member commitment*. The Finnish Journal of Business Economics, Helsinki, Finland, v.4, Special Issue, p. 418-437, 1999

FUJISAWA, Yumiko. *Entrevista VI*. (jan. 2020). Entrevistador: A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2019.

GARCIA, A. V. *O papel da questão social e da educação não formal nas discussões e ações educacionais*. In: *Revista de Ciências da Educação*, v. 18, p. 65, 2013.

GAUDIOSO, T. K. *A trajetória da imigração japonesa no Rio Grande do Sul e a política de e construção do Japão após a Segunda Guerra Mundial*. In: *Encontro Estadual de História – ANPUHRS*. Santa Cruz do Sul: ANPUH-RS, 2016. Disponível em: <http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#T>. Acesso em: 21 de jan. 2021

GAVIÃO, Maria, L. R. M. *Entrevista XI*. (jun. 2021). Entrevistador: A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2021.

GOHN, M. G. *Educação não-formal na pedagogia social*. In: *Proceedings online do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social da Universidade de São Paulo*. São Paulo, SP, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MS-C0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn.

GOMES, Angela de Castro. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: *Repensando o Estado Novo*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, S. C. *Bibliotecas e Sociedades na Primeira República*. São Paulo: Pioneira e INL, 1983

GONÇALVES, Rogério Bessa. *O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro*. São Paulo. *An. mus. paul.* vol.16 nº.1 São Paulo Jan./June 2008.

GUIA ESCOLAR, 1997

HALL, S. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. São Paulo: DPeA, 2006.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: Histórias de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HASHIMOTO, F.; OKAMOTO, S. M.; TANNO, L. J. *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

IWAMOTO, V.; SARAT, M. *Danças japonesas: a história e a trajetória de uma professora imigrante*. História Oral, [S. l.], v. 19, n. 2, p. p. 87-107, 2017. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/653>. Acesso em: 3 abr. 2023.

JAPAN INTERNACIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). Relatórios da JAMIC/JICA. São Paulo, 1978.

_____. Relatório da JAMIC/JICA, São Paulo, 1981.

_____. Relatório da JAMIC/JICA, São Paulo, 1983.

_____. Relatório da JAMIC/JICA, São Paulo, 1988.

_____. Relatório da JAMIC/JICA, São Paulo, 1991.

_____. JICA. *50 anos de cooperação Brasil - Japão*. Agência de Cooperação Internacional do Japão. 2009. 12f.

_____. JICA. *JICA no Brasil: atuando como parceiro global*. Agência de Cooperação Internacional do Japão. 2011. 16f.

JORNAL CORREIO PAULISTANO, 26 de junho de 1908

JULIA, D. *A cultura como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, 2001, n. 1 p. 10.

Kebbe, V. H. Koseki Tohon e lê: *Metáforas de Família e Nação*. 2010, mimeo.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Brinquedo e brincadeira na educação infantil japonesa: proposta curricular dos anos 90*. Educação & Sociedade, v. 18, n. 60, p. 64-88, dez. 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (Orgs.). *Educação e Cultura: Brasil e Japão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2012.

KIYOSHI. *O Nikkei no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009, p. 383 – 401.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KREUTZ, Lúcio. *Identidade étnica e processo escolar*. In: XXV Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, 1998. p. 3.

KUBOTA, Nádia Fujiko Luna. *Manutenção das tradições na família japonesa em Campo Grande MS*. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana - REMHU, Brasília, v.16, n. 30, p. 165-182, 2008a.

_____. *Bon Odori e sobá: as obasan na transmissão das tradições japonesas em Campo Grande MS*. 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, SP, 2008b.

LEITE, M. L. M. *Retratos de família: imagem paradigmática no passado e no presente*. In: SAMAIN, E. (Org.). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LEVY, Maria Stella Ferreira. *O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)*. Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP) da Faculdade de Saúde Pública da USP, 1974. Disponível em: <<http://www.scielo.org/scielo>> Acesso em 05 de fev. 2009

Livro de visitas dos inspetores escolares. 1964, s/p.

LOBO, Carlos; STEFANI, João; SOUZA, Guilherme. *Migração na América do Sul: territorialidade e espacialidade da imigração sul-americana no Brasil*. In ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 5. Anais..., Campinas 15 a 17 de outubro de 2007

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP, 2001.

MARANI, V. H.; CAMARGO F. M.; SBORQUIA, S. P. *Retratos da dança japonesa em Londrina*. In Motrivivência [recurso eletrônico]: Revista de Educação física, esporte e lazer / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desporto, Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. -- v.30, n.1 (1988).-- Florianópolis : LaboMidia , 2007.

MATOS, Maria Izilda. *História das mulheres e gênero: usos e perspectivas*. In: MELO et al (Org). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação. UNESCO, 2009

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MAXIMIANO, Liz Abad. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE-PAISAGEM. *RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 8, dec. 2004. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391/2719>>. Acesso em: 28 feb. 2023. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v8i0.3391>.

MIYAO, S. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO (org.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1980.

MOLLIER, J. Y. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Tradução de Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

MORALES, Leiko Matsubara. *Cem anos de imigração japonesa no Brasil: o japonês como língua estrangeira*. 2008. 326f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

MORAES, B. O. *Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (Bunkyo): sua importância e relação com a comunidade nipo-brasileira*. 2012, 124f. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Políticas Públicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

MORAIS, Fernando. *Corações Sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: condições para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*; Orientadora, Marília Ferreira Emmi. – 2010.

NAKAMURA, M. T., & Crippa, G. (2010). *Fontes orais e o método de análise fotográfica oral: perspectivas de atuação do profissional da informação*. *Discursos Fotográficos*, 6(9), 77-101. <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2010v6n9p77>

_____. *Bon Odori e sobá: as obasan na transmissão das tradições japonesas em Campo Grande MS*. 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, SP, 2008b.

NISHIDA, Midori. *Entrevista IV*. (jan. 2020). Entrevistador: A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2020.

NORA, Pierre. *Entre memória e história*. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez., 1993

NUNES, Clarice. História da educação: espaço de desejo. Em Aberto, Brasília, v. 9, n. 47, p. 36-45, jul./set. 1990. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 2 jan. 2012.

PINHO, Diva B. *Dicionário do Cooperativismo*. São Paulo, 1961.

OHARA, Tuyoci. O apoio do Governo do Japão à comunidade Nikki. In: HARADA, Kiyoshi. *O Nikkei no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009, p. 383 – 401.

OTA, Mayumi. *Entrevista I*. (dez. 2019). Entrevistador: A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2019.

PEREIRA DA SILVA DE ÁVILA, V.; DE SOUZA, R. F. PARA UMA GENEALOGIA DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL: ENTRE O ESPAÇO E A CONFIGURAÇÃO PEDAGÓGICA (SÃO PAULO, 1889-1947)1. Roteiro, [S. l.], v. 40, n. 2, p. 293-310, 2015. DOI: 10.18593/r.v40i2.7462. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/7462>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PINHO, Diva B. *Dicionário do Cooperativismo*. São Paulo, 1961

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212. RICCIARDI, Luiz. *Cooperativismo: uma solução para os problemas atuais*. Vitória: Lineart, 1990.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut; TOSATTO, Carla Cristina. *A criança e o brincar como experiência de cultura*. Revista Diálogo Educacional, v. 14, n. 43, p. 737-758, set.-dez. 2014.

Projeto história sobre os bairros. 2001. p. 4. Escola Estadual Massanori Karazawa.

Revista em comemoração do 50º da Colônia Pinhal. 2012. p. 63.

RICCIARDI, Luiz. *Cooperativismo: uma solução para os problemas atuais*. Vitória: Lineart, 1990.

ROCHA, Maria de Lourdes Gonçalves Machado. Brincar: oportunidade lúdica nos tempos livres da criança? p. 151-172. In KISHIMOTO, Tizuko Morchida; SANTOS, Maria Walburga dos (Orgs.). *Jogos e brincadeiras: tempos, espaços e diversidade*. São Paulo: Cortez, 2016.

SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil: Estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.

SAITO, Hiroshi; MAYEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos Japoneses no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1973.

SAITO, Hiroshi. *A Presença Japonesa no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1980.

SAKIMA, Tatsuo. Breve História de Okinawa. In: YAMASHIRO, Issamu (Coord.). *Imigração Okinawana no Brasil: 90 anos desde o Kasato Maru (1908 – XII COLUBHE - ANAIS DE TRABALHOS COMPLETOS - V. 5 • 142 1998)*. ASSOCIAÇÃO OKINAWA KENJIN DO BRASIL, 1998

SAKURAI, Célia; A Imigração dos Japoneses para o Brasil no Pós-Guerra (1950-1980). In: HASHIMOTO, Francisco; OKAMOTO, Monica Setuyo; TANNO, Janete Leiko. *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 189-223.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América: a imigração em massa para a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 201 – 237.

SAKURAI, Célia (2000): *Imigração Tutelada: os Japoneses no Brasil*, Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.

SANTOS, Maria Walburga dos (Orgs.). *Jogos e brincadeiras: tempos, espaços e diversidade*. São Paulo: Cortez, 2016.

SAUER, C. O. *A morfologia da paisagem*. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCOTT, Ana Silvia Volpi (2009): “As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil”, *História: Questões & Debates*, Curitiba, 51, pp. 13-29.

SETSUKO, Aurora. *Entrevista VII*. (jan. 2020). Entrevistador: A. Pereira. São Miguel Arcanjo. 2019.

SEVERO, J. L. R. L. *Perspectivas curriculares sobre a formação do pedagogo para a educação não escolar*. *Educação em Revista*, 34 (e176656), 2018.

SILVA, Alexandra B. N. A Associação dos Imigrantes Japoneses de Santa Maria/RS – Sec. XX. Orientador, André Luís Ramos Soares. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2019.

SILVA, Alexandra B. “Deus é Eles”: práticas religiosas familiares dos imigrantes japoneses de Santa Maria/RS. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppgcsociais/imagens/dissertacoes/2011/Alexandra%20Beguiristain%20_Dissertao.pdf>. Acesso em: 16/09/2015.

SILVA, A. B.; SOARES, A. L. R. *Identidade e Memória Nikkei: o caso das mulheres japonesas em Santa Maria*. História Oral (Rio de Janeiro), v. 16, p. 103-123, 2013.

SILVA, Adriana A. A. *Gênese do Ensino Secundário Estadual em Pilar do Sul (1957 – 1971)*. 2007. 112 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Sorocaba, Sorocaba.

SILVA, Denise G. *Ilhas de saber: prescrições e práticas das escolas isoladas do estado de São Paulo: 1933-1943*. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 -1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 109- 139.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v.2). 185

_____. *Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

_____. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinicius (org.) *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas: Autores Associados. 2000.

_____. Alicerces da Pátria História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

_____. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. In: Educar em Revista, nº 18, 2001, p. 75-101.

TAKEUCHI, Márcia Y. *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939 – 1945)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

TANNO, Janete Leiko. Formas de sociabilidade e inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade paulista. 1930 – 1970. In HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete L; OKAMOTO, Monica S. *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TETSUHITO, Amano. *Entrevista V.* (jan. 2020). Entrevistador: A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2020.

TOKUHISA, Toshiyuki. *Entrevista VIII.* (jan. 2020). Entrevistador: A. Pereira. São Miguel Arcanjo. 2020.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado: história oral – Trad. Lolio Lorenço de Oliveira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMPSOM, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALIO, Jairo. *Nascente da Águas*. Itu: Editora Ottoni, 2005.

VELLOSO, Mônica. *As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *O Japonês na Frente de Expansão Paulista*. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p. 165

YOGUI, A. U. *Novos Caminhos*. In: INSTITUTO BRASIL-JAPÃO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL E SOCIAL; ASSOCIAÇÃO PARA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL (Org). *Centenário: Contribuição da imigração japonesa para o Brasil moderno e multicultural*. 1. ed. São Paulo: Paulo 's Comunicação e Artes Gráficas, 2010.

WAWZYNIAK, Sidinalva M. A “Colônia” como representação: imigração japonesa no Brasil. In HASHIMOTO, Francisco. TANNO, Janete L.; OKAMOTO, Monica S. *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

WHITE, Merry. *Desafio educacional japonês: o compromisso com a infância*. São Paulo: Brasiliense, 1988

YAMASHITA, Francisco. *Entrevista X*. (ago. 2020). Entrevistador: A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2020.

YAMASHITA, Osamu. *Entrevista V*. (jan. 2020). Entrevistador: A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2020.

ZOPPEI, E. *A educação não escolar no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

